

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

EZEQUIEL NOGUEIRA BRAGA

**FICCIONANDO: UMA PROPOSTA DE OFICINA SOBRE VIOLÊNCIA COM
JOVENS EM CONFLITO COM A LEI FUNDAMENTADA NA PSICOLOGIA
ANALÍTICA**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

SÃO PAULO

2019

EZEQUIEL NOGUEIRA BRAGA

**FICCIONANDO: UMA PROPOSTA DE OFICINA SOBRE VIOLÊNCIA COM
JOVENS EM CONFLITO COM A LEI FUNDAMENTADA NA PSICOLOGIA
ANALÍTICA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Liliana Liviano Wahba.

SÃO PAULO

2019

EZEQUIEL NOGUEIRA BRAGA

**FICCIONANDO: UMA PROPOSTA DE OFICINA SOBRE VIOLÊNCIA COM
JOVENS EM CONFLITO COM A LEI FUNDAMENTADA NA PSICOLOGIA
ANALÍTICA**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Liliana Liviano Wahba.

Aprovada em:

Prof.^a Dr.^a Liliana Liviano Wahba – PUC-SP

Prof. Dr. Guilherme Scandiucci – PUC-SP

Prof. Dr. Nilton Soares Formiga – UNP-PB

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was partially funded by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Funding code 001.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que me apoiou nas muitas aventuras que esta dissertação proporcionou: meus pais, Gilson e Margarete, fontes de inspiração e merecedores da minha mais profunda admiração, com muito amor e força de vida; meu irmão Artur, companheiro de caminhada que me ensina fraternidade.

À Maya, que entre as muitas idas e vindas entre Brasília e São Paulo, foi presença inestimável de carinho, conversas e auxílio nesta jornada de muitos caminhos e sonhos. A Cora e Violeta, minhas filhas, que aquecem meu coração. Amo vocês!

A Thais, Maria Lúcia e Laisa, cujo apoio foi fundamental, tornando as mudanças mais amenas e ajudando a deixar São Paulo mais familiar.

A todos os meus familiares, especialmente minha tia Maria e sua inspiradora sabedoria prática.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Liliana Liviano Wahba, por toda sua dedicação, confiança e estímulo à criatividade. Foram muitos os aprendizados de uma psicologia analítica enraizada na vida.

A todos os professores do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especialmente ao Prof. Dr. Durval Faria Lima pelas reflexões e apoio.

À Mônica Pereira, pela cuidadosa atenção em dirimir todas as dúvidas ao longo do mestrado.

Ao Prof. Dr. Nilton Soares Formiga pelas considerações, ideias para a pesquisa e gentil concessão da escala.

À minha psicoterapeuta, Vera Lúcia Gava, por proporcionar o espaço necessário para o desenvolvimento e as transformações necessárias, com cuidado e perseverança.

À psicóloga Helena Carvalho, pelas muitas contribuições e exímia revisão deste estudo.

Aos amigos do mestrado, especialmente Ana Paula, Jefferson, Sofia, Barbara, Raul, Luna, Marcos, Pipelmo e Michel, pelos muitos momentos de companheirismo, cooperação e afeição. Que venham muitos mais!

Aos bons e velhos amigos de Brasília, Eduardo, Emmanuel e Fabrício, sempre presentes, independentemente das distâncias.

A todos os amigos junguianos feitos em congressos e viagens.

Aos jovens que participaram da pesquisa e compartilharam suas dores e reflexões.

À equipe socioeducativa que muito me auxiliou e apoiou na execução desta pesquisa.

Aos representantes do Governo do Distrito Federal pelo afastamento para estudos, sem o qual não seria possível a realização deste mestrado.

A todos os trabalhadores envolvidos nos transportes que me conduziram com segurança nos trajetos que fiz.

À multifacetada e vibrante cidade de São Paulo.

RESUMO

BRAGA, Ezequiel Nogueira. **Ficcionando: Uma proposta de oficina sobre violência com jovens em conflito com a lei fundamentada na psicologia analítica.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

Perante o problema da violência de jovens no Brasil, a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) prevê a atuação do psicólogo individualmente, com grupos e com a família dos jovens, de modo a possibilitar a reflexão moral e a autonomia. O presente trabalho propõe uma intervenção em grupo, no formato de oficina, desenvolvida a partir de pressupostos teóricos da psicologia analítica sobre moralidade e agressividade e de revisão da literatura sobre o tema. A oficina é construída a partir de histórias de violência contadas pelos jovens, histórias essas que não aconteceram diretamente com eles, mas que os marcaram de alguma forma. Com base nas narrativas, o coordenador oferece estímulos que ajudam o grupo a tecer reflexões e a propor acréscimos imaginários que visam ao processamento da consciência moral e o reconhecimento de fantasias agressivas. Foi realizado estudo de caso, com enfoque qualitativo, tendo como objeto de estudo oficina da qual participaram quatro jovens de 18 a 20 anos que cumpriam medida socioeducativa de semiliberdade, dois dos quais completaram todo o processo de intervenção. A unidade de análise principal foi a iniciativa de implementação da oficina, e as unidades de análise subordinadas compreenderam a análise dos relatos do grupo – que abarcou a identificação, categorização e nomeação de padrões, como proposto por Ezzy (2002) –, das narrativas individuais e dos escores obtidos pelos participantes na aplicação pré e pós-teste da Escala de Condutas Antissociais e Delitivas (ECAD) (FORMIGA; GOUVEIA, 2003). Na análise temática dos relatos do grupo emergiram doze temas que articulam as situações de violência relatadas, suas consequências, os códigos morais que as sustentam, os conflitos morais e as ponderações dos participantes, bem como quatro eixos temáticos – “Naturalização da violência”, “Possessão pela loucura”, “Condicionamento dos vínculos” e “Liminalidade da violência” – entrelaçados pela noção de determinismo. Individualmente, foi possível identificar mecanismos defensivos, códigos de pertença e impulsividade que dificultam processos reflexivos, assim como tensões entre os códigos morais coletivos e o determinismo da violência, com sentimentos pessoais de medo, apego e empatia conduzindo a ponderações incipientes com o reconhecimento de potenciais destrutivos. A oficina demonstra potencial como estimuladora de consciência moral e configura um espaço de confiança e de amparo possível para jovens envolvidos em situações de violência. Considera-se válida como estudo piloto a ser implementado.

Palavras-chave: Jovens em conflito com a lei. Violência. Intervenção psicológica. Consciência moral. Psicologia analítica.

ABSTRACT

BRAGA, Ezequiel Nogueira. **Fiction-making: A workshop proposal on violence for youth in conflict with the law based on analytical psychology.** Dissertation (Master degree in Clinical Psychology) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

To address the issue of youth violence in Brazil, the National Policy for Socio-educational Care (Política Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE) foresees the practice of psychologists with individuals, groups and even families to enable moral reflection and autonomy. The present work proposes a group intervention in the form of a workshop developed upon the theoretical framework of analytical psychology relative to morality and aggressiveness, as well as from a literature review on the topic. The workshop is based on stories of violence told by the youths in which they were not directly involved, but that in some way left an impression on them. Based on these narratives, and in order to provoke the processing of moral consciousness and the recognition of aggressive fantasies, the coordinator provides stimuli that help the group weave considerations and propose imaginary additions to the story. A qualitative case study was conducted. The participants were four male youths 18 to 20 years old serving a socio-educational sentence in semi-confinement; only two completed the entire intervention process. The main unit of analysis was the workshop initiative. The subordinate units of analysis comprised the analysis of group reports – which included the identification, categorization and naming of standards, as proposed by Ezzy (2002) –, of individual narratives and of the scores of the participants in the pre and post-test application of the Scale of Antisocial and Criminal Conducts (Escala de Condutas Antissociais e Delitivas – ECAD) (FORMIGA & GOUVEIA, 2003). The thematic analysis of group accounts yielded twelve themes that articulate the expressions of violence, its consequences, the moral codes that sustain them, the moral conflicts and considerations of the participants, and four thematic axes – "Naturalizing violence", "Possession by madness", "Conditioned bonds", and "Liminality of violence" – interwoven by the notion of determinism. At the individual level, it was possible to identify defensive mechanisms, codes of belonging and impulsiveness that hinder reflexive processes, in addition to tensions between the collective moral codes and the determinism of violence, with personal feelings of fear, attachment, and empathy, leading to incipient considerations with the recognition of destructive potential. The workshop shows potential as a form of stimulating moral consciousness. It also represents a possible safe space that supports youths involved in situations of violence. The present work is considered valid as a pilot study to be implemented.

Keywords: Youth in conflict with the law. Violence. Psychological intervention. Moral consciousness. Analytical psychology.

Em nossa história de caso está nossa dignidade humana, mesmo se aquela história tiver sido escrita por Zola, Grenet, Spillane ou Dickens. Mesmo se for um conto de degradação escrito com sentimentalismo, mesmo se apresentada como um laço inteiramente literal de fatos para enforçar alguém em um diagnóstico clínico, uma história de caso – porque é história e dessa forma ficção – é um mover-se para dentro da imaginação. Pois é a imaginação que dá distância e dignidade, permitindo-nos ver eventos como imagens. (HILLMAN, 2005)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – Escores de condutas antissociais e delitivas na primeira aplicação.....	48
TABELA 2 – Escores de condutas antissociais e delitivas na segunda aplicação.....	48
QUADRO 1 – Identificação de atos violentos.....	49
QUADRO 2 – Consequências de atos violentos.....	51
QUADRO 3 – Códigos morais coletivos de pertença.....	53
QUADRO 4 – Conflitos morais e ponderações.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REVISÃO DE PESQUISAS: INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS COM JOVENS EM CONFLITO COM A LEI.....	19
2.1 Publicações no Brasil: perspectivas teóricas e reflexões	19
2.1.1 Intervenções psicológicas individuais	20
2.1.2 Intervenções psicológicas com a família	22
2.1.3 Intervenções psicológicas em grupo	22
2.2 Publicações internacionais: comparações possíveis com o contexto brasileiro	25
2.3 Síntese das pesquisas.....	28
3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS ACERCA DA AGRESSIVIDADE, VIOLÊNCIA E MORALIDADE EM PSICOLOGIA ANALÍTICA	30
3.1 Delimitações sobre agressividade e violência	30
3.2 O reconhecimento da agressividade no desenvolvimento humano.....	31
3.3 Delimitações sobre a consciência moral	32
3.4 As fantasias agressivas e a consciência moral na clínica com jovens	34
4 OBJETIVOS	37
4.1 Objetivo geral.....	37
4.2 Objetivos específicos	37
4.3 Noção sobre consciência moral	37
4.4 Questão	37
5 MÉTODO.....	38
5.1 Características do estudo	38
5.2 Participantes.....	38
5.3 Local	39
5.4 Instrumentos.....	39
5.4.1 Equipamento	39
5.4.2 Questionário de identificação	39
5.4.3 Escala.....	39
5.4.4 Notas de campo	40
5.4.5 Oficina	40
5.4.6 Entrevistas.....	42
5.5 Procedimentos	42

5.5.1 Seleção dos participantes.....	42
5.5.2 Procedimento de intervenção	43
5.5.2.1 TCLE, Questionário de identificação e pré-teste ECAD.....	43
5.5.2.2 Oficina	44
5.5.2.3 Entrevistas e pós-teste ECAD	44
5.5.3 Procedimentos de análise das informações.....	44
5.5.3.1. Análise temática das narrativas.....	45
5.5.4 Procedimento ético	47
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
6.1 Escores ECAD	48
6.2 Análise temática dos relatos de grupo	49
6.2.1 Eixos temáticos e “Teoria” de base.....	56
6.3 Narrativas individuais.....	57
6.3.1 Elias	57
6.3.1.1 Descrição e trajetória.....	57
6.3.1.2 Impressões do pesquisador	58
6.3.1.3 Análise da narrativa	58
6.3.1.4 Análise dos resultados da ECAD	64
6.3.2 Ícaro.....	65
6.3.2.1 Descrição e trajetória.....	65
6.3.2.2 Impressões do pesquisador	66
6.3.2.3 Análise da narrativa	67
6.3.2.4 Análise dos resultados da ECAD	70
6.3.3 Fausto	70
6.3.3.1 Descrição e trajetória.....	70
6.3.3.2 Impressões do pesquisador	71
6.3.3.3 Narrativa individual	73
6.3.4 Félix.....	76
6.3.4.1 Descrição e trajetória.....	76
6.3.4.2 Impressões do pesquisador	76
6.3.4.3 Narrativa individual	77
6.4 Repercussões das relações com os participantes e da intervenção no pesquisador ...	79
6.5 Síntese dos resultados.....	81
7 DISCUSSÃO	83

7.1 O determinismo como uma narrativa defensiva	83
7.2 Consciência moral: entre a sombra e a persona.....	86
7.3 Tensões morais e o fortalecimento do senso de inibição	88
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	99
APÊNDICE B – Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável.....	100
APÊNDICE C – Carta Convite	101
APÊNDICE D – Questionário de identificação.....	102
APÊNDICE E – Resumo das narrativas	104
ANEXO A – Escala de Condutas Antissociais e Delitivas (ECAD).....	107
ANEXO B – Autorização da pesquisa.....	109

1 INTRODUÇÃO

As motivações que levaram a este projeto estão relacionadas ao trabalho e à vivência como psicólogo em unidades de internação, semiliberdade e liberdade assistida do sistema socioeducativo do Distrito Federal, experiências essas que despertaram o interesse pelas questões abordadas ao longo do texto. A busca pela construção de práticas que considerem a subjetividade de jovens em conflito com a lei é um desafio em meio às tribulações institucionais políticas e exigências burocráticas. Esse ambiente institucional também é repleto de conflitos, contradições e ambiguidades entre o pensar, agir e sentir das pessoas que compõem a complexa comunidade socioeducativa¹. Muitas vezes, esses conflitos são vividos como tormentos na medida em que colocam em xeque as posições, crenças e valores pessoais dos operadores do sistema socioeducativo, o que também leva a desfechos violentos. Este projeto visa oferecer uma resposta criativa que possa contribuir para o enfrentamento dos desafios institucionais no trabalho com medidas socioeducativas.

Considerando-se jovem o indivíduo entre 15 e 29 anos – de acordo com a definição estabelecida pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) – temos que a violência juvenil no Brasil é marcante, ainda mais quando se levam em conta as mortes que são o resultado mais extremo, demonstrando que a população jovem é aquela mais vulnerável às situações de violência. O último levantamento específico sobre mortalidade juvenil figura o país como o sétimo do mundo em número de jovens assassinados entre os noventa e cinco países pesquisados, tendo como base de comparação os dados homogêneos oferecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (WAISELFISZ, 2014). Os índices mostram que a taxa de homicídios aumenta consideravelmente quando considerada a população jovem: salta de um valor de 9,2 homicídios por 100 mil habitantes, aos 14 anos de idade, para 69,3 por 100 mil habitantes, aos 21 anos. Em termos de progressão histórica, verifica-se que a mortalidade na faixa etária de 15 a 24 anos aumentou nas últimas três décadas, com exceção dos anos de 2004 e 2007, contrastando com a taxa de mortes na população geral brasileira, que diminuiu (WAISELFISZ, op. cit.). Homicídio, acidente de trânsito e suicídio, considerados “causas externas” pela Classificação Internacional de Doenças – CID 10, foram responsáveis por 69,5% das mortes dos jovens brasileiros registradas em 2011. Destaca-se também o fato de 92% da vitimização homicida ser masculina. Outro levantamento, este específico sobre homicídios por

¹Termo que designa todos os envolvidos no processo de execução das medidas e atendimento socioeducativos de uma ou mais unidades de atendimento socioeducativo.

armas de fogo, mostrou que 58% de todos homicídios por armas de fogo registrados no Brasil em 2014 tem por vítimas jovens entre 15 e 29 anos (WASELFISZ, 2015). E número de jovens assassinados no Brasil continua a aumentar, entre os anos de 2006 e 2016 a taxa de crescimento de homicídio de jovens foi de 23,3% (CERQUEIRA et. al., 2018). Esses dados demonstram a necessidade de atenção aos jovens do sexo masculino como público mais vulnerável à violência quando comparado à população geral.

Diante desse quadro, uma resposta possível no Brasil para o problema da violência juvenil é a política de Atendimento Socioeducativo (SINASE)², que trabalha com um recorte da população jovem em geral, pois se ocupa de adolescentes e jovens de 12 até 21 anos de idade que cometeram um ato infracional³. A população de jovens internados em instituições socioeducativas é pouco representativa em relação à população jovem brasileira como um todo⁴, mas mantém algumas correspondências com a violência juvenil em geral. No sistema socioeducativo brasileiro, os adolescentes e jovens do sexo masculino correspondem a 96%. Aqueles na faixa etária de 16 e 17 anos compõem 57% da população de socioeducandos e os de 18 a 21 anos, 23%. Os atos infracionais análogos a homicídio representam 10% dos atos cometidos por adolescentes e jovens até 18 anos, enquanto os de latrocínio, para essa mesma população, equivalem a 2%. Os atos infracionais mais comuns são aqueles análogos a roubo (47%) e tráfico de drogas (22%) (BRASIL, 2018).

Apesar da relevância qualitativa dos dados sobre os atos infracionais análogos a homicídio e latrocínio, já que tratam de formas de violência extrema, o número de atentados contra a vida é significativamente menor do que os atos infracionais contra o patrimônio e aqueles relacionados com entorpecentes. Esses últimos podem, por um lado, ser considerados o tipo de violência mais praticada pelos jovens, mas, por outro, representam os tipos de infrações mais reprimidas pelas autoridades. Possivelmente revelam, ainda, um aspecto da violência estrutural no Brasil, uma vez que a vulnerabilidade dos jovens acaba sendo lucrativa para narcotraficantes e milícias que os recrutam como entregadores e/ou revendedores de drogas e de mercadorias roubadas.

² Política pública que organiza a execução das medidas socioeducativas no Brasil. É instituída pela Lei Federal 12.594/2012 de 18 de janeiro de 2012 e regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/1990), pela Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução 160/2013 do Conanda).

³ A conduta descrita como crime ou contravenção penal de adolescentes e jovens de 12 a 18 anos de idade.

⁴ São 26.450 adolescentes e jovens internados em todo o país em 2016 (BRASIL, 2018).

Na justiça juvenil brasileira, a execução da medida socioeducativa se diferencia da execução penal. Apesar de comportar o aspecto sancionatório de uma determinação judicial que impõe a restrição do direito de ir e vir como resposta ao delito praticado, suas ações levam em consideração as características de desenvolvimento peculiares à adolescência e juventude. Além de atender aos direitos fundamentais do adolescente e do jovem, a medida socioeducativa deve ser capaz de promover uma experiência que ofereça alternativas à infração, contribuindo para que os socioeducandos sejam capazes de refletir sobre suas escolhas morais e se posicionem diante das condições adversas que influenciam sua conduta e marcam o desenvolvimento de sua identidade (LOPES, 2014). O incentivo à reflexão moral e ao protagonismo nas escolhas éticas como elemento do trabalho com a violência é o foco das medidas socioeducativas e serve de fundamento para a presente dissertação.

No campo da psicologia clínica, o comportamento antissocial frequente em jovens possui inúmeras denominações: “agressivo”, “violento”, “transtorno de conduta”, “transtorno oppositor desafiador”, “transtorno de conduta antissocial” e “delinquente”, dentre outros. De outra parte, a expressão “comportamento antissocial” é um termo genérico para atos ilegais que podem ou não terem sido reportados às autoridades e, portanto, relaciona-se com o sistema jurídico (CONNOR, 2002). Um termo mais comum para se referir ao jovem que comete um ato contra a lei é “delinquência juvenil”, especialmente na literatura acadêmica encontrada fora do Brasil (YOUNG; GREER; CHURCH, 2017), com isso, o uso desse termo refere-se a uma variedade de comportamentos que não necessariamente resultam em uma relação com o sistema judiciário. Portanto, a chamada delinquência juvenil é uma categoria que muitas vezes é considerada mais distante do interesse clínico por não tratar de nenhum transtorno ou síndrome claramente definida dentro do grupo de desordens de conduta. Configura-se mais como uma categoria social e jurídica, só ganhando aspectos psicopatológicos se os comportamentos antissociais se mantiverem persistentes na idade adulta (LIMA FILHO, 2002).

Esta dissertação parte de um diálogo interdisciplinar entre a criminologia, a psicologia clínica e as ciências do desenvolvimento humano, visando tornar possível uma compreensão de clínica ampliada em relação aos contextos tradicionais de trabalho com saúde mental, pois lida com jovens institucionalizados, inseridos na política pública de atendimento socioeducativo (SINASE) e em relação com a justiça juvenil. Os objetivos das medidas socioeducativas coincidem com o interesse da clínica numa abordagem dirigida (a) pela compreensão da dinâmica subjetiva da violência juvenil, (b) pela busca do desenvolvimento de uma autonomia moral dos jovens e (c) pelo incentivo aos processos criativos – alternativos aos da trajetória infracional – no desenvolvimento da identidade e personalidade. Assim, será adotada a

terminologia “jovem em conflito com a lei”, que já foi usado por pesquisadores e profissionais (YOUNG; GREER; CHURCH, 2017) das Organizações das Nações Unidas (ONU) e é um termo comum na literatura acadêmica brasileira. Considera-se que essa denominação permite estabelecer um diálogo interdisciplinar entre a psicologia e o direito, diálogo esse necessário no trabalho com medidas socioeducativas.

O trabalho do psicólogo nas medidas socioeducativas é determinado pelas orientações da resolução número 119 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2006) e deve ser feito com base em intervenções individuais, familiares e grupais. Dentre as intervenções em grupo, a resolução prevê oficinas como um dos métodos para trabalhar as demandas dos jovens. No entanto, o fazer psicológico no atendimento aos adolescentes e jovens em conflito com a lei ainda prescinde de melhores fundamentos teóricos e metodológicos para que as práticas previstas na legislação sejam concretizadas. Além disso, o profissional tende a desenvolver intervenções baseadas mais em modelos advindos do serviço social (LOPES, 2014) do que naqueles específicos de sua formação.

Neste sentido, como forma de afirmar o fazer psicológico nas medidas socioeducativas, escolheu-se o arcabouço teórico da psicologia analítica pelo fato de que essa teoria proporciona a apreensão dos aspectos subjetivos da violência, o que não implica dizer, necessariamente, aspectos meramente individuais. O paradigma junguiano se situa na tensão entre os aspectos individuais e coletivos e compreende a pessoa inserida nas relações e no mundo sem destacá-la da realidade individual (BARRETO, 2008). Tal abordagem será importante para a compreensão do fenômeno da violência juvenil na clínica ampliada, pois as respostas para os problemas da violência nos âmbitos sociais e culturais dependem, em última instância, do esforço individual de autoconhecimento e da resposta ética dos envolvidos. Por empregar uma abordagem finalista e simbólica dos fenômenos psicológicos, a psicologia analítica conduz à compreensão da dinâmica entre os aspectos inconscientes e conscientes do fenômeno estudado, tanto em suas dimensões intrapessoais quanto interpessoais (PENNA, 2013). Os conceitos e pressupostos junguianos abrem possibilidades para pesquisas e trabalhos com recursos imaginativos, criativos e simbólicos com vistas a uma intervenção psicológica com os jovens em conflito com a lei, além de oferecerem elementos para compreender a violência e a moralidade.

Considerando-se os desafios profissionais dos psicólogos e as diretrizes legais de atendimento socioeducativo, a presente dissertação configura-se como uma proposta de intervenção psicológica em formato de oficina voltada para o contexto das medidas socioeducativas que aborde o tema da moralidade e da violência a partir dos conhecimentos

teóricos da psicologia analítica. A oficina, construída em modelo piloto, visou incentivar reflexões e processos criativos relacionados à moralidade e à violência por meio da narração e construção de histórias. Para a construção da oficina e da pesquisa, realizou-se inicialmente um levantamento nos sites de busca da produção científica no Brasil e no exterior, abordados no Capítulo 2. Em seguida, no Capítulo 3, são apresentados os fundamentos teóricos da psicologia analítica relativos à compreensão da agressividade, violência e moralidade, que em conjunto com a revisão de literatura formaram a base de orientação para que a oficina destinada à intervenção fosse organizada e aplicada ao grupo participante. No Capítulo 4 são apresentados os objetivos e, no Capítulo 5, é apresentada a oficina e o método do projeto que se configura como um estudo de caso qualitativo cuja unidade de análise principal é avaliação da iniciativa de implementação da oficina (YIN, 2015) e as unidades de análise subordinadas são análises temáticas dos relatos de grupo (EZZY, 2002) e as análises individuais das narrativas associada à análise qualitativa dos resultados da aplicação pré e pós-teste da Escala de Condutas Antissociais e Delitivas (ECAD) (FORMIGA; GOUVEIA, 2003). No Capítulo 6 são demonstrados os resultados a partir das unidades de análise subordinadas ilustradas com tabelas, quadros e vinhetas de diálogos ocorridos durante a oficina. No capítulo 7 é realizada a discussão a partir da teoria de base e, no Capítulo 8, as considerações finais.

2 REVISÃO DE PESQUISAS: INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS COM JOVENS EM CONFLITO COM A LEI

Por meio de uma revisão de literatura que considera várias abordagens psicológicas, é apresentado um panorama das limitações e dos avanços alcançados em intervenções psicológicas clínicas com os jovens em conflito com a lei. Foram excluídas as pesquisas que não trabalham no contexto de programas de atendimento a jovens no sistema de justiça juvenil e as que tratam exclusivamente das psicopatologias e transtornos de conduta entre os jovens. As buscas consideraram as publicações apresentadas tanto em português quanto em inglês e realizadas entre os anos de 2003 a 2018, no intuito de abarcar um período amplo.

As buscas circunscritas à língua portuguesa foram feitas com combinações das palavras-chave: “intervenções”, “psicologia clínica”, “adolescentes em conflito com a lei”, “jovens em conflito com a lei”, “socioeducandos”, “violência juvenil” e “oficinas”. Em inglês, foram utilizadas combinações dos termos: “incarcerated youth”, “young offenders”, “juvenile delinquency”, “clinical psychology”, “treatment”, “psychotherapy” e “intervention”. O levantamento foi conduzido nas seguintes bases de dados: CAPES, PUC-SP, UnB e USP, Google Acadêmico, Medline, PePsic-Bireme e Scielo. Apesar de não estar entre as palavras-chave, o termo híbrido “intervenção psicossocial”⁵ apareceu com frequência nas pesquisas em português que se declaravam como clínicas e foi considerado, pois foi avaliado como próximo à noção de clínica ampliada trabalhada neste projeto.

2.1 Publicações no Brasil: perspectivas teóricas e reflexões

Assim como dispõem as orientações legais para o atendimento socioeducativo (BRASIL, 2006), foram registradas intervenções clínicas no Brasil com abordagens individuais, em família e em grupo. As descrições pormenorizadas buscaram registrar detalhes acerca do atendimento e descrever as dificuldades e os sucessos das pesquisas, de forma a indicar caminhos para a construção da intervenção psicológica proposta neste projeto.

⁵ O termo advindo da psicologia social caracteriza as intervenções psicológicas realizadas em instituições, comunidades e outros espaços sociais e de grupo. Busca se diferenciar da psicologia, cuja intervenção é focada somente no indivíduo. O embasamento teórico deste projeto no paradigma junguiano permite uma noção de clínica que considera os processos grupais e as intervenções em instituições como possibilidades de intervenção psicológica. Portanto, o termo “clínica ampliada” é apropriado para delimitar o campo de atuação neste projeto.

2.1.1 Intervenções psicológicas individuais

Dentre as intervenções individuais, os trabalhos levantados buscaram adentrar as instituições socioeducativas com os enquadres comuns aos atendimentos em consultórios: demanda espontânea, atendimentos semanais e garantia de sigilo profissional, visando ao acolhimento do sofrimento trazido e à escuta terapêutica (BARRA, 2007; COSTA; CARVALHO; WENTZEL, 2009; MORATO et al., 2005; VILLAS BOAS, 2013). Os relatos de pesquisa são ilustrados por vinhetas clínicas e demonstraram as dificuldades de engajamento dos jovens em um processo terapêutico, especialmente em terapias que se propõem de longa duração. Os jovens socioeducandos não necessariamente apresentam demanda espontânea por atendimento psicológico e, assim, boa parte do trabalho do psicoterapeuta residiria em criar tal demanda. Também foram constatadas fugas, evasões, transferências de unidade e mesmo a liberação da medida socioeducativa pela justiça antes que um trabalho clínico fosse aprofundado.

Os pesquisadores/psicoterapeutas precisaram demarcar um papel diferente daquele dos demais profissionais que operam o sistema socioeducativo e judiciário. Tal atitude foi devida à tentativa de evitar que os jovens dessem respostas padronizadas, automáticas e até mesmo simuladas, assim como o fazem para os operadores do sistema socioeducativo, visando influenciar o processo de avaliação encaminhado ao sistema judiciário que determina a continuidade ou não da sanção legal (BARRA, 2007; COSTA; CARVALHO; WENTZEL, 2009; MORATO et al., 2005; MOSQUERA, 2008; VILLAS BOAS, 2013). Ainda assim, as pesquisas de Costa, Carvalho e Wentzel (op. cit.) e Morato et al. (op. cit.) revelaram que foi comum haver atitudes resistentes por parte dos jovens.

A intervenção psicológica individual nas medidas socioeducativas se configura com objetivos diferentes de acordo com a abordagem teórica adotada pelo pesquisador. Para as pesquisadoras psicanalistas, o atendimento ao jovem em conflito com a lei tem como objetivo levá-lo a um processo subjetivo de responsabilização pelo ato infracional (BARRA, 2007; VILLAS BOAS, 2013). Morato et al. (2005) e Mosquera (2008) partem de uma abordagem humanista, centrada na pessoa, e propõem que o atendimento psicológico nas medidas socioeducativas deva focar a retirada dos jovens de um processo de institucionalização que limita suas possibilidades de desenvolvimento e, então, trabalhar pela retomada do protagonismo em relação às próprias escolhas. Costa, Carvalho e Wentzel (2009) tiveram por objetivos promover alívio da ansiedade e incentivar reflexões críticas dos jovens acerca de sua

situação presente e das suas responsabilidades. A maioria das pesquisas não se propôs a fazer uma avaliação da intervenção, mas um aprofundamento entre as respectivas teorias de base e a prática. Somente o trabalho de Costa, Carvalho e Wentzel (op. cit.) registrou, por meio de aplicação de questionários e escalas em modelo pré-teste e pós-teste, a satisfação de 70,2 % dos atendidos quanto ao atendimento realizado e a redução das taxas de depressão em 41% e de ansiedade em 72,9%, após as intervenções.

As pesquisas apresentam linguagem especializada e discussões calcadas no arcabouço teórico dos pesquisadores, porém há diversos aspectos relevantes para um estudioso de qualquer abordagem teórica em psicologia clínica, especialmente no que se trata do manejo clínico com o jovem em conflito com a lei. Barra (op. cit.) e Villas Boas (op. cit.) destacam que muitos dos atos delituosos cometidos por jovens têm a marca da inconsciência, ou seja, os jovens não sabem por que nem para que praticaram tais atos. As autoras partem de discussões com base na teoria psicanalítica do desenvolvimento e remetem a origem do ato delitivo ao complexo de Édipo e à formação do superego. Barra (op. cit.) sugere a atenção especial diante de um eventual sentimento de culpa inconsciente de origem edípica, que pode estar por trás das motivações de um ato delituoso e, assim, a intervenção clínica deve permitir uma elaboração consciente desses sentimentos.

Villas Boas (op. cit.) não faz recomendações para o manejo clínico, mas levanta hipóteses sobre a dinâmica subjetiva do ato delitivo, pois constata que há problemas de instituição do aspecto simbólico do falo, i.e., do processo que acontece durante a resolução do complexo de Édipo e que dá suporte para o desenvolvimento de funções como o fantasiar e o sublimar. Para ela, o jovem apresenta poucos recursos de simbolização, dificuldades de reflexão e carência de *insights* sobre afetos e conflitos internos, o que aumenta os riscos de atuação criminosa. Deduz-se que uma intervenção clínica compatível com o atendimento socioeducativo pode visar à facilitação dos processos de reflexão e de elaboração consciente dos sentimentos.

Morato et al. (2005) e Mosquera (2008) consideram ser possível a realização de acompanhamento psicológico por meio do aconselhamento de base humanista. Para tanto, a intervenção psicológica deve estar pautada em uma atitude acolhedora e não julgadora por parte do psicólogo para, assim, possibilitar a integração das vivências narradas pelos jovens. Na experiência dos pesquisadores, foi comum que os terapeutas fizessem muitas perguntas exploratórias para incentivar a participação dos jovens nas sessões de atendimento psicológico e auxiliar a elaboração dos conteúdos trazidos. As intervenções serviram ao propósito de acolhimento do sofrimento dos jovens. Por fim, Costa, Carvalho e Wentzel (2009) refletem que

a intervenção psicológica permite a criação de um espaço privilegiado e raro na vida dos jovens em conflito com a lei, ou seja, a possibilidade de reflexão e de consideração sobre aspectos da própria subjetividade.

2.1.2 Intervenções psicológicas com a família

As intervenções com a família focaram o modelo de grupo terapêutico, incluindo (a) relatos e reflexões sobre a história familiar e encaminhamento de tarefas como formas de fortalecer vínculos familiares e repensar o atual momento de vida (COSTA et al., 2007) e (b) treinos de habilidades sociais e habilidades familiares que influenciem a probabilidade de que o membro da família que cometeu atos delitivos volte a fazê-lo (GALLO, 2006). Esse tipo de intervenção psicológica também se mostrou uma alternativa de atendimento socioeducativo no caso daqueles jovens que não se engajam em situações individuais e grupais. Ainda que, como afirmam os autores, esse método possa influenciar a conduta dos jovens, não serve de parâmetro para este projeto uma vez que difere em escopo.

2.1.3 Intervenções psicológicas em grupo

Dentre as intervenções em grupo foram registradas (a) aquelas baseadas na busca por desenvolver competências e habilidades relacionais que promovam comportamentos mais adaptados ao convívio social (ROCHA, 2008; PADOVANI, 2003, 2008), (b) as em modelo de oficinas que trabalharam os significados das experiências de vida dos jovens (CONCEIÇÃO et al., 2016; TOMASELLO, 2006) e (c) a de grupo terapêutico para o compartilhamento e elaboração de experiências relacionadas às expectativas sociais e à necessidade de um reconhecimento existencial (LEÃO, 2007). As pesquisas que trabalharam no modelo de oficinas com jovens em conflito com a lei utilizaram técnicas com narrativas e recursos lúdicos (TOMASELLO, 2006; CONCEIÇÃO et al., 2016).

A dificuldade de engajamento dos jovens na pesquisa e nos atendimentos foi relatada nos trabalhos de Conceição et al. (op. cit.) e de Padovani (2008). A desconfiança em relação aos pesquisadores, no início da pesquisa, e as questões de ordem prática e institucionais interferiram no estudo e nos atendimentos, mas foram contornadas por um bom trabalho de *rapport* e, no caso de Conceição et al. (op. cit.), devido ao fato de as pesquisadoras constantemente remeterem a um contrato terapêutico que foi firmado no início da pesquisa/intervenção e que expunha a necessidade de engajamento dos jovens. No trabalho de

Padovani (op. cit.), o autor relata que houve desistência de vários participantes, terminando a pesquisa com apenas dois dos nove iniciais. Apesar da pouca adesão, foi possível dar continuidade ao estudo e obter resultados. Todas as pesquisas relataram a satisfação daqueles participantes que se engajaram nos trabalhos em grupo propostos.

Rocha (2008) investigou os efeitos da psicoterapia de base comportamental, durante noventa e nove sessões em dois anos, com onze adolescentes em regime de internação que cometeram atos infracionais considerados graves. A pesquisa trabalhou com a hipótese de que os comportamentos considerados indesejáveis, como a “hostilidade”, “mentir” e “culpar o outro” deveriam diminuir. Ademais, comportamentos aceitáveis, como “autorrevelação”, “expressão de arrependimento” e “expressão de sentimentos positivos” deveriam ser reforçados. Nove socioeducandos tiveram aumento nos comportamentos aceitáveis e diminuição dos comportamentos indesejáveis. Os dois participantes que não apresentaram mudança de comportamento foram diagnosticados com personalidade antissocial. O acompanhamento após o término da medida de internação mostrou que apenas três participantes reincidiram. Tais resultados indicam que a intervenção comportamental proposta pode resultar em mudanças significativas nos comportamentos delitivos, porém a pesquisa não apresenta dados conclusivos.

Padovani (2003, 2008) propõe intervenções que visam enriquecer o repertório de habilidades e, assim, diminuir os fatores de risco pessoais que levam ao cometimento de atos infracionais. O estudioso realizou duas pesquisas com intervenções com quatro adolescentes, a primeira no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) e a segunda em uma unidade da Fundação Casa, ambas em São Carlos – SP. As duas intervenções ocorreram em dez sessões, e a proposta era pensar, junto com os socioeducandos, alternativas para resolução de problemas que haviam enfrentado em situações reais para que pudessem apresentar repostas ao ambiente mais adaptadas e competentes, assim promovendo seu bem-estar psicossocial. Na primeira intervenção (PADOVANI, 2003), o pesquisador fez apresentações expositivas, discussões em grupo e atividades escritas. Na segunda pesquisa (PADOVANI, 2008), além dos recursos utilizados na primeira, houve a discussão de trechos de filmes e análise de contos. Ao trabalhar os exercícios de resolução de problemas, o pesquisador buscou fazer paralelos com as situações reais que os jovens vivenciaram ou estavam vivenciando. Por meio da aplicação de escalas de depressão, autoestima e raiva, e usando metodologia de pré-teste, pós-teste e *follow-up*, o autor observou diminuição dos escores de raiva e depressão após o término das intervenções nas duas pesquisas. Na primeira, a maioria dos jovens participantes não reincidiu em atos infracionais nos três meses após o término da intervenção, com exceção de um que, ainda assim, cometeu

um ato de menor gravidade que o perpetrado anteriormente. No segundo estudo, também foram verificados melhores escores de bem-estar psicossocial, mostrando que a técnica utilizada para resolução de conflitos foi eficiente no atendimento aos socioeducandos.

Tomasello (2006) desenvolveu oficinas com música *rap* em encontros quinzenais durante um ano do projeto, para que os jovens pudessem refletir sobre os atos que os levaram a entrar em conflito com a lei. Cinco socioeducandos foram convidados a compor as letras dos *raps* que posteriormente foram musicados. Os jovens expuseram, nas músicas, aspectos de suas realidades e os sentidos que os delitos cometidos adquiriram para eles e que, de alguma forma, justificavam suas trajetórias infracionais. Foram narrados o início precoce e os aspectos transgeracionais no envolvimento com a criminalidade, o fascínio pelas drogas, a ausência paterna e a banalização da violência. As formas de resolução dos problemas e de saída da condição infracional colocadas pelos participantes nas letras das músicas mostraram-se drásticas, como o rompimento com a família ou a conversão religiosa. Esses resultados demonstraram que os jovens tinham pouca esperança em termos de projetos futuros e de lidar autonomamente com seus conflitos, buscando soluções imediatistas. A intervenção proposta com músicas *rap* mostrou-se eficiente como ferramenta clínica para reflexão. O estudioso relata não ter podido obter mais dados, pois os participantes não aceitaram que fosse realizado qualquer registro da pesquisa com equipamento audiovisual.

Conceição et al. (2016) realizaram uma adaptação da metodologia História de Vida, que já é usada dentro do contexto do psicodrama. A técnica propõe a criação de uma narrativa da história de vida pessoal que serve de conteúdo para reflexões e possíveis reformulações do autor da história junto com o psicoterapeuta. As oficinas ocorreram em nove encontros no período de três meses, uma vez por semana, com doze socioeducandos, dez rapazes e duas moças que cumpriam a medida socioeducativa de liberdade assistida (LA).

As narrativas construídas foram marcadas por tentativas frustradas de sucesso devido às mudanças abruptas de projetos de vida, sempre culminando na realização de um destino trágico e repetitivo de violência, morte e ligação com o tráfico de drogas. Também a maneira dos jovens de lidar com conflitos foi marcada pela falta de reflexão sobre o problema colocado. As conclusões que resultaram das narrativas levaram as autoras a considerarem que o agir impulsivo teve primazia como um elemento que sustentou as identidades na trajetória de vida e infracional dos socioeducandos. Questionados sobre essas percepções das pesquisadoras, os participantes justificaram fazer uso de drogas como uma maneira de facilitar o pensamento e um recurso que os ajudaria a terem momentos de pausas para reflexão. Sobre essa afirmação, as autoras discutem que, mesmo com o uso de substâncias psicotrópicas e, às vezes, por causa

delas, os jovens ainda apresentavam dificuldade de integrar pensamento e ação. Apesar dos percalços para a realização da pesquisa, as estudiosas consideraram ter obtido sucesso com a oficina, pois os participantes relataram que foi marcante terem tido a oportunidade de realizar reflexões sobre as trajetórias de vida e de se sentir protagonistas na criação das narrativas.

Leão (2007) apresenta vinhetas de atendimentos em grupo que visaram ao compartilhamento das vivências de preconceito, estigma, discriminação e estereótipo. A pesquisadora parte do pressuposto de que os jovens podem se vincular a um mundo “à margem da sociedade”, infracional e criminoso, quando vivenciam situações que os excluem de processos de socialização que permitam a constituição de uma identidade cidadã. A autora afirma que os projetos de futuro dos jovens são muitas vezes afetados por expectativas preconceituosas, estigmas, discriminações e estereótipos deterministas da sociedade, que se reproduzem em contextos familiares e institucionais, com impactos na formação da identidade. A saída apontada pela pesquisadora é buscar e enfatizar as experiências positivas vividas pelos socioeducandos para, assim, demonstrar para os próprios jovens suas potencialidades de ser que não foram percebidas e promover a ressignificação de suas histórias e identidades. Como conclusão do trabalho, a estudiosa traz apenas reflexões teóricas sobre a intervenção realizada.

As investigações de Conceição et al. (2016), Leão (op. cit.) e Tomasello (2006) consistiram de intervenções psicológicas que trataram das relações entre as expectativas sociais, identidade e violência juvenil, inserindo-se assim em uma abordagem relacional em psicologia. Guardadas as diferenças teóricas, esses trabalhos indicam uma tendência de uso de narrativas como uma maneira de fazer intervenções clínicas com os jovens em grupo.

2.2 Publicações internacionais: comparações possíveis com o contexto brasileiro

As pesquisas encontradas nas buscas em inglês para esta revisão de literatura abarcaram publicações de países da América do Norte, Europa Ocidental e Oceania e coincidem com a constatação de Weisz et al. (2013) de que, nas últimas quatro décadas, em muitos países, as publicações relacionadas à psicologia clínica com jovens em conflito com a lei tratam de temas como ansiedade, baixa autoestima, comportamento disruptivo, sérios distúrbios emocionais, depressão, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e transtornos de conduta. De fato, os artigos levantados tratam de pesquisas com foco na atuação com transtornos e síndromes encontradas no público de jovens em conflito com a lei, e, portanto, não são aplicáveis tendo em vista o interesse específico deste projeto.

Devem ser levadas em conta as muitas diferenças de atuação e interesse de pesquisas de psicólogos em relação ao jovem em conflito com a lei no Brasil e no exterior. São díspares a formação inicial dos psicólogos, a legislação e a organização dos programas que atendem os jovens em conflito com a lei. A maioria das nações de onde partem os estudos em inglês vive em estado de bem-estar social e algumas trabalham intensamente com modelo de justiça restaurativa⁶, como nos casos do Reino Unido, França, Bélgica, Nova Zelândia, Finlândia e Canadá. Tais características conduzem a muitas medidas que evitam o encarceramento dos jovens e permitem que psicólogos e psiquiatras concentrem sua atuação como representantes de serviços de saúde pública no trabalho com os jovens em conflito com a lei (YOUNG; GREER; CHURCH, 2017; GALLO, 2008).

No Brasil, existem alguns esforços de integração de profissionais da saúde e de universidades com os programas de atendimento socioeducativo para o atendimento em saúde mental dos jovens em conflito com a lei. Todavia, a predominância das intervenções psicológicas ainda é feita pela equipe de execução das medidas socioeducativas (GALLO, 2008). Também há esforços no estabelecimento da justiça restaurativa, cujos objetivos se coadunam com os das medidas socioeducativas, porém o modelo punitivo-retributivo ainda é o predominante (GOMES PINTO, 2005).

Apesar de haver convergências na descrição das características de jovens em conflito com a lei de acordo com o contexto cultural (GALLO, op. cit.; PADOVANI, 2003), as possibilidades de tratamento oferecidas dependem, em geral, da disponibilidade dos serviços a que essa população tem acesso e que, portanto, determina a atuação dos psicólogos. As aproximações entre os objetivos das medidas socioeducativas e a compreensão de clínica ampliada são o campo de atuação possível para este projeto. Destarte, a maioria das pesquisas encontradas nessa revisão de literatura, nas buscas em países como Canadá, EUA, Inglaterra e Alemanha, tem maior interesse teórico do que empírico para o contexto brasileiro e revelam um campo de pesquisa a ser mais bem explorado.

Considera-se que trazem contribuições para este projeto algumas publicações que fazem meta-análise sobre intervenções clínicas que são submetidas a testes empíricos quanto à eficácia no tratamento a que se propõem fazer (WEISZ et al. 2013), as chamadas *Evidence-Based Treatments* (EBTs). No trabalho com jovens em conflito com a lei na Europa Ocidental e nos

⁶ Justiça restaurativa consiste em um paradigma alternativo ao modelo punitivo-retributivo de justiça. Baseia-se na ideia de que o sistema judiciário tem por objetivo não apenas punir o autor de um delito de acordo com as leis vigentes, mas promover a reparação dos danos e a mediação das relações entre vítima, ofensor e comunidade, numa tentativa de restaurar os vínculos rompidos e os prejuízos causados.

Estados Unidos da América encontrou-se a predominância de terapias cognitivo-comportamentais (TCC). Foram feitos diversos estudos comparando intervenções como TCC, treinos de habilidades sociais individuais e em grupo bem como intervenções com a família de jovens em conflito com a lei com transtornos de conduta e outros comportamentos delinquentes.

De Swart et al. (2012) compararam mais de 27 pesquisas baseadas em EBTs e concluíram que intervenções que fazem treinos de habilidades sociais em grupo se mostraram ineficientes com jovens institucionalizados, pois os treinos de habilidades feitos em instituições possuem um *setting* muito controlado que não permite generalizações para outros contextos. Além disso, os efeitos de tais intervenções mostraram não se manter ao longo do tempo. A TCC mostrou-se efetiva nos estudos de Weisz et al. (2013), Jensen-Doss e Hawley (2006) e De Swart et al. (2012). Não foram encontrados estudos de eficácia de intervenções em grupo de abordagens psicodinâmicas.

A maioria das publicações sobre revisão de literatura e meta-análise de intervenções psicológicas considera que aquelas realizadas com famílias produziram os melhores resultados em termos da diminuição de comportamentos antissociais e delitivos nos jovens, sendo a Terapia Multissistêmica (*Multisystemic Therapy* – MST) a mais eficiente (CURTIS; RONAN; BORDUIN, 2004; KUMPFER; ALVARADO, 2003; MAY; OSMOND; BILLICK, 2014; SCHAEFFER; BORDUIN, 2005; TIGHE et al., 2012; WEISZ et al., 2013; WEISZ; JENSEN-DOSS; HAWLEY, 2006; YOUNG; GREER; CHURCH, 2017). A MST é uma forma de intervenção psicológica advinda das terapias familiares elaboradas por Henggeler e Borduin (1990) e atua tanto nos aspectos interpessoais quanto nos intrapessoais. É um trabalho intensivo que inclui encontros diários na residência com todos os membros da família do jovem em conflito com a lei. Objetiva identificar os fatores de risco e proteção que influenciam os comportamentos delinquentes e antissociais do jovem que se apresentam nos vários contextos de convívio, como família, comunidade, escola, grupos de pares, dentre outros. A partir da identificação dos fatores protetivos, o terapeuta busca enfatizá-los de modo que os sistemas provoquem influência mútua. A intervenção utiliza-se de várias técnicas da terapia familiar e de terapias cognitivo-comportamentais de resolução de problemas.

Os tratamentos baseados em EBTs têm a vantagem de possuírem descrições pormenorizadas das ações, de modo a torná-las reproduzíveis por quem tiver tal interesse. Há de se ter em conta, contudo, que os critérios de replicabilidade dependem das características do terapeuta, da sua formação e treinamento prévios e de muitas outras características singulares a cada grupo. Neste projeto, constitui uma preocupação a descrição das intervenções, porém não se pretende qualquer replicabilidade e/ou generalização, já que se parte de um paradigma em

que os processos simbólicos-arquetípicos constituem o método para captar os fenômenos psicológicos que se apresentam (PENNA, 2013)⁷, o que difere do método das pesquisas apresentadas.

2.3 Síntese das pesquisas

A maioria dos pesquisadores das intervenções relatadas nesta revisão de literatura optou por intervenções consideradas breves, talvez devido às dificuldades de engajamento constatadas. No entanto, a opção pela brevidade das intervenções também pode ser explicada pelas limitações de tempo inerentes às próprias pesquisas. Também devem ser consideradas as possibilidades de fugas, evasões, transferências de unidade e, até mesmo, a liberação da medida socioeducativa pela justiça antes que um trabalho psicológico seja aprofundado ou a coleta de dados para uma pesquisa seja possível. Portanto, são situações que fogem ao controle do psicólogo e pesquisador. Somente o trabalho de Costa et al. (2007) explicita que a intervenção breve foi uma opção metodológica.

As intervenções podem ser feitas no nível individual, familiar e de grupo. As de natureza individual atingiram objetivos formulados a partir de noções da própria teoria de base e trazem reflexões importantes para a compreensão da dinâmica da violência juvenil no Brasil. Aquelas com as famílias dos jovens em conflito com a lei não correspondem à amostragem escolhida para este estudo e, portanto, não foram consideradas. Em relação às intervenções psicológicas em grupo somente um autor se propôs a avaliar a eficácia na redução de comportamentos antissociais e delitivos (PADOVANI, 2003, 2008). Em consequência, tais pesquisas servem de referência para este projeto em aspectos metodológicos. A constatação de que os jovens em conflito com a lei apresentam um comportamento mais baseado na ação do que na reflexão, o que os leva a apresentar dificuldades em lidar com os conflitos internos, sentimentos e situações de crise (CONCEIÇÃO et al., 2016; TOMASELLO, 2006; VILLAS BOAS, 2013), servirá como uma das referências teóricas para este projeto. As pesquisas de Tomasello (op. cit.) e Conceição et al. (op. cit.), particularmente, demonstram esse fenômeno com maior clareza, relatando as dificuldades dos participantes em criar um projeto futuro estável devido às

⁷ O processamento simbólico sobre os dados desta pesquisa poderá oferecer, *a posteriori*, indicações das experiências vividas pelos participantes sobre moralidade e violência. Assim, o significado de aspectos coletivos da psique pode vir a ser uma contribuição para pesquisadores, terapeutas e psicólogos que compartilham do mesmo paradigma, que estejam interessados no mesmo objeto de estudo, mas que trabalham em outros contextos. As questões metodológicas são mais bem esclarecidas no Capítulo 5.

interrupções por eventos abruptos e/ou por opções drásticas de resolução de problemas, e mostram caminhos possíveis para a realização de intervenções em modelo de oficina.

As pesquisas de Weisz, Jensen-Doss e Hawley (2006) e De Swart et al. (2012) afirmam que os trabalhos em grupo são pouco eficientes com jovens em conflito com a lei, mas os grupos a que eles se referem trabalharam apenas com técnicas de treino de habilidades. No caso brasileiro, as pesquisas de Padovani (op. cit.) que utilizaram grupos para treino de habilidades mostraram bons resultados no *follow-up*, o que deixa em aberto para maiores investigações as críticas realizadas a tal tipo de grupo. Os grupos que trabalham no modelo de oficinas parecem ser os mais exitosos em coadunar os objetivos das medidas socioeducativas com a clínica ampliada por meio do trabalho com experiências vividas pelos jovens (CONCEIÇÃO et al., op. cit.; TOMASELLO, op. cit.). Esses dados clínicos deverão ser levados em consideração para a realização de intervenções clínicas no contexto das medidas socioeducativas assim como propostas no presente projeto.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS ACERCA DA AGRESSIVIDADE, VIOLÊNCIA E MORALIDADE EM PSICOLOGIA ANALÍTICA

As definições sobre consciência moral, agressividade e violência em psicologia analítica não são necessariamente precisas e generalizáveis, portanto, não se tratam de conceitos, mas de algumas noções que permitem o estabelecimento de contornos sobre como esses fenômenos psicológicos podem ser entendidos. Tais noções serão usadas neste projeto como fundamentos para os objetivos, as ações e o método. Este capítulo visa formular uma síntese das ideias de modo a configurar um *corpus* único que permita a operacionalização da violência, agressividade e moralidade como variáveis subjetivas.

3.1 Delimitações sobre agressividade e violência

A agressividade constitui comportamentos que, em geral, só podem ser percebidos em relação ao objeto da agressão. Circunscreve-se em um campo diferente da violência, pois faz parte do repertório instintivo humano básico e funciona como mediadora na relação com os objetos, i.e., julgando o que deve ser internalizado e o que deve ser rejeitado pelo o sujeito. Já a violência pode ser entendida como uma variação psicopatológica da agressividade e se dá na incapacidade do indivíduo de integrar e diferenciar afetos e sentimentos que não fazem parte de um senso de eu, adquirindo assim, um sentido vivenciado de serem “violadores internalizados” (MIZEN, 2003). A vantagem dessa diferenciação é a de permitir diminuir a confusão entre um ato violento e um não-violento de agressão. Em consequência, trata-se de compreender a violência e a agressividade para além de características como impulsividade e aparente irracionalidade, mas em perspectiva com os complexos processos psicológicos que regem a afetividade e a construção da identidade.

Experiências traumáticas, como pais rejeitadores e abusadores (WAHBA; BLOISE, 2017), abuso sexual, doenças crônicas e privações de afeto e cuidados (BOVENSIEPEN, 2002), podem estar na origem de alguns desses afetos que se tornam insuportáveis e indiferenciados para o indivíduo, quem, como forma de alívio da angústia, projeta-os de maneira violenta. No período da adolescência e juventude, as situações traumáticas são, muitas vezes, revisitadas. A fim de evitar o contato com os afetos gerados pela memória traumatizada, os jovens vivem em um estado em que privilegiam a ação quando se deparam com situações que fazem emergir sentimentos desagradáveis (WAHBA; BLOISE, op. cit.). Assim, os processos reflexivos ficam

limitados e se pode depreender que algumas atitudes violentas têm suas origens nesse tipo de mecanismo defensivo.

A ação irrefletida é, com frequência, uma característica observada em jovens que praticam atos violentos e delinquentes e, portanto, há certo grau de inconsciência nesse tipo de ato. Observa-se tal dado também em jovens em conflito com a lei nas discussões das pesquisas de Villas Boas (2013) e Conceição et al. (2016), referidas na revisão de pesquisas deste projeto. As implicações práticas dessas ideias na clínica para o atendimento de jovens perpetradores baseiam-se no pressuposto de que o sofrimento causado por um ato violento não reside somente na vítima, mas também naqueles que praticam a violência, possibilitando um olhar que escapa aos estereótipos e julgamentos apressados. O fato de haver aspectos inconscientes não isenta o perpetrador das responsabilidades sociais e legais de seu ato, mas permite ao psicólogo atuar sobre os aspectos afetivos do ato violento.

3.2 O reconhecimento da agressividade no desenvolvimento humano

Em psicologia analítica as imagens mitológicas dos heróis são frequentemente associadas ao desenvolvimento da personalidade no período da adolescência e da juventude. A vitória heroica é um símbolo do desenvolvimento da consciência, da separação psíquica dos pais idealizados, da entrada no mundo adulto e da maior autonomia da consciência em relação às tendências massificadoras do inconsciente coletivo (JUNG, 1945/2013a; NEUMANN, 1990). Por se tratar de um processo conflitivo e que resulta em uma ruptura com identificações infantis rumo a novas formas de ser-no-mundo, as fantasias agressivas são frequentes e, portanto, um aspecto fundamental para a compreensão do desenvolvimento na juventude.

Segundo Samuels (1992), é fundamental que o cuidador que exerce a função paterna seja capaz de auxiliar o jovem a estruturar o esforço heroico de desenvolvimento. As *rêveries*⁸, as disputas e os direcionamentos paternos são apontados como formas de auxiliar o jovem a manter a agressão como uma força de crescimento pessoal. O processo de maturação da

⁸ Termo introduzido por W.R. Bion (1994) designando a capacidade do cuidador de captar imaginativamente o que se passa com a criança ou aquele que é cuidado. Implica acolher e fazer ressonância das projeções, nomeando e dando sentido aos conteúdos projetados.

agressividade depende de seu reconhecimento por pessoas importantes para o jovem. De outra forma, o trato literal das fantasias agressivas põe em xeque a “integralidade do desenvolvimento agressivo” (SAMUELS, 1992, p. 115) e tende a uma qualidade de agressão marcada por reparações maníacas de evitação dos afetos, podendo levar à violência (WAHBA; BLOISE, 2017).

Se for aplicado o conceito de transformação⁹ elaborado por Jung em Símbolos da Transformação (1924/2011a) com respeito à agressividade, abrem-se perspectivas para um trabalho clínico que possa intermediar as relações entre um impulso agressivo e suas atuações em forma de violência (BOVENSIEPEN, 2002; GUGGENBÜHL-CRAIG, 1996; SAMUELS, op. cit.). A constatação de que situações traumáticas no passado podem limitar os processos reflexivos e criativos da psique adolescente e jovem (BOVENSIPEN, op. cit.; WAHBA; BLOISE, op. cit.) reforçam a necessidade de se trabalhar com as fantasias agressivas para que a atuação violenta seja evitada. Em termos de postura terapêutica, é fundamental que o clínico esteja aberto e receptivo para as próprias fantasias e medos advindos dos impulsos agressivos trabalhados no processo terapêutico, de forma a auxiliar o paciente que se vê inábil para lidar com as suas fantasias. É uma atitude semelhante à *rêverie* bioniana, que permite a criação de um “espaço psíquico” seguro para a elaboração da agressividade e a emergências de processos simbólicos (BOVENSIEPEN, op. cit.).

3.3 Delimitações sobre a consciência moral

Para tratar de uma moralidade inata e fundamental de todo ser humano, Jung (1945/2013a) usa a metáfora do *daimon*¹⁰ como sendo uma voz interior e guia que acompanha cada indivíduo desde o nascimento. Hillman (1975) supõe que exista nesse senso moral inato uma função de inibição da realização sem limites dos impulsos instintivos, servindo ao propósito de autorregulação da psique e possibilitando a disposição para o convívio social. Samuels (1992) descreve o senso de moral inato por meio da noção de moralidade original, fundamento e fonte de toda moralidade e da imaginação moral que permite uma adaptação

⁹ O processo de transformação implica que o indivíduo não precisa, necessariamente, atuar diante de uma pulsão. Desse modo, pode compreendê-la em suas dimensões culturais e coletivas. A vantagem desse processo é que, nas situações em que as pulsões estão envoltas por complexos psicopatológicos, o indivíduo compreende a experiência do transtorno fora do âmbito exclusivamente pessoal, o que potencialmente gera um sentimento de integralidade (STEIN, 2004).

¹⁰ Na tradição grega antiga, divindades que, dentre outras ações, influenciavam as afetações humanas, as decisões pessoais e regiam o destino.

habilidosa dos indivíduos em situações de crise e conflito. A dinâmica psicológica da moralidade conta, também, com uma função de proibição advinda do processo de internalização de regras originárias dos comandos negativos provindos da relação com uma figura de autoridade exterior (HILLMAN, 1975). Portanto, não só os aspectos subjetivos inatos, mas também os aspectos culturais da moralidade e a transmissão de geração em geração são levados em consideração quando se trata da discussão sobre consciência moral em psicologia analítica.

O senso de moralidade inato não deve ser compreendido como uma fonte de princípios morais, pois qualquer entendimento literal desse fenômeno tende a cair em formulações metafísicas. Representa, sim, tendências de estruturação da forma como os seres humanos lidam com a moralidade, o que permite definir o senso de moralidade como arquetípico. Fenomenologicamente aparece à consciência por meio de desejos, afetos, ideias e processos imaginativos relativos às escolhas e que precisam ser elaborados para que a pessoa apresente respostas a problemas morais de ordem pessoal e coletiva. Todavia, somente o senso de moral inato e as internalizações de códigos morais não são suficientes para assegurar um comportamento ético. A dimensão relacional precisa ser considerada a fim de se evitar um exagero subjetivista sobre a moralidade. Em razão disso, Jung afirma que é preciso que a consciência esteja “enraizada” no mundo para que o indivíduo evite os perigos de cair sob o controle de fatores inconscientes que levem a uma inflação do eu. O fortalecimento de virtudes da consciência e a adaptação do indivíduo ao mundo são elementos que capacitam para tomada de decisões responsáveis (JUNG, 1958/2013b).

Samuels (1992) afirma que, para haver progresso na resolução de problemas morais, é necessário um esforço consciente de diálogo entre a moralidade original, com seu caráter absolutista, e as múltiplas posições da imaginação moral. A moralidade original é uma tendência a simplificar um problema em duas partes contraditórias e irreconciliáveis entre si. Nesse sentido, aproxima-se das fantasias de perfeição moral que se apresentam como posições rígidas, dualistas e hierarquizadas. Em contrapartida, podem-se considerar as regras morais por suas próprias exceções (ex.: “mentiras sociais”), a partir de uma sensibilidade moral flexível, criativa, tolerante e pluralista que caracteriza a imaginação moral. A adaptação habilidosa dos indivíduos a situações de crise e conflito e a possibilidade do perdão e da reconciliação¹¹ são

¹¹ Exemplos de imaginação moral podem ser encontrados em tradições como o Yom Kippur (Dia do Perdão judaico) e o “sacudir de ombros” de culturas mediterrâneas. Samuels (1992) afirma que, nessas tradições, a rigidez de uma regra é levada pouco a sério, como forma de se lidar criativamente com as idealizações e altas expectativas de seu cumprimento.

potencialidades advindas da imaginação moral. Não devem ser confundidas com o relativismo moral, em que a práxis é o critério último, permitindo amenizações dos problemas morais.

No que diz respeito a essas posições morais, a unilateralidade não é desejável, pois, a crença na certeza daqueles tendentes à moralidade original pode resultar na perda de nuances e detalhes importantes dos problemas considerados. De outro lado, a postura flexível daqueles envolvidos pela imaginação moral pode gerar uma suscetibilidade exagerada às particularidades de uma situação que envolva decisão moral, levando o indivíduo a desconsiderar as bases reais de um caso. Portanto, os caminhos possíveis para a resolução de um problema moral dependem do esforço consciente de consideração da pluralidade de posições possíveis diante de um problema. A consciência funciona como se fosse uma mediadora das tensões dos conflitos emergentes (SAMUELS, 1992).

Apesar de apresentar diferentes visões sobre a moralidade, a proposta de Samuels (op. cit.) mantém a coerência com a formulação junguiana de que cabe ao indivíduo suportar a tensão do conflito ético, mesmo diante de consequentes transtornos. Recorrer aos códigos morais é insuficiente, e o caráter incerto de uma decisão é uma marca constantemente presente. Resta à consciência o autoconhecimento como método para lidar com os problemas morais. O fato de o conflito moral ocorrer subjetivamente não implica que o indivíduo esteja alienado dos problemas sociais e coletivos. Pelo contrário, a dimensão coletiva dos problemas é subjetivada para que o indivíduo dê sua resposta singular. Cada acréscimo de consciência dos dilemas morais pessoais e interpessoais e dos processos de decisão que daí resultam é, por definição, uma tomada de consciência moral (BARRETO, 2009).

3.4 As fantasias agressivas e a consciência moral na clínica com jovens

Os jovens que apresentam comportamentos antissociais e delitivos recorrentes costumam vir encaminhados para o acompanhamento psicológico por meio das escolas ou dos pais e, no caso dos jovens em conflito com a lei, por meio do sistema judiciário. Mesmo que o psicólogo faça parte de uma dessas instituições, é importante ele se diferenciar daqueles que exercem papéis sociais mais baseados em processos de proibição e ligados diretamente às consequências morais que são imputadas ao jovem, uma vez que identificações com uma força proibitória tendem a gerar sentimentos de antagonismo provindos da projeção no psicólogo da moralidade coletiva. Cabe ao terapeuta a escuta atenta, curiosa e interessada das respostas emocionais, das fantasias e das vivências corporais relacionadas aos dilemas morais enfrentados. Mostrar, para o jovem, possibilidades de lidar com o senso de moralidade e a

agressividade depende mais de uma abordagem que os incentive a descobrirem os próprios processos de inibição (FRANKEL, 1998). Recomendação semelhante pode ser encontrada nas pesquisas de intervenções individuais encontradas no Capítulo 2 deste projeto (BARRA, 2007; COSTA; CARVALHO; WENTZEL, 2009; MORATO et al., 2005; MOSQUERA, 2008; VILLAS BOAS, 2013).

Supondo-se, como afirma Hillman (1984), que as saídas para resolução de problemas dependem do incentivo à criatividade, as técnicas expressivas que utilizam histórias, imagens e símbolos culturais são um possível caminho para reduzir a atuação violenta. As imagens destrutivas da fantasia agressiva têm o poder de fascinar, atrair interesse e provocar excitação (SAMUELS, 1992; GUGGENBÜHL, 1996). Contudo, também podem levar o indivíduo a refletir sobre os relacionamentos e sobre sua conduta. Por isso, a “agressão é o combustível da imaginação moral” (SAMUELS, 1992, p. 250), já que a transformação da fantasia agressiva tende para o seu oposto, a criatividade (SAMUELS, op. cit.; GUGGENBÜHL, op. cit.).

No caso do jovem em conflito com lei, o embate com os códigos morais vigentes é predominantemente baseado no modelo de justiça punitiva-retributiva¹², que tende à moralidade original, ou seja, a uma visão dualista, rígida e hierárquica dos problemas morais. Também se pode considerar haver códigos morais “da rua”, i.e., as implacáveis regras que regem as relações com as gangues e o narcotráfico e que, em última instância, valem-se da morte como punição. Neste sentido, o jovem tem poucas oportunidades de refletir sobre a moralidade numa perspectiva da imaginação moral. Os códigos morais são vistos somente como fonte de punição e dificilmente considerados nos aspectos protetivos para o indivíduo. Em consequência, o repertório para elaboração de problemas morais fica limitado.

Considerando-se ser uma característica do jovem em conflito com a lei a primazia da ação (CONCEIÇÃO et al., 2016; VILLAS BOAS, 2013), especialmente quando se constata traumas no desenvolvimento da personalidade (BOVENSIEPEN, 2002; WAHBA; BLOISE, 2017), deduz-se que, para ele, a fantasia agressiva se confunde com a própria ação agressiva. Pode-se pressupor, assim, que há uma tendência a considerar as fantasias agressivas literalmente, impedindo o jovem de realizar reflexões mais elaboradas. De acordo com essa hipótese, as fantasias agressivas não reconhecidas fracassam em realizar seu potencial de desenvolvimento da personalidade.

¹² Ver nota de rodapé 7.

O aporte teórico apresentado aponta para a possibilidade de um trabalho com aqueles indivíduos que demonstram atuações violentas frequentes em seus comportamentos por meio (a) do reconhecimento das fantasias agressivas por parte do psicólogo, (b) do incentivo à transformação dessas fantasias em saídas criativas para a resolução de problemas e (c) da consideração imaginativa dos problemas morais como possibilidade de acréscimo de consciência moral. A proposta de uma intervenção psicológica com jovens em conflito com a lei deste projeto baseou-se, portanto, nas noções aqui desenvolvidas de consciência moral, agressividade e violência.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Construir um método de intervenção psicológica em projeto piloto a partir de referenciais da psicologia analítica que estimule o processamento de consciência moral a partir de situações relatadas de violência com um grupo de jovens em conflito com a lei.

4.2 Objetivos específicos

Quantitativo:

Verificar diferenças nos escores pré e pós-teste por meio da aplicação da ECAD.

Qualitativos:

Identificar expressões relativas a atos violentos e suas consequências.

Identificar expressões relativas a códigos morais coletivos de pertença.

Identificar expressões relativas a conflitos morais e ponderações.

Compreender as narrativas individuais identificadas no decorrer das oficinas.

4.3 Noção sobre consciência moral

No presente projeto entende-se consciência moral, sinteticamente, como o processo reflexivo de um indivíduo sobre um conflito moral, modulado a partir do exercício de ponderação entre os códigos morais coletivos e as valorações pessoais, de forma que a resposta ao conflito moral mantenha conexão com a percepção que o indivíduo tem de si mesmo e com suas condutas. (JUNG, 1945/2013a).

4.4 Questão

Cogita-se que seja promovida a ponderação inerente ao processamento de consciência moral, por meio do estímulo à reflexão mediante a criação de narrativas sobre atos considerados violentos em oficinas que ofereçam continente a fantasias agressivas e estabeleçam vinculação de confiança entre os participantes e o coordenador.

5 MÉTODO

5.1 Características do estudo

A pesquisa tem enfoque qualitativo e utilizará fontes de dados discursivas (subjetivas) e psicométricas (objetivas). Considerando-se o paradigma junguiano de pesquisa, as fontes de dados subjetivas e objetivas não se opõem, mas se complementam (PENNA, 2013). O método escolhido para avaliar a intervenção foi o de estudo de caso cuja unidade de análise é a oficina com os jovens em conflito com a lei. Yin (2015) destaca que o uso do estudo de caso como forma de avaliação permite que o pesquisador faça um exame detalhado do fenômeno estudado, incluindo-se mudanças relevantes ao longo do tempo, no contexto do mundo real em que os participantes estão inseridos. O presente estudo de caso vale-se do que esse autor denomina de “estudo de caso com foco na iniciativa” (YIN, op. cit., p. 241) em que se avalia a confiabilidade de uma iniciativa. Subordinados à unidade de análise principal que é a avaliação da oficina, estão as unidades de análise configuradas em grupais e individuais e a escala, compondo evidências advindas de múltiplas fontes – questionário de identificação (Apêndice D), ECAD (Anexo A) e as transcrições dos relatos das oficinas e das entrevistas –, de modo a permitir ao pesquisador uma variedade informações narrativas e comportamentais do fenômeno estudado em diferentes níveis. As várias fontes de evidências permitiram que fossem realizadas diversas avaliações que convergem sobre o mesmo fenômeno de interesse.

5.2 Participantes

Cinco participantes do sexo masculino que cumprem medida socioeducativa em semiliberdade com idades entre 18 a 21 anos incompletos. A escolha dessa faixa etária se justifica pela facilidade de acesso a esse público, seu grau de autonomia legal e por caracterizar um período de grande aumento de índices de violência na população jovem como já indicado por Waiselfsiz (2014).

Critérios de inclusão: Jovens entre 18 e 21 anos incompletos, alfabetizados, em atendimento socioeducativo. Critérios de exclusão: Transtorno mental grave e/ou deficiência intelectual diagnosticados.

5.3 Local

A pesquisa foi realizada em uma das instalações da unidade de atendimento socioeducativo com jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio semiaberto indicada pela Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal (VEMSE – VIJ – DF). A escolha por medidas do meio semiaberto se deu principalmente pela maior facilidade de acesso aos jovens que podem se deslocar por conta própria para as atividades permitidas pela direção da unidade, como trabalho, escola, atendimentos de saúde e oficinas na própria unidade.

5.4 Instrumentos

5.4.1 Equipamento

Um aparelho *smartphone* do pesquisador da marca *Samsung Galaxy J5* para as gravações das oficinas e das entrevistas por meio de (a) um aplicativo de gravação de áudio e (b) um microfone direcional acoplado no aparelho para potencializar a captação do áudio.

5.4.2 Questionário de identificação

Foi construído um questionário próprio para coletar informações de identificação, familiares, escolares, de saúde, de lazer, sobre a comunidade, histórico infracional, de interesses e com observações particulares, como consta no Apêndice D, baseado no modelo usado por Padovani (2003). Este questionário foi elaborado tanto para se acessar informações pessoais dos jovens, quanto para identificar a necessidade de eventuais cuidados e encaminhamentos. Todo o processo judicial e de atendimento dos socioeducandos corre em segredo de justiça e é protegido pelo sigilo profissional dos operadores do sistema socioeducativo que os acompanha. Portanto, o acesso aos prontuários dos jovens foi restrito ao pesquisador.

5.4.3 Escala

Foi utilizada a Escala de Condutas Antissociais e Delitivas (ECAD) (Anexo A) já validada e verificada sua fidedignidade para aplicação em adolescentes e jovens da população brasileira, servindo para fins de pesquisa (FORMIGA; GOUVEIA, 2003; FORMIGA, 2003).

Em relação aos jovens em conflito com a lei a escala não tem padronização específica e ainda não é um teste. A escala foi concedida e sua aplicação autorizada para a presente pesquisa por um dos autores dos estudos de validação ao contexto brasileiro, Nilton Soares Formiga.

A escala é autoaplicável, composta por 40 itens em que os respondentes devem indicar a frequência do comportamento assinalado numa escala Likert de 0 a 9 (0 = Nunca e 9 = Sempre). As condutas antissociais são referidas àqueles comportamentos que desafiam a ordem social, e as condutas delitivas são caracterizadas por uma infração, ilegalidade ou conduta prejudicial a alguém ou mesmo à sociedade como um todo, portanto, os resultados variam de 0 a 360, com os escores mais elevados sendo considerados indicativos de maiores níveis de condutas antissociais e delitivas (FORMIGA; AGUIAR; OMAR, 2008).

O modelo de aplicação pré-teste e pós-teste da ECAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) utilizado é possível quando as características dos participantes, como sexo, idade e condição de cumprimento de medidas socioeducativas, são semelhantes. O tempo de aplicação entre pré-teste e pós-teste deve ser de aproximadamente um mês, o que exclui a possibilidade de maturação da amostra, ou seja, de passagem de tempo significativa para mudanças no ciclo vital.

5.4.4 Notas de campo

As notas feitas no campo partiram de observações registradas em um diário de campo e anotações de sonhos do pesquisador que foram inicialmente manuscritas de maneira funcional para o pesquisador. Posteriormente, as notas foram digitadas e sistematizadas, inserindo-se como parte do banco de dados desta pesquisa.

5.4.5 Oficina

A oficina foi construída a partir do referencial teórico e de pesquisas descritos na revisão de literatura deste projeto (Capítulo 2) bem como baseada nos fundamentos teóricos da psicologia analítica para a compreensão da agressividade, violência e moralidade (Capítulo 3). Consistiu em promover reflexões em grupo sobre histórias reais de violência, compartilhadas pelos participantes, mas que não aconteceram diretamente com eles. Foi padronizada e dividida em quatro etapas:

- 1) O pesquisador esclarece os enquadres que determinam a participação no grupo e que são: reiteração do motivo da gravação e do compromisso ético do pesquisador, incluindo-se o caráter sigiloso das identidades dos participantes, o tempo de duração da oficina, o respeito pelas histórias dos participantes e a escuta silenciosa durante a fala do outro. Em seguida, faz-se um acolhimento do grupo, convidando os participantes para sentarem-se em cadeiras organizadas em círculo e contarem um pouco do seu dia e como se sentem naquele momento. Na primeira oficina deve-se fazer um sorteio que determinará a sequência dos participantes que compartilharão as suas histórias.
- 2) Os participantes são convidados a contar as histórias da seguinte maneira: “Peço que, neste momento do nosso encontro, contem brevemente uma história de violência real, que não aconteceu diretamente com você, mas que de alguma forma tenha lhe chamado a atenção, emocionado, impactado ou interessado. Levante a mão o primeiro que gostaria de falar”.
- 3) Todos são convidados a discutir impressões, sensações, ideias e sentimentos sobre a história compartilhada. Nesse momento, o pesquisador deve estimular as conversações com perguntas em linguagem que pode utilizar gírias correntes entre os jovens como:
 - a) Qual foi a “treta”?
 - b) Onde ocorreu a história?
 - c) O que será que ele (a) estava sentindo?
 - d) Qual o “jeitão” do (nome do personagem)?
 - e) Como o (a) (nome do personagem) reagiu?
 - f) O que chamou a atenção de vocês na forma como o (a) (nome do personagem) reagiu? O que agradou e o que não agradou?
- 4) Em seguida, o pesquisador faz a seguinte pergunta aos participantes: “Vocês gostariam de trazer algum elemento, acrescentar alguma coisa, retomar a história em algum ponto?”. Se os participantes aceitam fazer modificações na história original, o pesquisador estimula o grupo a ampliar a narrativa e explorar possíveis tensões morais, os eventos que são considerados violentos e a maneira como o protagonista reagiu a eles. Para tanto, as seguintes perguntas podem ser realizadas:
 - a) Nessa nova versão da história, o que o (a) (nome do personagem) fez?
 - b) O que acha que estava acontecendo com o (a) (nome do personagem) e o que acha agora?

5.4.6 Entrevistas

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas individualmente após o término das oficinas a fim de verificar as impressões dos participantes sobre a pesquisa, sua própria participação e as percepções da narrativa compartilhada. As perguntas foram as seguintes:

- a) O que achou desta pesquisa?
- b) Como avalia sua participação nesta pesquisa?
- c) Poderia compartilhar os momentos que achou serem os mais marcantes? Por quê?

Logo após, o pesquisador retoma a história que foi contada pelo participante entrevistado e então faz as seguintes perguntas:

- d) O que você achava dessa história?
- e) Depois das discussões e das (possíveis) modificações, mudou alguma coisa sobre o que você achava?
- f) Qual título você daria para sua história?

5.4.7 Banco de dados

O arquivo sistemático desta pesquisa se baseia nos documentos preenchidos pelo pesquisador, quais sejam, o questionário de identificação, notas de campo, transcrições das oficinas e o documento preenchido pelos participantes, a escala.

5.5 Procedimentos

5.5.1 Seleção dos participantes

É comum haver rixas pessoais e/ou relativas às disputas ligadas ao tráfico de drogas e gangues entre os jovens. Por isso, as unidades de atendimento socioeducativo adotam a política de manter na unidade apenas aqueles socioeducandos que podem conviver sem grandes riscos de atos violentos entre si. Desta forma, os jovens escolhidos para a pesquisa já tinham passado pela triagem realizada pela própria equipe da unidade socioeducativa em relação ao critério de convivência.

Os socioeducandos da unidade selecionada foram convidados pelo pesquisador a participar de uma reunião em que foi apresentada o projeto de pesquisa em linguagem

adequada, como descrito na Carta Convite (Apêndice C). Ao final da reunião, foi aberto espaço para perguntas e dúvidas dos jovens, em que eles buscaram esclarecimentos sobre os procedimentos da pesquisa, especialmente sobre a questão do sigilo. Em seguida, foi solicitado que aqueles interessados em participar da pesquisa deixassem o contato em uma lista. Inicialmente, houve quatro interessados. O pesquisador entrou em contato novamente com a unidade socioeducativa a fim de marcar novo encontro com os jovens e selecionar um quinto participante, porém, nesse momento, a coordenadora da unidade informou que um jovem que teria negado o convite na reunião mudou de ideia e decidiu participar do grupo, e foi, portanto, incluído.

5.5.2 Procedimento de intervenção

Todos os instrumentos foram aplicados em sala de atendimento da unidade socioeducativa cedida para o pesquisador. O espaço dispunha de isolamento acústico que permitiu a privacidade e sigilo das falas dos participantes, iluminação e ventilação adequadas. Nas unidades socioeducativas existem espaços para atendimentos individuais e em grupo que atendem a tais demandas.

5.5.2.1 TCLE, Questionário de identificação e pré-teste ECAD

Inicialmente, foi feita uma breve apresentação e o estabelecimento do *rappport*. Os jovens também receberam uma explicação acerca de seu papel na pesquisa em que se explorou suas expectativas e foram elucidadas dúvidas. Foram esclarecidas aos participantes as etapas, datas e duração dos encontros, bem como assegurado o caráter sigiloso de qualquer dado pessoal nas gravações. Também foi mencionado que as gravações eram de responsabilidade do pesquisador e que, após o término a transcrição dos dados, seriam inutilizadas. Ao final da entrevista, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) e preencheram a ECAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) (Anexo A).

O questionário de identificação foi conduzido e preenchido pelo próprio pesquisador e a escala preenchida pelos participantes após orientação de preenchimento padronizada como consta em seu cabeçalho (Anexo A). Esse instrumento visou avaliar o posicionamento das respostas dos sujeitos a partir do somatório dos itens em uma aplicação antes e depois das oficinas a fim de ser um indicador de prováveis mudanças de conduta. Todo o procedimento teve duração aproximada de 25 minutos.

5.5.2.2 Oficina

Foram quatro encontros que tiveram duração aproximada de 40 minutos e que ocorreram no período de um mês, de acordo com um cronograma acordado com os responsáveis pela unidade socioeducativa. A presença dos participantes variou durante os encontros. Na data marcada para o primeiro encontro um dos participantes havia se evadido da unidade socioeducativa e outro faltou. No segundo encontro, houve a presença de quatro participantes. A partir do terceiro encontro houve a presença de apenas dois participantes, pois outros dois se evadiram da unidade socioeducativa. Independentemente do número de participantes, todas as etapas da oficina foram seguidas. Os encontros foram gravados em áudio para fins de registro e transcritos. Posteriormente, as gravações foram inutilizadas.

5.5.2.3 Entrevistas e pós-teste ECAD

Como procedimento final, foram realizadas duas atividades individuais, quais sejam: as entrevistas conduzidas pelo pesquisador e a aplicação pós-teste da ECAD (FORMIGA, 2003), que, assim como na primeira aplicação, foi preenchida pelos participantes após orientação de preenchimento padronizada como consta no cabeçalho da escala (Anexo A). As entrevistas foram gravadas para fins de registro e transcritas. Posteriormente, os áudios foram inutilizados. Ao final dessa entrevista, o pesquisador deixou clara sua disponibilidade para responder quaisquer dúvidas e atender à demanda por eventuais encaminhamentos, porém não houve nenhuma requisição. Tal procedimento teve duração aproximada de 10 minutos.

5.5.3 Procedimentos de análise das informações

A lógica e contextos dentro da proposta de clínica ampliada deste projeto não se atêm à busca de diagnósticos clínicos, mas sim, são um meio para articular os aspectos individuais e sociais envolvidos no processo de pesquisa de um modo compreensivo. A análise foi efetuada a partir de múltiplas fontes: ECAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) (Anexo A), questionário de identificação (Apêndice D), entrevistas, oficina e notas de campo. Informações subjetivas e objetivas convergem naquilo que interessa aos objetos deste trabalho, qual seja, as associações referentes à consciência moral e aos atos violentos.

Para a realização da análise das entrevistas e oficina foram feitas transcrições na íntegra que precisaram ser omitidas desta dissertação uma vez que houve participantes que revelaram atos de violência pessoais cometidos fora do contexto das narrativas apesar da insistência do pesquisador para que não se contassem casos pessoais de violência. Além disso, há casos relatados nas oficinas que foram noticiados em jornais e que possuem vídeos circulando em mídias sociais. Portanto, a fim de preservar as identidades dos participantes e o sigilo de informações, seria eticamente inapropriado a ampla divulgação das transcrições. Somente tiveram acesso às transcrições integrais os componentes da banca julgadora da presente dissertação para fins de avaliação.

Foram feitos resumos das histórias em que se tentou utilizar os termos dos próprios participantes a fim de que os leitores possam ter acesso ao conteúdo das histórias relatadas (APÊNDICE E). São citados trechos literais de diálogos dos participantes no formato de vinhetas para ilustração, editados gramaticalmente. Ainda como forma de preservação do sigilo dos participantes, foram omitidos os locais dos acontecimentos e atribuídos nomes fictícios a todos os participantes, assim como a todas as pessoas que foram mencionadas nas narrativas.

5.5.3.1. Análise temática das narrativas

Como forma de compreender o fenômeno em suas nuances escolheu-se uma análise das narrativas a partir do modelo de análise temática das narrativas (EZZY, 2002). O esquema de classificação das informações coletadas baseia-se no princípio básico de diferenciar elementos para, então, reagrupá-los, o que implica identificar, categorizar e nomear padrões nas informações. Inicialmente, foi feito o processo de identificação de temas a partir de uma análise sistemática do que foi observado e registrado. Os temas emergiram de maneira indutiva e não foram determinados antes da análise. O processo de codificação foi guiado a partir dos objetivos da pesquisa que delimitaram agrupamentos temáticos dos quais os temas emergiram.

O primeiro estágio da codificação é descrito como codificação aberta (*open coding*), que é uma forma de gerar um conjunto de temas da comparação por similaridades e diferenças entre os dados. Em seguida, emergem os eixos temáticos (*axial coding*) que integra códigos em torno de ideias centrais. O último passo da codificação é a chamada “teoria” de base (*theoretical coding*), que envolve a identificação da categoria central que pode ser associada, ainda que parcialmente, a todos os temas e eixos temáticos. A análise seguiu-se de acordo com a descrição abaixo:

- a) transcrição do material: tal etapa já pode ser considerada como uma forma de pré-análise e foi seguida de edição gramatical;
- b) leitura do material: foi feita uma leitura geral das oficinas a fim de conjecturar seus sentidos gerais;
- c) assinalação de temas: buscou-se um conjunto de categorias e suas propriedades e/ou o agrupamento de frases nas quais foi possível identificar sentidos semelhantes a partir do fenômeno de interesse, por meio de uma categorização indutiva atrelada aos objetivos deste trabalho;
- d) assinalação de eixos temáticos: foi feita uma leitura transversal dos temas encontrados e formuladas novas sínteses que integram os temas em categorias centrais;
- e) assinalação da “teoria” de base: foi elaborada uma categoria central inferida como uma abstração que representa um denominador comum de todas as narrativas, a partir da problematização base do projeto que atrela os objetivos e os dados obtidos.

5.5.3.2 Análise das narrativas individuais

A fim de se relacionar os relatos das narrativas com os significados atribuídos pelos participantes ao longo das oficinas, escolheu-se a análise da narrativa que permite ao pesquisador ir além de um simples registro de fatos e verificar as relações das interpretações dos participantes com o quadro mais amplo de interpretações das narrativas (EZZY, 2002). Assim, buscou-se uma compreensão das narrativas mediante as falas dos participantes e os conteúdos simbólicos apreendidos pelo pesquisador.

5.5.3.3 Compilação das notas de campo

As notas de campo registraram observações do pesquisador em todas as etapas da intervenção e suas repercussões subjetivas. No paradigma junguiano de pesquisa, conhecimento e autoconhecimento são processos inseparáveis, o que metodologicamente se traduz com o

conceito de equação pessoal¹³, em que as relações subjetivas tanto do pesquisador quanto dos participantes, criam um sistema entre observador e observado. No vínculo estabelecido no grupo são tecidos paralelos com o conceito de transferência-contratransferência¹⁴.

5.5.3.4 *Análise da Escala*

Foram analisadas a subescala de condutas antissociais, composta por 20 itens (1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 15, 18, 21, 24, 26, 28, 29, 30, 34, 35, 37, 38), e a subescala de condutas delitivas, composta por 20 itens (3, 6, 7, 8, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 25, 27, 31, 32, 33, 36, 39, 40), e, em seguida, somaram-se os resultados das duas subescalas para obter os escores totais de cada participante (SINTRA; LOPES; FORMIGA, 2011). A aplicação da escala antes das oficinas teve por objetivo criar uma referência para posterior comparação das mesmas variáveis para cada participante após as oficinas. Não se pode atribuir qualquer diferença nos resultados das condutas antissociais e delitivas apenas à intervenção proposta, já que não se trata de pesquisa experimental ou quase-experimental. O confronto dos resultados dos escores antes e depois da oficina forneceu somente um indicador útil para avaliações individuais acerca de eventuais mudanças hipoteticamente anunciadas na conduta dos participantes.

5.5.4 Procedimento ético

O procedimento está de acordo com os critérios estabelecidos pelas resoluções nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e nº 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS). O projeto de pesquisa foi aprovado e sua realização autorizada pelo parecer substanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa (SISNEP), cujo número é 2.736.877. Constam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), o Termo de Compromisso do Pesquisador (Apêndice B) e a autorização de realização da pesquisa da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal (VEMSE – TJDF) (Anexo B).

¹³ Termo advindo da astronomia para se explicar as diferenças na medição de trânsitos estelares atribuídas à subjetividade do astrônomo. Em psicologia analítica trata-se dos vieses pessoais quanto às observações do observador que perpassam uma pesquisa, incluindo-se traços da personalidade como o tipo psicológico do pesquisador e suas teorias de base. Indica, portanto, os limites de percepção e interpretação de um pesquisador diante dos estudos de fenômenos subjetivos (Shamdasani, 2006).

¹⁴ Nas psicoterapias com base na psicologia analítica, na relação terapêutica acontece o fenômeno das projeções inconscientes que incluem tanto processos defensivos da psique ligados a vivências passadas, quanto processos prospectivos da psique que apontam para a finalidade das projeções no desenvolvimento psíquico do indivíduo.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1 Escores ECAD

Somente dois participantes completaram a participação em todo o procedimento de intervenção, de forma a permitir fazer um comparativo entre os escores obtidos antes e depois da realização das oficinas. Foram eles, Elias e Ícaro. Observou-se um aumento em todos os escores totais nos dois participantes. Somente Elias demonstrou uma diminuição na subcategoria condutas antissociais após a ocorrência das oficinas.

TABELA 1 – Escores de condutas antissociais e delitivas na primeira aplicação por participante

Participante	Condutas Antissociais	Condutas delitivas	Valores totais
Elias	66	37	103
Félix	12	10	22
Fausto	34	19	53
Ícaro	65	15	80

TABELA 2 – Escores de condutas antissociais e delitivas na segunda aplicação por participante

Participante	Condutas Antissociais	Condutas delitivas	Valores totais
Elias	47	66	113
Félix	--	--	---
Fausto	--	--	---
Ícaro	91	19	110

A amostra limitada da pesquisa impossibilita comparações para análises quantitativas e de validações internas como as feitas em estudos experimentais e quase-experimentais. Porém, algumas interpretações de cunho qualitativo da escala são úteis para a compreensão do processamento de consciência moral dos jovens em questão e serão discutidas individualmente a partir de associações com a análise das narrativas. Desde já note-se que Elias diminuiu o escore do subgrupo de condutas antissociais e aumenta o de delitivas, ao passo que Ícaro

aumenta o escore de condutas antissociais e apresenta pouca diferença no subgrupo das delitivas.

6.2 Análise temática dos relatos de grupo

Foram elaborados doze temas que se coadunam com os objetivos da pesquisa seguindo-se o método de Ezzy (2002) para a análise dos relatos obtidos nas oficinas os quais são agrupados em grupos temáticos, vistos nos quadros 1, 2, 3 e 4 a seguir. Estão reunidos exemplos de frases que permitem a identificação dos respectivos temas. Os temas não são excludentes, e distintos conteúdos podem ser abarcados por mais de um tema.

QUADRO 1 – Identificação de atos violentos

Este agrupamento reúne temas que se referem a como os jovens expressaram e identificaram atos violentos nas narrativas.

TEMAS	EXEMPLOS DE FRASES
1. Potencialização da violência advinda do mundo	“O mundo é maligno.” “Todo mundo rouba. Vou te dar ideia, todo mundo rouba. O Brasil tem ladrão demais. Brasil é ‘cabuloso’. Todo mundo ganha. Nessa parada todinha, até os policiais ganham.” “Os caras, brasileiros, são ‘cabulosos’ demais. Brasileiro, todo mundo.” “Não sei se você já viu isso aqui, mas o homem constrói o inferno no mundo, parceiro. O homem construiu o mundo para ser acabado. Deus deu o mundo para gente, só que o homem estragou tudo. Construiu a máquina.” “É, mas o bagulho é desse jeito, mesmo. Você vê as bombas desses caras se matando. Estão se matando no Vietnã.”
2. Regulação da violência pela comunidade	“Se você está errado, a comunidade não vai passar pano para o errado. Ninguém vai passar.” “Todo mundo se revolta com isso. Por isso que, até na cadeia, não se aceita.” “Tudo começou por causa da ‘caguetagem’ dele. Se não fosse por causa disso, estava todo mundo de boa. É porque ele não sustentou. Tudo por causa dele, que foi quem ‘caguetou’. É o que você falou, ele queria ser esperto. Queria ser o esperto e achava que todo mundo é otário.” “Os traficantes não gostam que roubem celular da comunidade, não gostam que roubem carro. Gostam que roubem em outro canto. Porque isso aí chama a atenção da polícia. E eles não querem atenção, querem dinheiro.”
3. Atuação impulsiva	“Explosão na mente é um momento de ira, de raiva.” “Basta estar com o demônio no corpo” “É impulsionar a coisa.” “Na loucura da droga, da bebida, eu não sei.” “É, fica cego, sei lá.” “Se estiver doidão, é desse jeito mesmo, o cara não pensa nada.”

No Quadro 1, as expressões da violência apresentaram-se em ações no mundo (sociedade em geral ou nações), comunitárias e individuais. A violência no mundo não foi expressa como uma violência necessariamente vivenciada no cotidiano, mas as narrativas endossaram uma noção trazida pelos participantes que perpassa todas as outras expressões de violência: atos violentos acontecem com naturalidade, servindo de justificativa para atos individuais e grupais, caracterizando o tema da “Potencialização da violência advinda do mundo”. A violência no mundo foi relatada a partir da posição de espectadores coniventes ou resignados diante de sua inevitabilidade.

O tema “Regulação da violência pela comunidade” trata das reações violentas que buscam restabelecer uma ordem de convivência quebrada por um ou mais indivíduos. As comunidades de pertença mencionadas pelos participantes podem incluir tanto a vizinhança, quanto, por vezes, laços com grupos de pessoas ligados à criminalidade de várias localidades. As expressões de violência ligadas a atos feitos pela vizinhança foram as situações de linchamentos e as expressões ligadas a grupos criminais envolveu linchamentos e guerras. A regulação da comunidade demonstrou basear-se as vezes em uma “Lei de Talião”¹⁵ e, por vezes, em expressões punitivas extremas. As punições desmesuradas têm um intuito de servirem de exemplos para outras pessoas que eventualmente possam vir a cometer quebras de regras importantes para a comunidade de pertença. Foram descritas como espetáculos que demonstram o poder da violência feita pela coletividade de membros da comunidade ou, por vezes, por um indivíduo considerado heroico. Quebrar os códigos coletivos do grupo é tido como uma forma de maldade e, portanto, a regulação da comunidade é associada à eliminação do mal e à purificação da comunidade.

O tema “Atuação impulsiva” aparece no relato dos participantes como comportamentos violentos de indivíduos que têm por base a experiência de algum tipo de alteração na consciência, seja por uso de drogas ou por uma influência tida como demoníaca. Somente os códigos coletivos não são capazes de conter alguns impulsos violentos, e sua expressão é descrita como sendo uma possessão que gera descontrole nas ações de um indivíduo e reações exageradas, cujas consequências são descritas no tema “Percepção tardia do ato desmedido”.

¹⁵ Rigorosa reciprocidade entre crime e pena conhecida pela máxima: “olho por olho, dente por dente”.

QUADRO 2 – Consequências de atos violentos

Este agrupamento reúne temas que se referem a como os participantes relataram as consequências dos atos violentos a partir das expressões de violência dadas.

TEMAS	EXEMPLOS DE FRASES
4. Desconfiança e traições	“É (devido a disputas por) mulher. É falso. Te matam pelas costas.” “A maioria dos homicídios, das mortes, acontece (devido à) amizade.” “Você não pode confiar sua vida assim. Aonde você tem que ser esperto também.” “Você não sabe, eu não sei a maldade que está no seu coração, nem do dele, nem do dele.” “Cobra come cobra.”
5. Morte iminente	“Ele não tem mais volta. Se ele abaixar a guarda, ele vai morrer, porque ele matou um cara. Então ele vai só aprofundar mais.” “A maioria dos homicídios, das mortes que acontecem, é (por meio de) amizade - vamos ali conversar, vamos fumar um baseado, vamos para uma festa.” “O cara nem viu a morte chegando.” “A bala não escolhe quem ela vai acertar. Se eu atirar aqui, ela vai. Ela não vai escolher, eu quero atirar, você tem guerra com esse, vou matar esse. Ela varia, bate em quem não é para acertar.” “Estava no lugar errado na hora errada.” “É para acertar em quem estiver lá, quem está naquela quebrada. Não tem nome.”
6. Percepção tardia do ato desmedido	“Ele faz aquilo em um momento de estresse, explode, depois que vai se arrepender. Só que, aí, vêm as consequências.” “No outro dia, ele acorda sem lembrar de nada. Aí, os caras vão falar para ele o que ele fez. Depende da droga que ele usar, se for Rhopynol, Rivotril.” “Como é que o cara faz uma atrocidade dessa? Isso não é coisa de ser humano, não.” “Ele se sentiu arrependido, eu acho. Se ele tivesse uma arma, ele se mataria.” “Só vai pensar depois. Depois ele vai ficar arrependido, ‘cabuloso’.” “O cara estava louco. Queria porque queria. Oh, quando o cara está louco e bota uma coisa na cabeça, ele vai querer aquilo. Ele não liga para o próximo. Quando a pessoa está louca, ela não liga. Não adianta insistir, porque a pessoa não liga.”

O tema “Desconfiança e traições” é pautado por uma preocupação frequente de um indivíduo em se defender de ameaças de morte e proteger seu patrimônio e bens pessoais de roubos e furtos. Aquelas pessoas com posses, fama, poder e influência na comunidade têm que lidar com sentimentos destrutivos vindos das pessoas que não os possuem e que os cobiçam, podendo levar a situações de roubos e até mesmo assassinatos, baseadas em sentimentos como inveja e sua influência mágica na destruição alheia, o “olho gordo”. Dessa forma, são valorizadas as pessoas cuja preocupação está no sucesso individual, na conquista de posses. Os indivíduos que conquistam as posses pelo trabalho são considerados mais dignos, porém, pessoas que obtêm grande sucesso por meios ilegais também são admiradas. Não são valorizadas as pessoas que nutrem sentimentos de inveja e apelam para condutas como roubo

na própria comunidade. Roubo e furtos cometidos fora da comunidade de pertença não são tratados necessariamente como um problema moral.

Para as situações de assassinato, a consequente vingança pela morte cometida é esperada e, por isso, o perpetrador vê-se obrigado a estar sempre em estado de alerta a fim de não ser pego de surpresa em emboscadas, a fugir da comunidade de pertença e/ou a buscar eliminar aqueles que o ameaçam, caracterizando-se o tema “Morte iminente”. Outra forma abordada de morte iminente foi aquela em que não se identifica propriamente um sujeito responsável pela ação, apenas o contexto de guerra que pode levar à morte. Foi relatado que, em casos de guerras de grupos rivais, há frequentes tiroteios, com tiros muitas vezes aleatórios que acertam as pessoas envolvidos e, por vezes, indivíduos que não participaram diretamente do tiroteio, a chamada “bala perdida”. Nestes casos, a arma de fogo ou a bala é personificada como tendo uma vontade própria. As guerras podem ter origens recentes ou perpassarem gerações, mas são relatadas como motivadas por desconfiança e traições que se configuram em um ciclo de perpetuação de mortes baseadas em competições e na “Lei de Talião”. As relações na comunidade ficam enfraquecidas ao ponto de haver relatos de impossibilidade de se ter confiança. As guerras são tratadas como uma instituição permanente, e a morte, como uma resolução sempre possível diante de um conflito.

O ímpeto violento que se associa ao indivíduo com as alterações na consciência citadas, são relatados como de difícil contenção. Destarte, o ato violento é desmedido, e as possíveis consequências não são consideradas em um primeiro momento, muitas vezes causando surpresa ao autor da ação, o que caracteriza o tema “Percepção tardia do ato desmedido”. Se o ato impulsivo foi feito em meio a guerras e vinganças, pode gerar o ciclo de morte iminente já relatado. No entanto, o próprio autor da atuação impulsiva pode se arrepender e viver conflitos internos baseados em culpa. Houve um relato de tentativa de suicídio após um ato impulsivo e a percepção tardia da crueldade do ato violento.

QUADRO 3 – Códigos morais coletivos de pertença

Este agrupamento reúne temas que se referem aos relatos sobre os códigos de condutas presentes na vizinhança dos participantes, em grupos que praticam atos criminosos e em grupos de identificação cultural. Trata de crenças e valores compartilhados de como se deve agir diante das situações de violência relatadas.

TEMAS	EXEMPLOS DE FRASES
8. Retaliação	“Uma pessoa que mata pelas costas já tem motivo para morrer.” “Um cara tem que matar quem merece morrer.” “Morreu, foi merecido morrer. Fez merda, vai morrer. ‘Vou morrer hoje, passar direto para o inferno’, é o que ele pensa. Direto para o inferno. Vai ser churrasquinho de Satanás.” “Com as próprias mãos.”
9. Proteção do grupo de pertença	“Apesar do que ele fez ter sido errado, ele estava pelo certo.” “Quando o cara estava por baixo, foi o único que olhou para ele.” “O cara deve ter pensado: ‘ele me acolheu, é o mínimo que eu posso fazer’.” “Até hoje o moleque que fez a vingança está lá na rua. Não deu nada para ele e, hoje em dia, o moleque tem a consideração lá no alto. Respeito lá no alto.” “Tinha que ter sustentado o ataca (tipo de tortura que visa à delação de comparsas de um crime) do policial.” “Vou matar ele, porque ele nos ‘caguetou’.” “Eu não botava fê que existia esses caras assim, que, tipo, a mulher está passando, ele tira o ‘pau’ para fora. Esses dias também lá na quebrada, tinha um bicho lá no beco. A mulher do parceiro passou e ele a foi seguindo, chamando e abaixando o zíper. E ela não é mulher de mentir. Nós andamos na quebrada assim atrás desse bicho. Se pega, tinha até medo do que nós iríamos fazer com ele.”

O tema “Retaliação” é uma reprodução da noção de “Lei de Talião”. Portanto, diante de uma situação de violência, a resposta esperada também é violenta. As punições feitas pelo sistema judiciário diversas vezes são relatadas com falta de credibilidade, configurando-se como a principal justificativa para os casos em que a própria comunidade ou um indivíduo realize retaliações. As pessoas alvo de retaliação são consideradas em um patamar inferior de dignidade por terem quebrado regras de convivência, o que também justifica as punições violentas. Incluem-se nos códigos morais compartilhados pelas comunidades de pertença as proibições cuja quebra é passível de retaliação, os crimes sexuais, traições entre amigos e grupos criminosos e delações de comparsas de um crime.

O tema “Proteção do grupo de pertença” se caracteriza como uma regra de que se deve proteger os amigos, assim como comparsas de um crime e, eventualmente, moradores da própria vizinhança. Como as relações são geralmente pautadas em desconfianças e potenciais traições, existe um valor que busca regular tais relações a partir de um dever que obriga um

indivíduo a se comprometer com a proteção dos pares e de seus grupos como uma tentativa de diminuir ocorrências de traição. Assim, mesmo diante de torturas policiais, o indivíduo deve manter-se calado para não fazer delações, assim como é preciso vingar pessoas a quem se deve favores no caso de elas serem mortas. Alguns indivíduos tidos como párias e perigosos, como pessoas que cometem crimes sexuais, pessoas em situação de rua e usuários abusivos de *crack*, também podem ser alvo de ações da comunidade como expulsão da localidade em que habitam ou linchamentos.

Quadro 4 – Conflitos morais e ponderações

Este agrupamento reúne temas que se referem à identificação de conflitos morais e às ponderações acerca de tais conflitos feitas pelos participantes, que podem expressar um processamento de consciência moral.

TEMAS	EXEMPLOS DE FRASES
10. Pensar a morte	“Para o coração, o cérebro.” “Abraçou Deus.” “Não dá para sentir mais nada, nem sente mais o bagulho.” “Ele não pensou. Ele nem viu.” “O cara morrer por causa de um fruto que veio da terra. Tipo, foi uma tentativa, foi meio que de graça.” “Morreu feio. Eu que não desejava uma morte daquela nem para o meu pior inimigo.” “Até então eu ficava pensando - meu Deus, se eu estivesse junto com ele, será que eles teriam me matado também? Só de eu estar junto, ficava com medo.” “Perder a vida jovem é foda.”
11. Dualidade entre o bem e o mal	“A justiça de Deus é a mais justa.” “Eu ouvi uma coisa da minha mãe, eu acho que uma das mais certas que ela fala. Só se pode confiar em Deus, porque o homem, ele se perde. Ele se perde de algum jeito.” “Eu penso assim, nenhum ser humano, ele não tem um pecado. Então, nenhum ser humano não pode julgar o outro. Porque todos nós somos iguais. Todos nós pecamos. Um peca de um jeito, outro peca de outro. Aí, eu acho assim, para uma pessoa chegar e julgar. Você é quem para julgar uma pessoa? Mas, hoje em dia, não tem isso, são poucos que pensam assim.” “Das cinzas nasceu o homem, do homem nasceu a máquina. O oitão, 380 ponto 30, quadrada.” “Porque, às vezes, o cara faz umas coisas aqui que não é nem por ele. É a maldade que está dentro dele.” “Capeta ou Deus, escolha.”

Quadro 4 – Conflitos morais e ponderações – cont.

TEMAS	EXEMPLOS DE FRASES
12. Sentimento de perda	“Eu vejo o pai dele em um bar, lá bebendo. Filho único, perdido no mundo para o crime. Eu o vejo chorando pelos cantos.” “Era um cara, um moleque bom. Ambas as partes. O que matou tinha tudo para ser um profissional de futebol. O bicho jogava bola com o pai dele desde novinho. Ele jogava com uns caras grandões. E ela era <i>top</i> no futebol. Ele era pequeno, mas podia chegar um cavalo, ele derrubava. Não sei o que que ele tinha.” “Um dia, eu quero ter um filho, eu quero criar ele dando conforto, dando uma coisa boa. Um ensinamento bom, passar uma ideia que eu nunca pude ter na minha infância.”
13. Reconhecimento da destrutividade	“Eu não atirei e nem quero.” “Se eu pudesse imaginar assim. Para não ter acontecido isso com ele, ele não tinha que ter feito o que ele fez.” “Eu poderia ter imaginado que ele chega no portão dele e conversa. Poderia... A minha imaginação assim. Se eu pudesse escolher um final para essa história. Eles conversariam, sei lá, em casa, firmam um acordo, tem um aperto de mão. Isso não vai mudar na vida dele. ‘Não, cara, desculpa aí, eu queria seu cordão, mas você está falando que não dá, você já pagou, está certo, então pagou. Você para lá e eu para cá, vamos ver o que que dá aí para frente, vamos tocar nossa vida.’” “Poderia ter mudado se ele não tivesse dado mole com as pessoas.” “Queria que não existisse droga, fome e polícia.” “No mundo do crime, nós já estamos errados.”

“Pensar a morte” é um tema que resulta de ponderações que perpassaram todas as oficinas, já que, em quase todas as narrativas, houve casos de homicídio. A morte é retratada como um apagamento dos sentidos e, na maioria das vezes, é expressa com poucos ou nenhum eufemismo. Há mortes justas e injustas, o que remete ao valor da vida. No caso das mortes consideradas injustas, estas são motivo de lamentações; as mortes justas são tidas como a punição máxima e a solução para muitos conflitos. A possibilidade da morte iminente, como tratada no tema do Quadro 2, criou ponderações que remetem a sentimentos de medo. Mesmo diante de códigos morais que determinam obrigações de respostas violentas às vítimas de guerras ou a comparsas de gangues, alguns jovens demonstraram a possibilidade de retirada desse tipo de conflito baseada no medo da morte.

O tema “Dualidade entre o bem e o mal” parte de um conjunto de expressões com cunho religioso. O bem e o mal, e a luta entre eles, agem na vida humana como entidades que perpassam e influenciam pensamentos e ações no mundo e nos indivíduos. Destarte, algumas das respostas dos jovens aos conflitos morais por eles identificados também foram religiosas. Uma delas é a possibilidade de Deus realizar os atos de vingança diante de injustiças cometidas

por um indivíduo ou pela comunidade, de modo que o autor do ato imoral sofra um destino parecido com o mal que ele tenha causado. Foi discutido se esse tipo de justiça é melhor ou não do que a retaliação feita pela comunidade. O mundo feito por Deus é considerado um mundo puro. A maldade estaria no ser humano e no mundo que ele constrói, seja pela possessão pelo demônio, ou por sentimentos destrutivos. Assim sendo, a ação humana é, na maioria das vezes, considerada destrutiva e alguns participantes identificaram em si mesmos essas possibilidades destrutivas.

O tema “Sentimento de perda” remete a ponderações sobre as consequências de um ato violento que levou à morte e à perda simbólica da ingenuidade dos participantes em relação à consciência do mal no mundo. As lamentações de algumas mortes vieram acompanhadas de expressões de empatia com relação às vítimas e seus familiares, inclusive com uma prospecção imaginativa espontânea de possibilidades de sucesso das vítimas que foram interrompidas devido à morte. A perda da ingenuidade diante de um mundo mau foi associada espontaneamente, ou seja, sem estimulação do pesquisador e sem que fizesse parte do assunto corrente na narrativa, à inocência presente nas crianças. Portanto, considera-se que a expressão relatada sobre a ingenuidade das crianças pode revelar aspectos inconscientes dos participantes, assim como a emergência simbólica a ser melhor descrita na discussão desta pesquisa.

O tema “Reconhecimento da destrutividade” agrupa as ponderações feitas sobre o potencial destrutivo tanto da humanidade quanto dos próprios participantes. A destrutividade humana foi considerada a partir das ponderações feitas sobre a maldade humana e a violência no mundo já constatada. Individualmente, os jovens expressaram que a relação com armas de fogo e drogas é capaz de arruinar a vida e as relações de uma pessoa e expressaram escolhas de evitar o contato com tais elementos considerados destrutivos. O reconhecimento da destrutividade revelou ponderações acerca dos limites da atuação violenta e parece apontar para uma expressão das inibições dos jovens sobre os próprios impulsos destrutivos (FRANKEL, 1998), ainda que não consigam efetivá-la.

6.2.1 Eixos temáticos e “Teoria” de base

A partir da primeira etapa de codificação (*open coding*), que determinou os temas, foram feitas novas abstrações por meio da comparação de similaridades, comparações e associações entre os temas (EZZY, 2002). Os seguintes eixos temáticos foram depreendidos:

- a) **naturalização da violência:** caracteriza as expressões individuais e coletivas da violência como oriundas de uma condição humana dada;
- b) **possessão pela loucura:** caracteriza o funcionamento do ato violento no indivíduo e em grupos como se fosse uma possessão que age em situações de abaixamento da

consciência, em resposta à violência externa ou impulsionada internamente, incluindo ação de drogas;

- c) **condicionamento dos vínculos:** caracteriza os deveres advindos de códigos morais pelos quais se responde violentamente em situações de violência como forma de justiça grupal. As relações ficam permeadas pela iminência de atos destrutivos “reparadores” e vingativos, minando a confiança;
- d) **liminaridade da violência:** caracteriza os estados intermediários entre códigos morais e expressões da violência, entre avaliações e juízos do significado referentes ao bem e o mal em suas diversas manifestações.

Uma “teoria” de base – de acordo com o método aplicado – que pode corresponder ao denominador comum abstraído e relacionar todos os temas e os eixos temáticos, é o determinismo, compreendido como a noção de que ações, decisões, emoções e pensamentos são motivados por fatores e condições que levam a um desfecho repetitivo e inevitável. Entende-se que a partir de tal conceito seja possível obter uma explicação abrangente, ainda que parcial e momentânea, para compreender o fenômeno abordado da violência para estes participantes.

6.3 Narrativas individuais

6.3.1 Elias

6.3.1.1 Descrição e trajetória

Elias tem 20 anos de idade e três irmãos. Os pais são separados e o jovem cresceu convivendo com a mãe, encontrando-se com o pai com pouca frequência durante a infância e início da adolescência. A partir da idade aproximada de 15 anos foi morar com o pai e, atualmente, trabalham juntos em uma chácara. Ficou três anos fora da escola e prestou serviço militar durante um ano. Está cursando o 9º ano na modalidade Ensino de Jovens e Adultos (EJA). É sua primeira medida socioeducativa. Já foi usuário de maconha, substância que começou a usar aos 13 anos, mas há dois anos não usa mais. Afirmar ter poucos amigos, muitos dos quais já se envolveram com problemas com a justiça. Gosta de corridas e carros. Considera uma de suas qualidades a de ser detalhista.

Aceitou participar no primeiro convite feito pelo pesquisador. Esteve presente em todas as etapas da intervenção, respeitou os enquadres das oficinas e participou frequentemente com comentários sobre as histórias dos outros participantes.

6.3.1.2 Impressões do pesquisador

O trato de Elias com o pesquisador foi respeitoso e, por vezes, cerimonioso, como em situações em que o jovem usava o pronome de tratamento “senhor”. A atitude do pesquisador também foi respeitosa e cuidadosa, com atenção a rituais sociais como cumprimentos, tratamento pelo nome e conversas corriqueiras sobre o cotidiano, comportamentos que, em geral, não são comuns nas unidades socioeducativas, mas que parecem ter ajudado a fortalecer o vínculo.

Para o pesquisador foi difícil imaginar Elias como uma pessoa que teria uma conduta violenta. De fato, o jovem suscitou no pesquisador a impressão de maturidade, possivelmente por manter feições sérias e voz recatada, mostrando-se, ainda, disponível para o diálogo. Além disso, não parecia representar nenhum tipo de ameaça e nem demonstrava atitudes desafiadoras para sustentar o papel de pessoa perigosa, como em outros casos com que o pesquisador se defrontou como psicólogo no atendimento a jovens que cumprem medidas socioeducativas. Essas características levaram o pesquisador a se aproximar de Elias com confiança, o que pareceu contribuir para o fortalecimento do vínculo. Tal confiança pareceu recíproca. Elias foi quem mais fez tentativas para envolver-se no processo imaginativo a partir das estimulações previstas nas oficinas, o que ajudou o pesquisador a diminuir as próprias inseguranças acerca das possibilidades de sucesso da intervenção proposta e despertaram um sentimento de confiança no potencial criativo do jovem.

6.3.1.3 Análise da narrativa

Nas histórias, Elias, por vezes, corroborava com os códigos morais coletivos apresentados, como foi o caso dos justificações narrados, mas, também expressou suas próprias opiniões, crenças e julgamentos e, em alguns momentos, fez reflexões empáticas. O exercício de reflexão exige o exame dos próprios sentimentos, pensamentos e sensações; a empatia é ainda mais elaborada por ser uma forma de imaginar o que se passa psicologicamente com outra pessoa. É, portanto, um processo que promove o conhecimento de si e do outro. As expressões empáticas de Elias podem demonstrar que o jovem ponderou sobre o papel de

perpetrador, pois, perceber como se sentem as vítimas da violência revela os problemas causados pelo ato violento, como destacado nos exemplos abaixo:

Vinheta 1 – Oficina 1

Elias: Eu penso assim, nenhum ser humano não tem pecado. Então nenhum ser humano pode julgar o outro, porque todos nós somos iguais, todos nós pecamos. Um peca de um jeito, outro peca de outro. [...] Mas, hoje em dia, não tem isso, não é? São poucos que pensam assim.

Vinheta 2 – Oficina 2

Elias: [...] vejo o pai dele num bar bebendo, filho único, perdido para o mundo do crime [...] chorando pelos cantos.

Vinheta 3 – Oficina 3

Elias: Era um cara, um moleque bom. Ambas as partes. O que matou tinha tudo para ser um profissional de futebol. O bicho jogava bola com o pai dele desde novinho. Ele jogava com uns caras grandões. E ela era *top* no futebol. Ele era pequeno, mas podia chegar um “cavalo”, ele derrubava. Não sei o que ele tinha.

A empatia com as vítimas de violência e seus familiares contradiz as expressões de aceitação de Elias de alguns valores, crenças e atitudes que sustentam condutas violentas, podendo ser uma demonstração de que alguns dos códigos morais coletivos que ele compartilha com seus grupos de pertença são contraditórios em relação a alguns de seus sentimentos pessoais. Supõe-se, portanto, haver uma tensão moral tácita e potencial a partir das reflexões de Elias. Por vezes, o jovem parecia evitar um contato com as tensões morais e, em outras, arriscava respostas mais reflexivas a partir das estimulações do pesquisador para se envolver em um processo imaginativo acerca das histórias relatadas, como verificado nos exemplos abaixo:

Vinheta 4 – Oficina 1

Pesquisador: Vocês gostariam de trazer algum elemento (para a história)? Retomar a história de algum ponto? Se vocês pudessem modificá-la... O que vocês acham?

[...]

Elias: Mesmo que a gente queira, não vamos mudar a realidade do Brasil.

Vinheta 5 – Oficina 2

Pesquisador: Tem alguma coisa que vocês gostariam de trazer? Algum elemento para essa história? Acrescentar alguma coisa?

Elias: Eu poderia ter imaginado que ele chegava no portão, conversaria. A minha imaginação... Se eu pudesse escolher um final para esta história. Eles conversarem, sei lá, em casa. Firmam um acordo, tem um aperto de mão. Isso não vai mudar a vida dele. “Não, cara, desculpa, eu queria seu cordão, mas você está falando que não dá. Você já pagou, está certo então. Você para lá e eu para cá. Vamos tocar nossa vida.”. Não é? Perder a vida jovem é foda.

Também se observam posições aparentemente contraditórias nas respostas de Elias sobre as histórias que ele compartilhou. Ao ser indagado se houve diferenças na maneira como ele percebe a história que contou antes e depois das oficinas, Elias disse: “Infelizmente não, continua a mesma história”. No entanto, o jovem reconheceu que o conteúdo violento das histórias o desagradava e deu a entender que teria havido uma problematização das vivências cotidianas de violência.

Vinheta 6 – Entrevista com Elias

Pesquisador: O que você achou da pesquisa?

Elias: Eu achei interessante lembrar os fatos que acontecem no nosso cotidiano.

Pesquisador: E qual momento você achou que foi o mais marcante?

Elias: Relembrar essas histórias tão chocantes, que são normais no nosso cotidiano. Mas nós paramos para refletir. “Como poderia mudar”, não é? Sonhar assim... Pensar em mudar, não é?

Pesquisador: Pensar em uma possibilidade diferente?

Elias: Sim, em umas melhorias. Essa (parte) eu achei interessante.

A presença simultânea e conflitante de sentimentos e tendências opostas em relação às histórias de violência se expressa como uma ambivalência entre a percepção da violência como componente natural da vivência humana, marcada pelo determinismo constatado na análise temática dos relatos de grupo, e as reflexões empáticas que provocam um estranhamento da violência, com a tendência a considerá-la indesejável. Neste caso, infere-se que um processamento de consciência moral poderia estar em andamento.

Além de refletir sobre o conteúdo das histórias, Elias também fez algumas associações entre as narrativas e a vivência pessoal com a violência. Trouxe relatos espontâneos de casos em que foi vítima de ameaças de violência e destacou sua habilidade de sobrevivência baseada na evitação do enfrentamento. As estratégias de sobrevivência são expressões na conduta de Elias do seu processo de adaptação às relações que são marcadas pela violência, como se segue nos exemplos abaixo:

Vinheta 7 – Oficina 2

Elias: Sempre tem ganância, “olho gordo”. Isso eu tiro por mim mesmo, porque um amigo meu já chegou (e disse): “Ah, porque não sei o quê, você está se garantindo demais”. Hoje em dia não é vivo. E quando é vivo, um está fugido lá para um canto, outro para outro canto. Mas eu abaixava a cabeça e saía.

Vinheta 8 – Oficina 3

Elias: Bom, eu fui para lá depois de um tempo. Eu fui armado. Os próprios amigos meus, que eu convivi, me criei, eles queriam comprar arma para matar

os caras que eu criei junto. Aí eu falei: “você acha que eu vou vender arma para você matar ele?”; Aí, eu no outro, a mesma coisa. Querendo para matar, quem matou o Martinho. Eu saí foi doido. Falei: “Aqui vai dar morte”. Só ia aprofundar mais porque os caras não esquecem também, querendo ou não. Está preso, mas um dia sai.

Vinheta 9 – Oficina 3

Elias: Depois desse fato, minha mãe me ligou. Até então eu ficava pensando: “meu Deus, se eu estivesse junto com ele, será que eles teriam me matado também?”. Mas eu os conhecia, são meus vizinhos. Mas só de eu estar junto, ficava com medo. Eu estava me enturmado com ele (Martinho), querendo ou não. Mas todo mundo sempre falava para mim que ele não era uma boa influência, que ele era folgado.

O sentimento de vulnerabilidade à violência mantém correspondência com uma associação espontânea de Elias sobre uma criança que, simbolicamente, recebe projeção de condições de fragilidade, indefensabilidade, insegurança e inocência diante da “maldade do mundo”.

Vinheta 10 – Oficina 1

Elias: Eu acho que até os piores bandidos, nenhum aceita uma coisa dessas. Pessoa mexer com, sei lá... Uma criança, uma pessoa inocente assim, que não sabe o que é a maldade do mundo. Aí você imagina, se coloca no lugar da mãe da criança, do pai. Todo mundo se revolta com isso. Por isso que até na cadeia não se aceita.

O medo da morte transparece no relato do sentimento que experimentou ao saber que o amigo de quem ele estava se aproximando foi morto e que, nesse evento, ele próprio poderia ter sido morto (Vinheta 8 – Oficina 3). Quando relata que as histórias que ouviu e a que contou servem como exemplos para evitar erros futuros, Elias parece compreender que indivíduos impetuosos têm menos chance de sobrevivência. Tal compreensão também parece estar refletida na constatação que constitui o título da sua própria história, “A confiança é ingrata” (a confiança mencionada tem um sentido próprio no linguajar corrente entre os jovens, estando relacionada a uma pessoa que “confia demais em si mesma” e, assim, caracterizando um tipo de prepotência). Como o sentimento de medo afeta aquele indivíduo que se vê impotente diante de uma relação de forças em que é a parte subjugada, supõe-se que as evitações e fugas promovidas pelo medo funcionam como estratégia de diminuição dos prejuízos causados por uma eventual derrota em um conflito violento, podendo se configurar como um tipo de cautela que Elias expressa. Portanto, em última instância, o medo da morte parece gerar um senso de finitude que se contrapõe à onipotência e à confiança exagerada, configurando-se como um aspecto de processamento de consciência moral.

Elias revelou uma conduta que parece ser compensatória em relação ao sentimento de medo. Em um momento de relaxamento durante as oficinas, comentou que, quando se alistou para o serviço militar, foi questionado sobre uma passagem na polícia por porte ilegal de armas. Na ocasião, explicou que foi retido pela polícia e condenado a cumprir medida socioeducativa por portar ilegalmente uma arma que teria servido para proteger a namorada e a ele mesmo, diante de ameaça feitas por um ex-namorado ciumento de sua companheira. Relatou ter sido aceito para cumprir serviço militar e que, durante esse período, o exercício que mais o satisfazia era o de atirar com fuzil.

Considerando-se a arma de fogo como um símbolo, seu significado pode ser amplificado e relacionado à expressão de poder, pois, na relação entre aquele que subjuga e aquele que é subjugado, o que melhor maneja a arma de fogo possui mais chances de vitória. Supõe-se que a arma de fogo funciona não só como uma tentativa de defesa literal da integridade de Elias e de sua namorada, mas, simbolicamente, como mecanismo de defesa projetivo e compensatório para lidar com o sentimento de vulnerabilidade e medo. Elias parece sentir afeto e apego pela namorada e a insegurança e o medo o fazem projetar a proteção na arma de fogo. Em alguns momentos, Elias pareceu expressar sentimentos ambivalentes em relação à arma de fogo, como exemplificados nas Vinhetas 8 e 9, que mostram a percepção de que, se a arma de fogo tem o potencial de proteger, pode também destruir algumas relações afetivas importantes e/ou o próprio indivíduo. Nesse sentido, a arma de fogo propiciaria um sentimento de segurança precário. Nota-se também que o relato espontâneo de Elias sobre seu ato infracional contrasta com o momento de aplicação do Questionário de identificação (Apêndice D), quando Elias não quis falar sobre o delito cometido. Infere-se que o jovem passou a confiar mais no pesquisador ao longo do processo de intervenção. A progressiva relação de confiança com o pesquisador durante a pesquisa mostrou uma disposição de Elias em estabelecer vínculos afetivos e pode ser indicador de um fator psicológico protetivo que se contrapõe à relação insegura subjacente à arma de fogo. A garantia do sigilo das histórias, que garantiu a desvinculação do conteúdo dito na oficina com qualquer possibilidade de avaliação negativa para a progressão na medida socioeducativa, e a reciprocidade de Elias foram fatores identificados como fundamentais para a construção da relação de confiança e para os indícios de processamentos de consciência moral que foram observados a partir da tensão moral tácita e potencial entre os sentimentos de apego e medo.

As potencialidades de desenvolvimento ainda não realizadas correspondem a um aspecto prospectivo do símbolo da criança que se associa com um estado nascente de consciência (JUNG, 1954/2011b). Apesar de parecer haver pouca ciência de Elias sobre o

símbolo emergente, ou seja, sobre suas potencialidades de desenvolvimento, pode-se identificar uma dinâmica criativa para o desenvolvimento da personalidade que advém de seus relatos. Para tal, vínculos de confiança são fundamentais para auxiliar o jovem a lidar com as ambivalências que parecem subjazer a um processamento de consciência moral. Pode-se supor que a mudança recente na dinâmica familiar do jovem ligada à volta do contato com o pai e o fato de eles estarem trabalhando juntos no roçado em uma chácara tenham ativado um vínculo afetivo seguro com o pai passível de potencializar a emergência de fatores psicológicos protetivos para o jovem. Potencialmente, poderiam influenciar a mudança de sua conduta delitiva e a elaboração de projetos futuros que se distanciem da trajetória infracional. Um apontamento para a emergência de fatores protetivos aparece no fato de Elias relatar não mais fazer uso abusivo de maconha há dois anos o que coincide com o período aproximado do reencontro com o pai. A presença do pai de Elias é citada nas oficinas apenas na passagem abaixo como alguém que o alerta e que reprova a atitude de usar drogas:

Vinheta 11 – Oficina 4

Elias: Eu já presenciei um policial usando droga na minha frente. Meu pai até mesmo falou: “Olha, está vendo como são os policiais do DF?”.

Além das reflexões do jovem manterem coerência com a conduta de não usar maconha há dois anos, Elias também reconhece que o uso abusivo de drogas é uma forma de destrutividade humana.

Vinheta 12 – Oficina 4

Elias: Eu conheço [...] um cara que trabalhava no Senado, no Senado, não, algum órgão público. Hoje ele mora em uma latinha, em uma casinha de lata em sua chácara, tipo uma sardinha mesmo. Um bagulho de lata, esses negócios de *hot dog*, sei lá. O cara tinha casa, tinha dois carros. Uma casa dele era avaliada por mais de cento e sessenta mil. Perdeu tudo na “pedra”, o cara não tem nada. Tem só esse pedacinho lá porque ele ainda vendeu os lados e ficou só no meio mesmo, só para ele. Cara, eu fiquei olhando assim... Tinha família...

Vinheta 13 – Oficina 4

Elias: Queria que não existisse droga, nem fome, nem polícia.

6.3.1.4 *Análise dos resultados da ECAD*

Nardi, Filho e Dell’Alglio (2016) afirmam que a baixa escolaridade, ambientes estressores, instabilidade dentro e fora do ambiente familiar e uso de drogas são alguns dos principais fatores relacionados a altos índices de condutas antissociais e, de maneira correspondente para este trabalho, delitivas. Portanto, os escores obtidos na aplicação da ECAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) com Elias mantêm coerência com a relação dos fatores de risco para condutas desviantes de jovens brasileiros autores de atos infracionais, pois ele relatou ter alta defasagem idade-série e histórico de evasões escolares, vivências em ambientes estressores devido à violência e ao uso abusivo de drogas.

Até o momento da aplicação da intervenção, Elias tinha voltado a estudar e a trabalhar. Foi o único participante que afirmou não usar drogas havia dois anos. A possibilidade de estar vivendo um nova dinâmica familiar estável, que inclui o pai, foi sinalizada. Nas oficinas, demonstrou ser um dos participantes mais engajados, que mais respeitou enquadres e que fez reflexões incluindo as empáticas, o que pode configurar a emergência de fatores protetivos para a diminuição de condutas antissociais e delitivas. No entanto, Elias possui os maiores escores de condutas antissociais e delitivas dentre os participantes e foi constatado o aumento dos escores totais em relação à primeira aplicação, em que as condutas antissociais diminuíram e as delitivas aumentaram.

O fato de Elias ter aumentado os escores totais e os escores de condutas delitivas na segunda aplicação é compatível com a suposição de que é mais difícil diminuir escores do subgrupo das condutas delitivas do que o do subgrupo de condutas antissociais. As condutas antissociais podem ser modificadas por meio da conscientização das normas, enquanto as condutas delitivas têm maior persistência no comportamento por não depender somente de conscientização, mas por serem baseadas em um “sentimento anômico” advindo de um processo de exclusão social que dificulta que o indivíduo se identifique com as normas vigentes na sociedade (FORMIGA, 2015). Foi constatada a diminuição no subgrupo de condutas antissociais em Elias, na segunda aplicação, o que é um indicador de conscientização do jovem. O aumento do escore total se deu pelo aumento de escores de condutas delitivas.

Uma hipótese para esse aumento pode estar associada à maneira como se deu a relação com o pesquisador. Na primeira aplicação, o jovem ainda parecia não confiar no pesquisador tanto quanto na segunda aplicação, como visto no fato de que ele ter se sentido à vontade para fazer confidências ao longo dos encontros. Uma vez que os itens da escala tratam de comportamentos não aceitos socialmente, podem ter gerado, em Elias, o receio de eventuais

juízos do pesquisador na primeira aplicação, o que teria coibido o assinalamento de respostas com altos escores, o que não teria acontecido na segunda aplicação.

Outra possibilidade interpretativa paralela é que o jovem tem melhor percepção do próprio potencial delitivo do que os outros participantes, percepção essa que teria aumentado entre a primeira e a segunda aplicação. Considera-se que, dentre outros motivos, devido ao engajamento na oficina, à relação com o pesquisador e à disposição para reflexões, Elias foi quem mais apresentou ponderações acerca dos conflitos morais sobre as condutas delitivas violentas. Em alguns momentos, demonstrou consciência de sua capacidade de cometer atos delitivos como quando ficou em dúvida sobre o porte de armas, ou quando afirmou que não usa mais drogas. Também pode-se supor que Elias tenha respondido com maior cuidado e reflexão na segunda aplicação, talvez influenciado pelos exercícios feitos nas oficinas de exame cuidadoso dos problemas morais da violência.

Portanto, o aumento de escores da ECAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) pode ser resultado não do aumento do comportamento antissocial e delitivo do jovem, mas de um ganho de consciência sobre esse potencial que teria ocorrido após a oficina. As duas hipóteses – as respostas mais coerentes devido à confiança no pesquisador e à maior conscientização do jovem – indicariam, portanto, a emergência de um processo de consciência moral.

6.3.2 Ícaro

6.3.2.1 *Descrição e trajetória*

Ícaro tem 20 anos de idade. Possui cinco irmãos e os pais se separaram quando ele ainda era criança. Desde então mora com a mãe e os irmãos. Afirma ter um relacionamento familiar tranquilo. Já cumpriu uma medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Estuda e está no 1º ano do Ensino Médio no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), mas já passou mais de um ano fora da escola, pois, cumpriu um período como preso provisório. É usuário frequente de maconha, tendo iniciado o uso por volta dos 12 anos de idade. Tem amigos que possuem problemas com a justiça e a polícia. Gosta de jogar futebol, ir ao shopping e a festas. Considera uma qualidade a sua capacidade de fazer amigos.

O jovem foi o último participante inscrito na oficina. Inicialmente, não manifestou interesse em participar dos encontros, porém, após estimulação dos educadores da unidade, entrou para o grupo. Participou de todas as etapas da intervenção com exceção do primeiro encontro da oficina. No quarto encontro, em que foi sorteado para contar uma história, Ícaro

teve dúvidas sobre qual história contar, afirmando que não tinha uma história de violência tão cruel quanto as que foram contadas. Com o estímulo do pesquisador, lembrou de duas histórias. De forma geral, fez poucos comentários nas oficinas, sendo mais comum o pesquisador vê-lo concordando com os comentários e opiniões dos outros participantes.

6.3.2.2 Impressões do pesquisador

Ícaro pareceu ser um jovem tímido por ter atitude recatada, compleição física franzina, dicção de difícil compreensão e poucas palavras, como afirmou: “eu não sou muito de falar”. Pareceu ao pesquisador que Ícaro era o que, nas expressões comuns no contexto das medidas socioeducativas, é chamado de “puxador de cadeia”. Nas unidades socioeducativas pode haver situações de *bullying*, aliciações para tráfico de drogas, guerras entre grupos rivais e encontros com desafetos. Assim, o “puxador de cadeia” cria uma estratégia de sobrevivência, evitando intimidade e buscando manter as interações sociais somente em seu aspecto formal e funcional com os pares e com os educadores. Deste modo, pode diminuir as chances de ocorrerem situações problemáticas, garantindo a autopreservação e procurando se poupar de eventuais avaliações desfavoráveis no decorrer da medida socioeducativa. Como exemplo que reforça a impressão do pesquisador, na Oficina 3, Ícaro fez um comentário sobre a convivência na “cadeia”: “o que vale é o cara saber entrar e sair, não é?”.

A atitude de evitação para autopreservação foi motivo de preocupação do pesquisador no que diz respeito ao engajamento no jovem na pesquisa, pois o estabelecimento de um relacionamento de confiança poderia exigir um tempo mais longo que o período proposto para a intervenção ou até mesmo nem acontecer. Assim, como forma de reforçar o vínculo de confiança, o pesquisador reafirmou, em todos os encontros, que todo conteúdo tratado nas oficinas era sigiloso e não geraria qualquer impacto nas avaliações jurídicas dos jovens. Entende-se que, além do apoio da equipe socioeducativa e o do próprio grupo de socioeducandos, tal cuidado foi de fundamental influência no engajamento de Ícaro na pesquisa e nas intervenções. A empolgação do grupo em contar histórias parece ter contagiado Ícaro ao longo das oficinas e ter servido como um motivador para sua participação na pesquisa, como exemplificado no diálogo que se segue:

Vinheta 14 – Entrevista com Ícaro

Pesquisador: Qual o momento mais marcante das nossas conversas?

Ícaro: Ah, o jeito que os caras falavam das histórias deles, como se empolgavam. É engraçado demais.

6.3.2.3 Análise da narrativa

Inicialmente, Ícaro ecoava os comentários dos outros participantes, parecendo concordar com os códigos morais coletivos. Com isso, foi difícil para o pesquisador diferenciar as posições individuais. No entanto, quando os participantes tocaram nos assuntos inveja e “olho gordo”, o jovem pareceu se mobilizar e relatou uma história de violência em que foi roubado por uma pessoa que o observava e declarava ter inveja do jovem devido ao fato de ele possuir um tênis novo que chamava a atenção:

Vinheta 15 – Oficina 2

Ícaro: “[...] Uma vez, eu trabalhava e tudo... Ganhava meu dinheiro do meu trabalho digno. [...] Eu tinha usado o pisante (tênis) duas vezes para o frevo (festa) [...] O pivete estava lá. Aí, fui almoçar no restaurante, minha mãe não estava em casa. Aí, ele [o pivete] disse: “tenho inveja de você”. Falei: “Que lombra¹⁶ é essa?”. [...] Rodei com dinheiro e com o pisante. Só tinha usado duas vezes...

Ícaro: Pode se ligar que quando você compra uma roupa na sua quebrada (vizinhança), os caras te olham de cima abaixo.

Ícaro parece ter uma percepção de que as ameaças são generalizadas, percepção essa reforçada pelo contexto de insegurança no qual o jovem viveu, como identificado nos exemplos abaixo:

Vinheta 16 – Oficina 2

Pesquisador: Mas, então, como é confiar em uma pessoa para vocês?

Ícaro: Não existe confiança. Você confia, desconfiando.

Vinheta 17 – Oficina 4

Ícaro: Era uma guerra cabulosa. É para acertar em quem estiver lá, quem está naquela quebrada. Não tem nome.

Vinheta 18 – Oficina 4

Ícaro: Não tinha muito policiamento lá. O povo trocava tiros, os policiais se escondiam.

Pesquisador: É mesmo?

Ícaro: Não faziam nada. O bagulho é louco mesmo.

A constante desconfiança parece permear as estratégias de Ícaro para sobrevivência pessoal, o que seria compatível com uma suposta timidez percebida pelo pesquisador. Zimbardo

¹⁶ Tipo de raciocínio incoerente semelhante ao que ocorre durante o uso de drogas.

(2002) afirma que os traços de timidez na personalidade podem ser promovidos em ambientes que exacerbam o individualismo, focando-se no sucesso individual e na vergonha de uma eventual derrota pautados por um sistema competitivo e por um senso de inferioridade e de superioridade. Ícaro demonstrou ter uma busca por sucesso financeiro e um dos poucos momentos em que se mostrou empolgado nas oficinas foi em uma conversa sobre os valores de revenda de drogas com Elias. O jovem também revelou ter uma visão sobre tráfico de drogas apenas como um meio de subsistência para ganhar dinheiro.

Vinheta 19 – Oficina 4

Pesquisador: Mas a ambição não está movendo o traficante também?

Elias: Está.

Ícaro: Não, ele está no corre (diligências) dele. Ele está fazendo por onde. Não é ambição.

[...]

Ícaro: Você vai receber só se você tiver aluguel, investir o dinheiro. E onde você investir, você tem que ganhar.

[...]

Pesquisador: Então, o que você acha que move o traficante para fazer o que ele faz?

Ícaro: Ah! O dinheiro.

Vinheta 20 – Oficina 4

Ícaro: O negócio é os policiais não criarem muitas barreiras. Porque o que barra mesmo é comediagem (negócio desleal). [...] Na televisão foi dito que os policiais vão estar onde têm mais ocorrências. Então, se eles souberem que ali não tem ocorrência, não vai ter nada para eles e eles não vão.

[...]

Ícaro: O bagulho é dinheiro.

Pode-se supor ter havido uma internalização dos valores e crenças advindas de uma dinâmica competitiva de busca por sucesso financeiro baseada na relação dicotômica entre o vencedor-superior e o perdedor-inferior. Apesar de aceitar que o ganho de dinheiro independe das consequências para os outros, Ícaro demonstrou perceber os aspectos destrutivos do uso das armas de fogo.

Vinheta 21 – Oficina 4

Ícaro: Igual estão falando do Bolsonaro. Eu acho que, do jeito que o brasileiro é doido, se votar no Bolsonaro e ele legalizar o porte, vou dar ideia aqui, vai ter muita morte.

[...]

Pesquisador: [...] As armas, você acha que é bom diminuir o número delas?

Ícaro: Aí sim, porque o bagulho que mata é arma.

[...]

Ícaro: Os caras estão se matando, entrando em colégio, matando uns aos outros lá nos Estados Unidos, imagina no Brasil.

Assim como as armas de fogo, o dinheiro, simbolicamente se associa ao poder. No entanto, o poder da arma de fogo se diferencia do advindo do dinheiro, pois o primeiro pode subjugar devido as suas consequências destrutivas físicas e o segundo por meio das posses. Amplificando o símbolo do poder relacionado ao dinheiro, pode-se imaginar que aquele que o possui é capaz de comprar não só objetos, mas pessoas. Seguindo-se essa possibilidade interpretativa, a busca de poder de Ícaro se destaca não pela força e pela brutalidade da arma de fogo, mas por meio de uma fantasia de que seria possível repor as fragilidades pessoais por meio das posses e de todas as recompensas sociais que elas geram, fantasia essa que pode funcionar, assim, como aspecto compensatório de um senso de inferioridade.

Ícaro demonstrou relutância em refletir sobre as próprias histórias de violência, como descrito abaixo:

Vinheta 22 – Entrevista com Ícaro

Pesquisador: Antes de a gente trocar aquela ideia ontem, o que você achava da sua história? O que pensava sobre ela?

Ícaro: Ah, eu nem pensava nada. Já tinha passado um tempão. [...] Aí o cara não fica nem lembrando...

[...]

Ícaro: Tipo assim, eu nem achava nada, porque a pessoa assim, não pode ficar se envolvendo muito.

[...]

Pesquisador: E o que você achou de contar a história?

Ícaro: Cabuloso, não é? Normal...

Pesquisador: Normal?

Ícaro: É.

Pesquisador: Você disse “cabuloso”, por quê?

Ícaro: Porque eu pensei que tinha que falar muita coisa e eu não sou muito de falar.

Ao ser indagado se haveria mudanças na percepção de suas histórias antes e depois das oficinas, Ícaro respondeu: “Mudou nada porque nada vai mudar”, corroborando a noção determinista que perpassou as oficinas. Portanto, no processamento de consciência moral de Ícaro parece ter prevalecido a percepção de uma condição tal qual se mostra no mundo, sem arriscar novas alternativas, posto que não seriam viáveis. Note-se que esse participante não mostrou histórias de violência extrema, e é possível que o assunto não desperte nele o interesse suficiente para ele ficar “lembrando”. A suposta conduta de “puxador de cadeia” e a timidez têm em comum serem comportamentos de esquiva de conflitos, e o fato de ele, aparentemente, não apresentar as tensões morais pode advir de um esforço de evitação dos problemas morais colocados.

6.3.2.4 *Análise dos resultados da ECAD*

Ícaro apresentou o segundo maior escore de condutas antissociais e delitivas e teve aumento no primeiro índice e pequeno aumento do segundo no pós-teste. Constatam-se os fatores de risco para condutas desviantes com jovens brasileiros autores de atos infracionais na alta defasagem idade-série, no histórico de evasões escolares, em vivências em ambientes estressores devido à violência e no uso abusivo de drogas (NARDI FILHO; DELL'AGLIO, 2016). Até o momento da aplicação da intervenção, Ícaro tinha voltado a estudar.

Apesar de o jovem demonstrar reconhecer algum potencial delitivo ao expressar não querer usar armas de fogo, supor que aumento dos escores da ECAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) (Anexo A) seria uma expressão do reconhecimento do potencial delitivo é uma possibilidade interpretativa que encontra pouca comprovação nos dados obtidos na narrativa individual de Ícaro, pois, em grande parte, o que se constatou foi uma evitação do conflito moral. Apesar de ele ter tentado evitar as tensões, os problemas morais foram explicitados e problematizados pelo pesquisador, como visto no caso em que ele precisa justificar que o tráfico de drogas só é um negócio, sem citar seus malefícios para os usuários e a sociedade. Considerando o engajamento na intervenção, ainda é válido supor que o aumento dos escores da ECAD (op. cit.) (Anexo A) corresponde a um melhor exame das respostas na segunda aplicação que pode ter sido influenciado pelos exercícios de reflexão feito nas oficinas e assinalaria, em algum nível, um processamento de consciência moral.

6.3.3 Fausto

6.3.3.1 *Descrição e trajetória*

Fausto tem 18 anos, possui oito irmãos e mora com os pais. Afirmar ter lembranças ruins da infância e sonha um dia formar uma família e ter filhos. Está cursando o 1º ano do Ensino Médio no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e já repetiu de série três vezes, além de ter ficado um ano fora da escola por se sentir desanimado com as notas. Faz uso diário de maconha, substância que começou a usar aos 11 anos de idade. Possui amigos com problemas com a justiça. Gosta de jogar futebol, nadar e remar. Considera como qualidades pessoais sua mira e suas habilidades atléticas, as quais afirma ser uma herança de família, já que possui parentes que são atletas praticantes de calistenia e futebol.

Durante a apresentação do convite inicial para a pesquisa, Fausto mostrou-se curioso com a possibilidade de participação nas oficinas. Mostrou-se expansivo tanto na fala quanto nos gestos e, por vezes, o pesquisador precisou solicitar-lhe pausas para que outros participantes pudessem se manifestar. O jovem perguntou repetidas vezes sobre o sigilo da pesquisa, buscando certificar-se da segurança que teria para contar as histórias de violência, e o pesquisador procurou responder com atenção todas as vezes que o jovem questionava. Fausto evadiu-se da unidade socioeducativa dias depois da aplicação do Questionário de identificação (Apêndice D), da assinatura do TCLE (Apêndice A) e do pré-teste da ECAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) (Anexo A). No entanto, retornou à unidade, coincidindo com o dia de aplicação da primeira oficina da qual ele participou. Também participou da segunda oficina, mas evadiu-se da unidade socioeducativa novamente e não concluiu todas as etapas da pesquisa.

6.3.3.2 Impressões do pesquisador

Durante a aplicação da ECAD (op. cit) (Anexo A), surpreendeu o pesquisador o fato de que Fausto associava as situações descritas nos itens da escala às histórias pessoais de violência, contrastando com a aplicação dos outros participantes que respondiam em silêncio. Seus relatos e comentários durante a aplicação da escala tinham conteúdos de extrema violência, como espancamentos, trocas de tiros por armas de fogo, brigas de gangue e uso abusivo de substâncias psicotrópicas. Esse jovem, por vezes, pareceu orgulhar-se de contar tais eventos dos quais participou. Somente em um dos relatos transpareceu tristeza, quando contou ter tomado dez cápsulas de “Rivotril” que pertenciam à sua mãe e, em seguida, ter ido para a rua onde se encontrou com um homem e pediu cigarro, o homem se recusou e disse que Fausto estava “doidão”. De maneira abruta, o homem deu um tapa com muita força em Fausto, derrubando-o. Em resposta Fausto revidou com muitos golpes, conseguindo vencer o homem na luta corpo a corpo. Algum tempo depois, Fausto descobriu que o indivíduo que ele espancara era um policial que, em conjunto com outros agentes, perseguiu o jovem algumas vezes e o torturou fisicamente.

Durante a primeira oficina, o pesquisador novamente se sentiu surpreendido com um relato de Fausto de histórias de violência pessoais, que ignorou a insistente consigna da oficina de que as histórias relatadas não deveriam ser aquelas que aconteceram diretamente com o narrador. Assim, o pesquisador se encontrou diante de um dilema em que era preciso decidir pela interrupção do relato pessoal do jovem ou o seu prosseguimento. O jovem parecia ter uma necessidade incontida de contar suas histórias pessoais, porém, ao abrir esse espaço para Fausto

nas oficinas, corria-se o risco de que, por exemplo, outros jovens também repetissem o mesmo comportamento e relatassem as histórias pessoais, comprometendo, assim, os objetivos da intervenção e da pesquisa. Poderia acontecer, ainda, que algum participante viesse a se incomodar com o relato das histórias pessoais de Fausto, já que essas não faziam parte do acordo firmado para a pesquisa.

O pesquisador optou por deixar o relato do jovem acontecer. Por um lado, para não quebrar o *rappor*t e, por outro, confiando na condução espontânea do grupo e, principalmente, avaliando ser uma atitude ética o atender a uma necessidade do jovem naquele momento. No entanto, coube ao pesquisador apontar limites quando, em determinados momentos, conteve relatos de violência extrema que poderiam prejudicar o grupo como um todo e o funcionamento das oficinas. Nesses momentos delicados, o pesquisador usou de um tom amigável e bem-humorado.

O relato de Fausto mais impactante para o pesquisador foi quando ele revelou ter cometido um espancamento seguido de tortura e que evoluiu para um homicídio de um homem que tentava abusar e agredir uma mulher. O jovem fez frequentes comentários acerca de um sentimento de ódio e de expressões de sadismo no ato violento e criminoso que relatou cometer. O grupo apresentou expressões de nervosismo com essa história pessoal de Fausto. No segundo encontro com o pesquisador, Fausto voltou a questionar sobre a possibilidade de vazamento do conteúdo do crime confesso feito no primeiro encontro, pois afirmou que não se sabia ter sido ele o responsável pela morte, colocando um conflito moral também para o pesquisador entre quebrar o sigilo ou não do caso relatado de um suposto crime. O código de ética profissional do psicólogo prevê que a quebra do sigilo pode ser feita quando há dano provável para aquele que é acompanhado pelo psicólogo ou a terceiros (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). O relato do caso era repleto de imprecisões e não continha local e outras identificações da pessoa supostamente assassinada por Fausto. Evidentemente, não cabe ao pesquisador fazer qualquer investigação para buscar saber se houve ou não o assassinato ou sobre quem seria a suposta vítima e seus familiares. Coube ao discernimento moral do pesquisador acerca desse fato e de suas possíveis consequências a opção por não quebrar o sigilo, pois não havia dados suficientes sobre o caso e não se constatou ameaça presente clara.

6.3.3.3 Narrativa individual

Fausto manteve concordância com os códigos morais coletivos de justificação referenciados no tema “Retaliação” do agrupamento “Códigos morais coletivos de pertença” como destacado nos exemplos abaixo:

Vinheta 23 – Oficina 1

Fausto: Morreu, foi merecido morrer. Fez merda, vai morrer. “Vou morrer hoje, passar direto para o inferno”, é o que ele pensa. Direto para o inferno. Vai ser churrasquinho de Satanás.

Vinheta 24 – Oficina 1

Fausto: Eu penso assim, quando uma coisa é para acontecer, ela simplesmente acontece... Ela só acontece se você fizer que isso aconteça. Por exemplo, aconteceu de nós estarmos aqui, nesse lugar [unidade socioeducativa], mas nós fizemos que isso acontecesse. Nós demos mole para o sistema para estar aqui, que nem esse safado dá mole para morrer de uma forma feia.

Vinheta 25 – Oficina 2

Fausto: Um cara tem que matar quem merece morrer.

Vinheta 26 – Oficina 2

Fausto: Quem morre pela mão do homem sempre será morto pela mão do homem. Quem mata, morre.

As expressões de concordância com o código moral de justificação e sua atuação como justiceiro-vingador, relatada nos casos pessoais de violência, dão indícios de como o jovem parece ter internalizado as relações violentas e se identificado com o papel de violentador, apesar de não aparentar ter um conflito moral sobre sua atuação violenta uma vez que tem como referência códigos morais coletivos que preveem recompensas ao justiceiro-vingador, assim como descrito no tema “Proteção da comunidade de pertença”.

Vinheta 27 – Oficina 2

Pesquisador: [...] e tem outra galera que está envolvida nisso que é a comunidade ali perto. Como é para o pessoal?

[...]

Fausto: Apesar do que ele fez ter sido errado [um ato de vingança], ele estava pelo certo.

[...]

Pesquisador: Ganhou o respeito da comunidade ali...

Fausto: Porque ele agiu pelo certo, mesmo parecendo errado aos olhos de outra pessoa.

No entanto, alguns comentários indicam que suas experiências com a violência podem ter provocado sofrimento. Também em sua narrativa (Apêndice E – Oficina 1), Fausto cita haver “lembranças ruins da infância”. Afirmou ter vivido sentimento de medo e horror ao presenciar uma situação de violência extrema: o espancamento, humilhação e esquartejamento de um homem – acontecimento que ocorreu quando ele tinha aproximadamente oito anos. Narrou também episódios de tortura que sofreu, demonstrando tristeza. Portanto, as declarações de concordância com os códigos morais coletivos podem estar baseadas em um processo defensivo de racionalização¹⁷ que sustenta sua identificação com o violentador no papel de justiceiro-vingador.

Nos atos violentos que narrou ter cometido, Fausto caracterizava as cenas de violência com expressões catárticas de ódio que resultavam em sadismo. Mas, quando comenta sobre as histórias narradas na oficina, que são projetivas, o jovem parece distanciar-se da vivência da atuação violenta e esboça um processo reflexivo.

Vinheta 28 – Oficina 2

Fausto: No momento deve que dar uma explosão na mente do cara, parceiro. “O cara não vai devolver? Então eu vou tomar dele a força”. Sabendo que se ele tomasse quebrando o cara, o cara iria atrás dele para matar, então...

Pesquisador: Como é essa explosão na mente?

Fausto: Explosão na mente é tipo um momento de ira, de raiva...

Pesquisador: Momento de ira, de raiva...

Fausto: É o momento em que a pessoa fala: “Ah é! Desgraça! Não vai dar? Então, calma aí.”. É, impulsionar a coisa.

Fausto também demonstra que somente os códigos morais não são suficientes para conter a atuação impulsiva:

Vinheta 29 – Oficina 2

Fausto: Uma coisa é certa: da mesma forma que uma pessoa pode trabalhar, suar e lutar para conquistar tudo aquilo que ela quer, ela pode também ao mesmo tempo, pensar: “isso não é para mim, eu estou trabalhando que nem um cachorro para ter minhas coisas, isso não vai ficar assim”. Pode muito bem pegar uma arma, botar na cintura e fazer o dele, em uma noite só.

Vinheta 30 – Oficina 2

Fausto: Existe coisas momentâneas, parceiro, que querendo ou não, tem um impacto na sua vida. Entendeu?

¹⁷ Mecanismo defensivo que funciona por meio de criações de justificativas falseadas por argumentos lógicos para a explicação de fatores emocionais e motivacionais parcialmente inconscientes potencialmente geradores de angústia e culpa.

Sua descrição de atuação impulsiva e sua incontinência em contar as histórias pessoais de violência, parece ser uma forma de reparação maníaca dos afetos indiferenciados e insuportáveis para o indivíduo, no presente caso caracterizado pela violência extrema que fora introjetada (WAHBA; BLOISE, 2017).

Fausto expressou espontaneamente o símbolo da criança, assim como foi o caso de Elias. Apesar das duas falas sobre criança terem acontecido na mesma oficina, elas não foram sequenciais, ou seja, uma fala não foi resposta ou referente à outra. Aconteceram em momentos diferentes das oficinas e em nenhum caso houve estimulação do pesquisador, assim como não foram respostas diretas às perguntas feitas, portanto, novamente afirma-se o caráter inconsciente do símbolo no comentário, como se segue:

Vinheta 31 – Oficina 1

Pesquisador: E você Fausto? Concorde com eles?

Fausto: É, concordo, ninguém pode julgar ninguém. Mas acho que, no momento, a pessoa pensa assim: "um dia eu quero ter um filho, eu quero criar ele dando conforto, dando uma coisa boa, um ensinamento bom, passar uma ideia que eu nunca pude ter na minha infância. Meu filho vai crescendo, eu quero ensinar só coisas boas para ele". Aí chega um safado e traumatiza a criança? A criança vai crescer com o quê na mente?

[...]

Fausto: A pessoa fica doida. Fala: "E se for um filho seu?". Entendeu? O cara fica doido.

Fausto parece se identificar projetivamente com o símbolo da criança, em seu aspecto de criança ferida, e fantasia a possibilidade de uma criação cuidadosa de um filho, o que pode estar relacionado ao aspecto prospectivo do símbolo e à potencial ressignificação do trauma. As identificações com o violentador e com a criança ferida são aparentemente contraditórias, o que sugere uma dissociação, tomando-se a primeira identificação em nível consciente e, a segunda, inconsciente (WHITMONT, 2006). Logo, a negação dos aspectos sombrios do violentador, por meio da racionalização, e a reparação maníaca dos afetos, por meio da atuação violenta impulsiva, agem como sintomas da dissociação que pode ter origens traumáticas (WAHBA; BLOISE, op. cit.). A suposta dissociação, se corretamente diagnosticada, parece não ser vivenciada como conflito moral, uma vez que é caracterizada pela inconsciência.

Do primeiro para o segundo encontro, o jovem parecia um pouco mais contido na sua necessidade de relatar histórias pessoais, agindo menos impulsivamente e conseguindo fazer algumas reflexões sobre as narrativas. Neste sentido, pode-se dizer que, antes de fazer um processamento de consciência moral mais profundo, Fausto necessitava de continência para seus impulsos. Tanto a possibilidade de ele refletir projetivamente sobre as histórias de

violência como a progressiva confiança no pesquisador e no grupo parecem ter sido fatores estimuladores para que Fausto pudesse efetuar, minimamente, uma continência dos impulsos e esboçar reflexões.

6.3.4 Félix

6.3.4.1 *Descrição e trajetória*

Félix aceitou participar logo no convite inicial e esteve presente até a segunda oficina, pois evadiu-se da unidade socioeducativa escolhida para a pesquisa. Tem 20 anos de idade e vive com a mãe e três irmãos. Quando contava com 13 anos de idade, seus pais se separaram e, depois disso, o jovem manteve pouco contato com o pai. Só veio a conhecer uma irmã aos 15 anos de idade, pois ela vivia em uma cidade fora do Distrito Federal. Está cursando o 7º ano na modalidade Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Afirmar que repetiu a 6ª série várias vezes, pois estava envolvido com atividades delituosas e chegou a ficar aproximadamente um ano e meio fora da escola. Está na segunda medida socioeducativa. É usuário diário de maconha, substância que começou a usar aos 13 anos de idade. Tem amigos presos e alguns mortos violentamente, porém ainda mantém alguns laços de amizades que são cultivados desde a infância. Gosta de jogar futebol e já tentou investir na carreira de atleta futebolista, obtendo sucesso em alguns testes de clubes em times famosos. Afirmar que suas qualidades são sua capacidade de conversar, negociar e ter paciência.

6.3.4.2 *Impressões do pesquisador*

Félix mostrou-se contido ao falar, por vezes apresentando-se com uma postura cabisbaixa e evitando contato visual. Em algumas unidades socioeducativas existe um protocolo advindo de uma cultura correccional-repressiva em que os socioeducandos são obrigados a não fazer contato visual com os educadores. É uma postura considerada como uma forma de prestar submissão à autoridade do educador. Eventualmente, Félix pode ter tido passagem em unidades socioeducativas que mantinham tal protocolo repressivo, já que ele afirma cometer atos infracionais desde os 13 anos de idade. Portanto, o jovem pode ter, inicialmente e, em razão do processo de transferência, considerado o pesquisador uma figura de autoridade.

Já o pesquisador esforçou-se em manter atitudes diversas daquelas de figuras proibitivas para o estabelecimento da relação de confiança, oferecendo atenção individualizada, cumprimentos atenciosos, contato visual e procurando estabelecer alguns momentos de falas descontraídas. Félix mostrou-se mais interativo ao longo dos encontros.

6.3.4.3 Narrativa individual

Félix demonstrou, em alguns momentos, concordar em atuar de acordo com alguns códigos coletivos como descritos nos temas “Retaliação” e “Proteção do grupo de pertença” do agrupamento “Código morais coletivos de pertença” e expressou surpresa com um ato considerado como maldade.

Vinheta 32 – Oficina 1

Félix: Eu não botava fé que existem esses caras, em que, tipo, a mulher está passando, ele tira o “pau” para fora. Mas, meu irmão, há cerca de dois meses atrás, lá na quebrada, tinha um bicho lá no beco e a mulher do parceiro passou, ele a foi seguindo, chamando e abaixando o zíper. Ela não é mulher de mentir... Nós andamos na quebrada atrás desse bicho, deu altos problemas. Se pega, tinha até medo do que nós iríamos fazer com ele.

Vinheta 33 – Oficina 2

Félix: Às vezes, você tem um carro melhor, mas quer o outro carro... Inveja, olho gordo... Eu não acreditava nesses bagulhos, mas depois que aconteceu isso com ele, parei para pensar.

Apesar de concordar com as ações de justiça e afirmar quase as ter praticado, Félix demonstrou optar por não ser o autor, como descrito abaixo:

Vinheta 34 – Oficina 1

Pesquisador: E vocês acham que é justo (o justicamento)?

Félix: Eu acho que não, a justiça de Deus é a mais justa.

[...]

Félix: A justiça de Deus é mais justa. É o dia de amanhã o que ele cobra.

Pesquisador: E como seria uma justiça de Deus?

Félix: Ah, sei lá, tirando alguém da vida dele, que ele queria muito.

Pesquisador: Mas é uma coisa que não é uma ação humana...

Félix: É uma coisa que pode ser do mesmo jeito, mas com alguém que ele ame. Para ele ver, para ele sentir na pele a mesma coisa.

Vinheta 35 – Oficina 2

Félix: Ninguém quer vingança, se quer mais a vingança de Deus. Não dessa forma aí que nós cobramos.

Félix expressa o termo “cobrança” como sinônimo de justiça e a justiça de Deus como a sua melhor expressão, remetendo ao problema do pecado advindo da cultura judaico-cristã, como revelado em diversos comentários sobre a inveja, a ambição e sua influência destrutiva mágica, o “olho gordo” (também conhecido como mau-olhado).

Vinheta 36 – Oficina 2

Pesquisador: O que chamou a atenção de vocês aí, nessa história?

[...]

Félix: É o seguinte, você pode ter certeza, a inveja existe.

[...]

Félix: A ambição, o olho gordo, a inveja.

Vinheta 37 – Oficina 2

Pesquisador: Então vocês acham que o cara que atirou primeiro[...].

[...]

Félix: Bateu a inveja, bateu o arrependimento, uma inveja do cara estar com o cordão. Do cordão valer mais do que eles tinham vendido.

Na tradição judaico-cristã cometer um pecado é geralmente considerado uma forma de transgressão da moral divina e gera sentimentos incômodos de culpa. A expiação da culpa pode ser feita por punições provocadas por um deus vingativo, o que parece remeter ao sentido de “cobrança” citado por Félix. Uma alternativa diante do pecado e da culpa é a confissão, que pode resultar no perdão divino e ter efeitos catárticos para o indivíduo, ou seja, alívio da tensão provocada por um conflito moral. A relação transferencial que ele teria estabelecido com o pesquisador, considerando-o uma autoridade, pode ter sido não só aquela de vigilante de algumas instituições socioeducativas, mas a de ouvidor de segredos e pecados, ou seja, vivenciando a oficina como se fosse um confessor e o pesquisador como confidente. A postura cabisbaixa e a fala contida, além de remeterem ao protocolo correccional-repressivo já citado, podem ser interpretadas como as atitudes daqueles que confessam pecados diante do padre no ritual cristão, uma humildade resignada.

A linguagem religiosa de Félix, quando ele expressou surpresa e estranhamento do problema da maldade do mundo provocada pela ação humana e quando citou a expiação por meio da ação punitiva de Deus, talvez tenha sido, nas oficinas, uma forma de esboçar uma reflexão sobre os conflitos morais. Também parece revelar o possível desenvolvimento de um mecanismo de contenção da atuação violenta por meio da projeção em um deus vingativo. Félix não fez os exercícios de imaginação propostos pelo pesquisador durante as duas oficinas das quais participou e parece que se ateve a um tipo de processamento de consciência moral caracterizado apenas pela confissão.

6.4 Repercussões das relações com os participantes e da intervenção no pesquisador

Dois sonhos do pesquisador que aconteceram durante as oficinas parecem demonstrar os aspectos contratransferenciais e as possibilidades prospectivas de maneira simbólica. O Sonho 1 ocorreu antes do início da oficina e o Sonho 2 ocorreu após o terceiro encontro, como descritos abaixo:

Sonho 1

Havia uma confraternização em um condomínio de residências, onde havia uma cerca baixa. Uma pessoa chega de carro e estaciona do lado de fora da cerca, quando, então, vou em direção a ela para convidá-la a entrar. Era um jovem com uma arma. Ele ignora o convite e vai em direção a uma esquina. Em seguida, aparecem mais dois jovens de carro e armados. Estacionam, faço o convite para participar da confraternização também aos dois jovens, e novamente sou ignorado enquanto eles se direcionam à esquina.

Sonho 2

Estava em uma unidade de atendimento socioeducativo e de assistência social bonita e organizada, os socioeducadores ali presentes se divertiam. Caminho em direção a uma porta que está nos fundos da unidade. Ao abrir, descubro que ali é que se encontravam os socioeducandos. Ficavam na rua, debaixo de uma tenda. Um jovem, que parece não pertencer à unidade, aproxima-se com uma moto, parecendo muito perturbado e violento. Ele pega uma arma e atira para cima, fazendo exigências. Fico com medo e o jovem insiste em fazer exigências. Busco acalmá-lo e percebo que os outros jovens não estão muito preocupados com a violência do garoto de moto. Então, o jovem me dá um cigarro, que eu fumo, e ele começa a falar mais comigo. A ponta do cigarro se quebra e ele me revela que encontrou pessoas no caminho com as quais ele queria falar e que quase as violentou.

No Sonho 1 há uma recusa dos jovens em adentrar o espaço que é de domínio do pesquisador e a indicação metafórica do lugar deles como o da rua, na esquina. Associa-se a essa imagem do sonho a preocupação do pesquisador em manter a oficina dentro dos enquadres originais de serem relatadas somente histórias que não aconteceram com o narrador, que, no entanto, foi descumprida algumas vezes. É também possível que os jovens percebam o pesquisador como não compartilhando de experiências semelhantes de violências frequentes, além de outras situações de vulnerabilidade social. O pesquisador pode aparentar, pelo linguajar, vestuário e características físicas, fazer parte de grupos sociais relativamente preservados da violência urbana frequente no Brasil. Por isso, os jovens podem ter pensando no pesquisador como alguém ingênuo em relação à violência, considerando-o um *playboy*, como expresso na gíria corrente entre os socioeducandos para tratar de pessoas consideradas como privilegiadas por condições socioeconômicas. Ainda que o pesquisador não tenha vivido

situações de violência extrema ou frequente em sua vida pessoal, o fato a ressaltar é que essa impressão de diferença pode ser geradora de desconfiança acerca da capacidade do pesquisador de ser empático e compreender as situações de violência que eles vivenciam.

A rua e a esquina associam-se ao lugar onde acontecem as histórias de violência que se mostraram como uma realidade cruel e surpreendente para o pesquisador. A recusa de adentrar o condomínio do pesquisador e o fato de se retirarem para esquina podem ser tratados, metaforicamente, como se fossem um convite dos jovens para o pesquisador entrar em contato com a violência a partir da forma como eles a vivenciam e percebem, e não o contrário. Pode-se amplificar para a relevância epistemológica do metafórico convite para a pesquisa e a intervenção de, inicialmente, deixar-se afetar pelo fenômeno da violência, evitando-se os preconceitos teóricos, para posteriormente fazer uma elaboração compreensiva.

No Sonho 2, o pesquisador se retira do espaço seguro da unidade socioeducativa para se encontrar com os jovens na rua, parecendo haver uma correspondência sequencial com o primeiro sonho a partir do metafórico convite para ir ao encontro dos jovens no lugar que eles propõem, dando a entender que o pesquisador aceitou esse convite. Já no espaço dos jovens, a violência aparece cruel e naturalizada para o pesquisador onírico e é muito difícil de ser confrontada, correspondendo novamente ao sentimento de surpresa do pesquisador diante de algumas histórias relatadas. O pesquisador não é fumante e a aceitação do cigarro no sonho pode se associar à formação inicial de um vínculo com os jovens a partir da aceitação dos seus costumes e códigos morais coletivos (nas unidades socioeducativas que atendem jovens a partir de 18 anos é comum eles serem usuários frequentes de tabaco). A imagem da ponta que se quebra parece associar-se à impotência diante da violência que aparece brutalmente. Também pode-se associar a uma exigência de postura humilde, já que se supunha haver uma preconceituosa superioridade do pesquisador advinda do estereótipo de privilegiado pelas condições socioeconômicas. A informação do jovem de moto no sonho de que ele quase violentou outros que tentaram falar com ele parece indicar o difícil e delicado vínculo, que eventualmente pode se romper e/ou repetir o ciclo de violência. Ao mesmo tempo, parece ser uma exibição de força e um alerta perante os perigos de enfrentar os problemas da violência, exigindo, portanto, cautela do pesquisador. Por fim, parece haver um aspecto prospectivo no sonho, já que o jovem da moto se acalma e aceita conversar com o pesquisador a partir de uma relação de confiança, o que se configurou de diferentes formas com cada participante ao longo da oficina.

6.5 Síntese dos resultados

Apesar da desistência de três participantes foi possível realizar a intervenção, de forma que as análises dos resultados se apresentam, sumariamente, da seguinte forma:

- a) a análise qualitativa da ECAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) (Anexo A), nos casos de Elias e Ícaro, possibilitou uma avaliação do processamento de consciência moral a partir de uma suposta mudança de atitude frente à escala no pré-teste e no pós-teste, em que teria havido exames mais cuidadosos para a emissão das respostas de modo que, no caso de Elias, beneficiou-se o reconhecimento do potencial delitivo;
- b) na análise temática dos relatos do grupo emergiram doze temas que identificam as expressões de violência tratadas, suas consequências, os códigos morais que as sustentam e os conflitos morais e ponderações dos participantes; quatro eixos temáticos, “Naturalização da violência”, “Possessão pela loucura”, “Condicionamento dos vínculos”, “Liminaridades da violência” e uma “teoria” de base que perpassa as reflexões, qual seja, o determinismo;
- c) na análise das narrativas são descritos como os jovens interagiram ao longo da oficina, relatos pessoais, associações espontâneas dos participantes e impressões do pesquisador de modo a possibilitar a construção de interpretações sobre mecanismos psicológicos de defesa, potencialidades de desenvolvimento e a verificação do processamento de consciência moral em cada caso.

Considera-se que o determinismo perpassou, além das reflexões em grupo, também as narrativas individuais como se verificou nas entrevistas de Elias e Ícaro. Essa conclusão parece ser corroborada pela análise das narrativas em que se identificou que algumas escolhas, ações e inclusive, pensamentos e desejos dependiam, muitas vezes, de outros eventos alheios ao sujeito para ocorrer. Assim, o processamento de consciência moral foi pautado principalmente pela forma como os participantes davam respostas ao determinismo da violência, sinteticamente descrito como se segue:

- a) Elias: ficou evidente uma tensão, que parece ser vivida como conflito entre as expressões de determinismo vigente acerca da violência e uma busca por se manter coerente com sentimentos expressos de medo, apego e empatia; houve também respostas de reconhecimento do próprio potencial destrutivo e a citação de escolhas que diminuem a possibilidade de uma atuação violenta;

- b) Ícaro: a atitude preponderante foi a de esquiva à reflexão sobre as tensões morais e de aceitação do determinismo da violência. Houve, no entanto, indício de reconhecimento da destrutividade relacionada ao uso de armas de fogo;
- c) Fausto: a principal pauta foi sua atuação impulsiva baseada na internalização do papel de perpetrador. Um esboço de contenção dos impulsos durante a oficina possibilitou algumas reflexões. Predominou, todavia, a concordância com códigos morais coletivos que se baseiam no determinismo da violência;
- d) Félix: de forma geral manteve concordância com a posição determinista da violência, porém, por meio da linguagem religiosa e confessional parece ter feito algumas reflexões e desenvolvido um mecanismo de contenção da atuação violenta, ainda que precário, projetando em um deus vingativo as respostas para algumas situações de violência.

7 DISCUSSÃO

A constatação do determinismo relacionado a situações de violência que perpassa os eixos temáticos parece inicialmente um resultado que contradiz o proposto – estimular consciência moral – pois seria uma certificação de irremediabilidade. As situações de violência relatadas foram acompanhadas, por diversas vezes, pelo termo “cabuloso”, que, por exemplo, pode ser uma expressão dos atributos intrincados e obscuros da violência e, também, de suas qualidades extraordinárias, incríveis e fascinantes, assim como de sua forma sinistra, perigosa e assustadora. Um indivíduo “cabuloso” seria uma pessoa que tem características que são excepcionais. O termo pode ser relativo, também, a alguém astuto e, às vezes, considerado incômodo. As múltiplas possibilidades semânticas condensadas no termo “cabuloso”, por si só, refletem uma forma de expressão da criatividade presente na cultura dos jovens.

Ora, se existem múltiplos significados possíveis, pode-se supor que também existem alternativas à compreensão determinista da violência. Os resultados revelam que, ainda que alguns participantes possam ser capazes de cometer atos de violência terríveis, também estão aptos a fazer ponderações profundas sobre os relacionamentos, sobre o próprio comportamento, sobre o bem e o mal e a morte. Portanto, apesar da marca explícita de determinismo da violência, supõe-se haver formas alternativas que se configuram como potencialidades tácitas de desenvolvimento que dependem do processamento de consciência moral que, na pesquisa foi identificado nas ponderações feitas pelos participantes, em expressões simbólicas e na relação de confiança com o pesquisador, investigadas na presente discussão a partir das relações com as teorias de base.

7.1 O determinismo como uma narrativa defensiva

Para a obtenção de significados, o indivíduo precisa fazer associações entre velhas informações e conhecimentos e as experiências atuais. Contudo, mecanismos psicológicos de defesa podem agir em prol de evitar as angústias, comprometendo, desse modo, os processos criativos assim como o processamento de uma consciência moral. Segundo Knox (2003), podem advir de defesas dissociativas oriundas de traumas as dificuldades e, por vezes, a resistência a analisar similitudes e diferenças das informações relativas a eventos passados e presentes com vistas à formação de novos entendimentos sobre um acontecimento gerador de angústia.

Baseando-se na teoria do apego de Bowlby (2002) e na teoria dos complexos de Jung (1958/2013b), Knox (2003) afirma que os Modelos Internos de Funcionamento (MIF) e os complexos afetivos têm papel crucial na forma como constantemente se fazem avaliações de eventos e situações. A teoria do apego sugere que, da infância até a idade adulta, experiências de relacionamento infantis são internalizadas e armazenadas como padrões gerais na memória implícita¹⁸, os MIF, que sustentam comportamentos, relações, pensamentos e emoções. A teoria dos complexos propõe que existem representações que são organizadas em torno de afetos funcionando como subpersonalidades inconscientes e que tendem a adquirir certo grau de autonomia em relação à personalidade geral de um indivíduo. As correspondências entre os MIF e os complexos como formas de organização da psique permitem compreender como se modulam as avaliações dos sujeitos. No presente estudo, considera-se que as expressões deterministas dos participantes correspondam a seus processos intrapsíquicos e defesas dissociativas.

Em todos os participantes constatou-se uma dificuldade, em menor ou maior grau, em perceber as tensões morais como conflitos – ainda que alguns esboçassem essa percepção. Mecanismos defensivos como internalizações e projeções são um meio de evitar o confronto com o conflito, anulando ambiguidades. Por exemplo, “o mundo é mau e me obriga a agir desse modo”, “preciso me defender posto que posso ser traído a qualquer momento”, “quem errou precisa ser punido”, e outras constatações se tornam veredictos alheios à vontade pessoal. Psicodinamicamente, os relatos de desproteção e de impotência diante das situações de violência cruel testemunhadas pelos jovens na infância e início da adolescência parecem expressar traumas que tendem a promover mecanismos defensivos. A internalização da crueldade exercida no papel de justiceiro-vingador pode ser uma forma de atuação baseada em uma reparação maníaca por meio da violência, isto é, ações impulsivas e violentas fariam parte da busca constante de se livrar de supostos inimigos e ameaças, de modo a evitar os sentimentos de angústia e desamparo suscitados (BOVENSIEPEN, 2002; WAHBA; BLOISE, 2017).

Um aspecto da expressão do mecanismo defensivo constatado se assemelha às descrições feitas por Watkins e Shulman (2008) a partir da intersecção entre a psicologia clínica e a comunitária. As autoras tecem considerações sobre a afirmação exagerada pelo sucesso pessoal que, muitas vezes, pode configurar uma defesa psicológica e a internalização

¹⁸ Entre os tipos de memória categorizadas em neurociências, é uma memória de longa duração cuja função é armazenar experiências passadas que auxiliam no desempenho de tarefas presentes sem que se tenha que pensar nelas ou seja, sem um esforço consciente.

do papel de opressor como forma de não admitir as fraquezas presentes e as opressões vividas, levando a um individualismo exagerado, sem consideração pelo sofrimento alheio. Apontam, também, que tal defesa pode decorrer ainda do esforço de sobrevivência que se tornou extremado nessas pessoas. Os jovens pesquisados mostram, em sua maioria, ignorar os malefícios do tráfico de drogas e/ou assaltos e se focam somente no ganho material; quanto à sobrevivência, muitos sofreram danos na segurança básica desde a infância.

As projeções ligadas a temas religiosos remetem ao aspecto defensivo da vivência da religião, considerado inicialmente por Freud (1930/2011) como “neurose” e “ilusão” que relega a Deus as ações e responsabilidades humanas afim de proteger o indivíduo do senso de vulnerabilidade. Devido ao medo de represálias divinas, a projeção de conteúdo religioso pode até conter momentaneamente a atuação violenta. É, no entanto, um mecanismo pouco confiável, já que os participantes relataram vivenciar o ato violento como uma possessão. A expressão de conteúdos religiosos constatada difere da atitude religiosa¹⁹ descrita por Jung (1939/2012), a qual conduz a um processamento de consciência moral em vez de justificar a evitação dos conflitos morais.

Nos jovens participantes desta pesquisa, os mecanismos defensivos acima descritos e a inevitabilidade de experiências traumáticas permeiam a constatação determinista de uma violência irremediável. Pode-se supor que tais mecanismos acionam os MIF e os complexos de modo a manter a dissociação entre aspectos conscientes e inconscientes referentes às situações de violência não mobilizando, portanto, o processamento de consciência moral. Knox (2003) afirma que estratégias defensivas podem ser desenvolvidas por meio da construção de narrativas que ajudam a diminuir a ansiedade e a regular a emoção, na medida em que fornecem uma significação alternativa e mais aceitável para uma experiência de difícil assimilação. Nesta perspectiva, a autora elabora o conceito de narrativas defensivas que são criadas visando proteger o desenvolvimento de um “senso de eu” coerente diante das diversas dissociações provocadas por traumas, e assim, integram-se aos MIF. No entanto, as narrativas defensivas funcionam de maneira precária e incompleta na defesa do eu, pois tendem a gerar uma supressão da função reflexiva e comprometem o agenciamento do eu (*self-agency*)²⁰, assim como

¹⁹ Uma observação de certos fatores concebidos como “poderes” (espíritos, deuses, demônios, ideais, etc.) que são perigosos ou prestativos, além de significativos o suficiente para que um indivíduo faça considerações cuidadosas.

²⁰ Experiência de que se pode influenciar o ambiente físico e relacional com nossas intenções e ações a partir dos efeitos que elas produzem.

constatado nos efeitos da “teoria” de base do determinismo no processamento de consciência moral dos participantes.

7.2 Consciência moral: entre a sombra e a persona

Aqueles conteúdos que não são identificados e operados como sintônicos ao eu e têm aspectos inconscientes configuram o que, em psicologia analítica, é tratado como uma função denominada sombra. De modo contrário, tem-se um auxiliar do eu denominado persona, que está relacionado com as identificações feitas a partir dos papéis na sociedade e funciona de maneira adaptativa como mediador entre o eu e o ambiente (JUNG, 1921/2008). As funções sombra e persona são fundamentais na construção da identidade do indivíduo na relação com a sociedade no período da adolescência, pois tratam da busca por inserção social modulada pelo que se expressa e é aceito e tudo aquilo que não pode ser expresso e é negado nas relações.

Os eixos temáticos da “Naturalização da violência” e “Possessão pela loucura” parecem demonstrar a dinâmica das funções persona e sombra no processo de construção da identidade em contextos grupais e comunitários violentos. A aceitação grupal da violência, tida como natural, potencializa no indivíduo a possibilidade de exercer papéis violentos, associando-se a estratégias individuais de sobrevivência nos contextos por vezes hostis em que os participantes vivem e nos quais é preciso conservar uma persona de pessoa perigosa e intimidadora (ARAÚJO, 2010). Neste sentido, os conteúdos sombrios são aqueles aspectos considerados como fraquezas e vulnerabilidades, como expresso pelo símbolo da criança nas narrativas. A naturalização grupal da violência aliada às dificuldades de reflexão e às narrativas defensivas incorpora aspectos inconscientes de maneira a ser regida por mecanismos sombrios. As descrições de violência relatadas pelos participantes no tema “Possessão pela loucura” revelam que, geralmente, o ato violento é precedido de um “abaixamento do nível mental”, ou seja, uma diminuição de consciência e de autonomia do eu em relação aos complexos inconscientes. Portanto, haveria duas facetas de atuação violenta relacionadas à dinâmica entre persona e sombra: uma é a daquele indivíduo que se identifica com a persona perigosa e intimidadora como mecanismo de sobrevivência e a outra é a daquele que experimenta uma posseção de aspectos sombrios individuais e coletivos.

Tal dinâmica entre persona e sombra também é importante para o entendimento dos resultados da ECAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) (Anexo A). As expressões individuais de condutas antissociais e delitivas relatadas começaram por volta do início da puberdade, momento em que todos os participantes deram início ao uso de drogas, tiveram evasão

escolar e iniciaram sua trajetória infracional. Guggenbühl-Craig (1980) afirma que comportamentos antissociais são notadamente verificados no período da adolescência e juventude como forma de experimentação do próprio potencial destrutivo, que pode ter ficado reprimido durante a infância, de maneira a se constituir uma busca de expressão e integração da sombra. No entanto, manter contato com o potencial destrutivo não é o mesmo que identificar-se com ele, pois a identificação com tal potencial é fator que leva ao comportamento frequentemente violento e delinquente. De modo semelhante, Formiga (2005) afirma que as condutas do subgrupo “comportamentos antissociais” são comumente apresentadas pelos adolescentes e, em certo nível, esperadas. Para o autor, a tomada de consciência das regras é um fator que diminui as condutas do subgrupo antissociais. Portanto, pode-se supor que as condutas antissociais como descritas na ECAD (op. cit.), por dependerem mais do conhecimento das regras, são de mais fácil assimilação à consciência e sua mudança pode modular a persona em seu aspecto adaptativo à realidade. Já as condutas delitivas, por suas características persistentes na conduta, podem incluir a identificação com os aspectos sombrios e inconscientes da personalidade, de modo que sua mudança depende do reconhecimento da sombra.

Os jovens do estudo parecem ter reconhecido, ao menos parcialmente, os aspectos destrutivos nos indivíduos e em grupos, como constatado no tema “Reconhecimento da destrutividade”, assim como refletido sobre as próprias condutas e a dos outros nas narrativas individuais. A partir do referido, pode-se lançar uma hipótese relativa aos resultados da ECAD (op. cit.) dos participantes que responderam a segunda aplicação. A diminuição dos escores do subgrupo das condutas antissociais poderia significar uma maior assimilação à persona das regras que regulam e limitam os comportamentos antissociais, e o aumento dos escores do subgrupo das condutas delitivas refletiria maior consciência do potencial delitivo das condutas sombrias. No caso em que, em um segundo momento, há o aumento do escore tanto das condutas antissociais quanto das delitivas, pode-se considerar que houve um maior exame e reconhecimento dos potenciais delitivos regido pela sombra, porém, não haveria uma assimilação de regras na função persona. Os resultados apontam a relevância da premissa teórica – de acordo com Samuels (1992) – de que uma intervenção a partir de fantasias agressivas em histórias de violência pode estimular o reconhecimento da agressividade – que operava pela sombra (inconsciente).

Na hipótese alternativa de que os resultados não foram necessariamente fruto somente de elaborações individuais de reconhecimento da destrutividade, mas se deram porque houve respostas menos acanhadas diante do pesquisador, também está compreendida a função persona

a partir da relação de confiança. Os jovens responderiam com desconfiança do pesquisador, já que a escala trata de comportamentos transgressores e, assim, teriam buscado responder com escores mais baixos de modo a corresponder às expectativas melhor aceitas socialmente, evitando eventuais julgamentos. Já, na segunda aplicação, com a relação de confiança melhor estabelecida, os jovens teriam ficado mais à vontade para responder fielmente às próprias percepções de potencial delitivo.

A dinâmica entre sombra e persona na pesquisa contém, em seu aspecto prospectivo, uma espécie de experimentação ou brincadeira, como se fosse um jogo de esconder e revelar que permite aproximações do reconhecimento da destrutividade. Destarte, constata-se um desafio para pesquisa e intervenção com os jovens em conflito com a lei perceber e manejar a dinâmica entre persona e sombra como possibilidade criativa e estimulante de processamentos de consciência moral.

7.3 Tensões morais e o fortalecimento do senso de inibição

Frankel (1998) afirma que o processo de desenvolvimento da personalidade – o processo de individuação – pode ser identificado durante toda a vida de uma pessoa, e que a adolescência e juventude são marcadas por tarefas peculiares a essa etapa do desenvolvimento, em que os conflitos interpessoais e intrapessoais interagem em uma co-construção da identidade. A capacidade de dar respostas singulares às tensões morais que potencialmente podem ser vividas como conflitos que envolvem o relacionamento com os pares, os pensamentos sobre a morte, as explorações filosóficas e religiosas, dentre outros, são um caminho para a construção da identidade dos jovens e de sua autonomia.

Pode-se identificar nos eixos temáticos algumas possíveis tensões morais. Os eixos “Naturalização da violência” e “Possessão pela loucura” remetem à importante tarefa que leva em conta, de um lado, a aceitação da aparente inevitabilidade da violência no mundo e no indivíduo e, de outro, a indignação que permite sair da imobilização e refletir sobre a violência em busca de alternativas. O “Condicionamento dos vínculos” coloca como desafio de saber em que medida é preciso se manter reservado e protegido – correndo-se o risco de se isolar e não ter as necessidades afetivas atendidas – ou se conectar com outras pessoas – correndo-se o risco de ser traído. No eixo “Liminaridade da violência”, constataram-se tensões que remetem aos problemas filosóficos da morte, de Deus, do bem e do mal, expressos como uma realidade emocional vívida e que atingem não apenas os próprios participantes como também pessoas que lhes são próximas e toda a humanidade.

Por um lado, as tensões morais identificadas pelo pesquisador potencializam conflitos que, por sua vez, são estimuladores de consciência moral e, portanto, podem fortalecer um senso de moralidade mais autônomo no indivíduo. Por outro, constatou-se que, devido ao fato de os jovens terem vivido e viverem em meio a realidades hostis e angustiantes, desenvolveram mecanismos de defesa para a sobrevivência que dificultam o reconhecimento dessas tensões e, conseqüentemente, atuações impulsivas e violentas mantêm-se ativas. Eles precisam da contenção dos operadores da lei, do sistema judiciário, da equipe socioeducativa e até mesmo da polícia, ou seja, de uma abordagem heterônoma de contenção da violência e dos atos impulsivos mediante o estabelecimento de limites e de proibições.

Respeitando-se tal restrição, destaca-se que somente a abordagem proibitiva e punitiva é insuficiente para o desenvolvimento moral que implique um senso moral autônomo; a educação se apoia no foco não proibitivo e este foi fundamental na intervenção, pois serve como um exercício de fortalecimento do processo de autorregulação dos impulsos conceituado como inibição²¹. A opção pela postura não proibitiva não deve ser confundida com a fantasia da neutralidade, mas é, sim, uma demonstração de confiança nos jovens, de modo que eles também possam acreditar em seus próprios recursos inibitórios (FRANKEL, 1998).

A emergência do símbolo da criança revela o aspecto prospectivo que aponta para vitalidade e criatividade. Todavia, para que esses recursos se tornem disponíveis são necessários cuidados reparadores, o que remete ao símbolo da criança ferida. Hillman (1999) afirma que o símbolo da criança ferida surge dos aspectos vulneráveis da personalidade e constela a necessidade de conexão com pessoas que são capazes de oferecer proteção. Para que as potencialidades de desenvolvimento se realizem, deve haver uma relação de confiança, cuidadosa e atenciosa, que se contraponha às relações instáveis, competitivas e traiçoeiras, para que, assim, os jovens tenham a oportunidade de reconhecer as manifestações sombrias e defensivas da agressividade e possam viver, também, a função de autoafirmação da individualidade presente como possibilidade na agressividade (WAHBA; BLOISE, 2017).

No entanto, a intervenção mostrou que a relação é delicada, pois se espera haver resistência por parte desses jovens em estabelecer relacionamentos afetivos significativos e de confiança para que não se repitam as vivências em que teriam sido privados de afeto em

²¹ A inibição dos impulsos é um processo de autorregulação da psique que dificulta e restringe a atuação impulsiva. Do contrário, qualquer impulso dependeria apenas de ações proibitivas externas para serem contidos. O fortalecimento do senso de inibição na adolescência é fundamental para a autonomia e o desenvolvimento moral (FRANKEL, 1998).

alguns vínculos fundamentais, assim como descrito por Winnicott (2005) e constatado na relação de transferência-contratransferência com o pesquisador. Sentem-se traídos e passíveis de sofrerem novas traições. Além das possíveis resistências à relação de confiança, somam-se as dificuldades decorrentes de evasões e transferências nas unidades de medidas socioeducativas como aconteceram na presente pesquisa, também relatadas em outras pesquisas sobre intervenções em grupo com jovens em conflito com a lei destacadas na revisão de literatura da presente dissertação (CONCEIÇÃO et al., 2016; PADOVANI, 2003, 2008; ROCHA, 2008; TOMASELLO, 2006). A intervenção psicológica com os jovens em conflito com a lei parece possuir limitações intrínsecas marcadas pela possibilidade sempre presente de um rompimento do vínculo entre psicólogo e socioeducando. Diante das dificuldades da pesquisa e da intervenção psicológica com jovens em conflito com a lei, não abdicar da relação de confiança foi fundamental, concedendo-se o amparo possível para os participantes, o que, juntamente com as estimulações de funções inibitórias, parece ter auxiliado alguns jovens a esboçar reconhecimentos da própria destrutividade e liminaridade diante das intensas polarizações entre o bem e o mal.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo atingiram os objetivos propostos e indicam que as oficinas promoveram um primórdio de reflexões morais delimitadas, entretanto, pelo que foi inferido como determinismo. Emergiram doze temas e quatro eixos temáticos transversais: “Naturalização da violência”, “Possessão pela loucura”, “Condicionamento dos vínculos” e “Liminalidade da violência”. Entende-se que o determinismo inferido possa decorrer de mecanismos defensivos desenvolvidos em decorrência de luta penosa pela sobrevivência – abandono precoce, abuso, agressão – e ambiente de violência no qual convivem. No entanto, mediante o desenvolvimento da relação de confiança com o pesquisador e o ambiente acolhedor criado entre eles, o potencial delitivo e destrutivo dos jovens foi abordado.

A oficina parece ter estimulado, ainda que parcialmente, diferentes percepções sobre a violência e também oferecido aos participantes um espaço seguro e sigiloso, com escuta cuidadosa e atenta e que não foi pautado em posturas proibitivas. A partir dos pressupostos teóricos, há indícios de um processo de estimulação da função de inibição e um resgate da dignidade dos participantes e de suas histórias, por vezes tão cruéis e desumanizantes. Principalmente, buscou-se demonstrar que, apesar de desapontamentos por vir, confiar é mais do que tudo confiar em um modo de viver, de ser o que podem ser²².

Houve impactos no pesquisador que se viu obrigado a entrar em contato com descrições cruéis de violência e, assim, abdicar de algumas idealizações e, até mesmo, de ingenuidades prévias para poder servir de presença amparadora das fantasias agressivas dos jovens. O contrato de sigilo e a atitude não proibitiva auxiliaram na relação de confiança, posto que as histórias continham conteúdos que poderiam ter gerado repulsa e julgamentos que interfeririam com o estabelecimento do vínculo. No entanto, é importante salientar também os riscos para o psicólogo responsável por uma intervenção psicológica com jovens em conflito com a lei a partir das fantasias agressivas com foco na postura não proibitiva, como proposto. Na presente pesquisa constatou-se uma ameaça, ainda que potencial, à integridade do psicólogo quando se deu o relato de um grave delito confessado na oficina. Além do dilema ético entre confiança e legalidade, uma eventual denúncia poderia ser fator de, por exemplo, possíveis intimidações ao pesquisador por parte do jovem. Pode-se supor que situações de risco concreto à integridade estejam presentes no atendimento socioeducativo como um todo. Por isso, a política pública já

²² Comunicação pessoal de Liliana Liviano Wahba, em 12 de novembro de 2018.

prevê que não basta somente o trabalho psicológico e pedagógico, mas o de uma equipe multidisciplinar que, eventualmente, mas não preferencialmente, tenha que atuar de maneira também proibitiva (BRASIL, 2006). Portanto, para empreender a reprodução da oficina proposta em pesquisa ou na prática do atendimento socioeducativo, deve-se atentar para o trabalho em conjunto com a equipe socioeducativa e fazer contratos com os participantes que explicitem os limites éticos do pesquisador e do psicólogo que pode, contingentemente, quebrar o sigilo se necessário.

Posto que se trata de um processo de criação de inibição interna e de fortalecimento de consciência moral, o trabalho com jovens em conflito com a lei é marcado por uma tensão que exige do psicólogo estar disponível para suportar e responder aos desafios dos jovens sem abdicar da construção de uma relação de confiança. Ao mesmo tempo, deve usar da autoridade instituída pelo seu papel para contê-los, caso venham a quebrar os limites contratuais da relação.

Como sugestão para futuras pesquisas podem-se propor desenhos metodológicos experimentais ou quase-experimentais, com maior número de participantes e amostras diversas nos quais a ECAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) poderia ser usada como uma valorosa ferramenta de evidência de efetividade da intervenção. Já para eventuais aplicações da oficina no atendimento socioeducativo, uma modalidade flexível operando semanalmente com participação aberta, poderia ser implantada a fim de sustentar um espaço de escuta disponível para o jovem que estiver presente, eliminando assim o problema de idas e vindas das unidades socioeducativas.

Considera-se que o trabalho se sustenta pela possibilidade de criação de espaços de confiabilidade que forneçam estímulos humanizadores para contrapor à violência internalizada e imperante no mundo em que vivem esses jovens. A pesquisa proposta se mostrou válida como projeto piloto em que as oficinas demonstraram potencial como estimuladoras de consciência moral, configurando um lugar de confiança e de amparo possível para jovens em conflito com a lei, auxiliando-os a compreender os aspectos protetivos da lei e da justiça – imperfeitos que sejam – em vez de liberar automaticamente a lei da vingança.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. R. R. S. **Passagem perigosa**: a construção da identidade de jovens em situação de vulnerabilidade social - uma perspectiva da psicologia analítica. 198 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/14959>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BARRA, M. B. A clínica psicanalítica em um ambulatório para adolescentes em conflito com a lei. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, v. 7, n. 3, p. 431-440, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n3/artigos/pdf/v7n3a06.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BOWLBY, J. **Apego e perda**: a natureza do vínculo. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990, p. 13.563. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/119-resolucao-119-de-11-de-dezembro-de-2006/view>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. **Levantamento Anual SINASE 2016**. Ministério dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.mdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/Levantamento_2016Final.pdf

BARRETO, M. E. **Símbolo e sabedoria prática**: C. G. Jung e o mal-estar da modernidade. São Paulo: Loyola, 2008.

BOVENSIEPEN, G. Symbolic attitude and reverie. **Journal of Analytical Psychology**, v. 47, n. 2, p. 241-247, 2002.

BION, W. R. Uma teoria sobre o pensar. In: BION, W. R. **Estudos psicanalíticos revisados**. 3 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994. p. 127-137.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência**. Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

CONCEIÇÃO, M. I. G et. al. Uma intervenção com adolescentes em conflito com a lei a partir da construção do método de história de vida. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 55, p. 46-63, 2016. Disponível em: <<http://revistanps.com.br/index.php/nps/article/view/135>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

COSTA, L. F. et al. Single session work: intervenção única com a família e adolescente em conflito com a Lei. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, n. 17, v. 3, p. 104-113, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2017.

COSTA, L. S.; CARVALHO, M. C. N.; WENTZEL, T. R. Intervenção psicológica focal em adolescentes autores de ato infracional. **Ciência & Cognição**, Rio de Janeiro, n. 14. v. 2, p.30-146, 2009. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/135>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética do Psicólogo**. Resolução CFP n. 010/2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: <http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2005_10.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CONNOR, D. F. **Aggression and antisocial behavior: research and treatment**. New York: The Guildford Press, 2002.

CURTIS, N. M.; RONAN, K. R; BORDUIN, C. M. Multisystemic treatment: a meta-analysis of outcome studies. **Journal of Family Psychology**, n.18, v.3, p. 411-419, 2004. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15382965>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

DE SWART et al. The effectiveness of institutional youth care over the past three decades: a meta-analysis. **Children and Youth Services Review**, n. 34, v. 9, p. 1818-1824, 2012. Disponível em: <<https://dare.uva.nl/search?identifier=f0f2cbdb-2c51-4679-afc1-1578cae304ce>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

EZZY, D. **Qualitative Analysis: practice and innovation**. Sydney, Australia: Routledge, 2002.

FORMIGA, N. S. Fidedignidade da escala de condutas anti-sociais e delitivas ao contexto brasileiro. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 133-138, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a13>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

FORMIGA, N. S.; AGUIAR, M.; OMAR, A. Busca de sensação e condutas anti-sociais e delitivas em jovens. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 28, n. 4, p. 668-681, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932008000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 nov. 2017.

FORMIGA, N. S.; GOUVEIA, V. V. Adaptação e validação da escala de condutas anti-sociais e delitivas ao contexto brasileiro. **Psico**, Porto Alegre, v. 34, p. 367-388, 2003.

FRANKEL, R. **The adolescent psyche: jungian and winnicottian perspectives**. London: Routledge, 1998.

FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Penguin e Companhia das Letras, O.C. 21, 1930/2011.

GALLO, A. E. **Adolescentes em conflito com a lei: perfil e intervenção**. 2006. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2818?show=full>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

GALLO, A. E. Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência do Canadá. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 327-334, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a15v13n2>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

GOMES PINTO, R. S. Justiça restaurativa: é possível no Brasil? In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R. C. P.; GOMES PINTO, R. S. (Org.). **Justiça restaurativa**. Brasília: Ministério da Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005.

GUGGENBÜHL, A. **The incredible fascination of violence**. Woodstock, Connecticut: Spring Publications, 1996.

_____. **Eros on crutches: On the nature of the psychopath** Texas: Spring Publications, 1980.

_____. Imprevisibilidade da alma: a contribuição de Jung para compreensão aprofundada dos conflitos. In: C.G. Jung Memorial Day, Jung-Institut, Zürich, 2015. Tradução Bráulio Porto. **Arquetípica**. Disponível em: <<http://www.arquetipica.com.br/imprevisibilidade-da-alma-a-contribuicao-de-jung-para-compreensao-aprofundada-dos-conflitos/>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

HENGGELE, S. W.; BORDUIN, C. M. **Family therapy and beyond: A multisystemic approach to treating the behavior problems of children and adolescents**. Pacific Grove, CA: Brooks/Cole, 1990.

HILLMAN, J. The masturbation inhibition. In: HILLMAN, J. **Loose Ends: Primary papers in archetypal psychology**. Zurich: Spring Publications, 1975.

_____. **O mito da análise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **O livro do puer**. São Paulo: Paulus, 1999.

_____. **Healing Fiction**. Putnam: Spring Publications, 2005.

JUNG, C. G. **Tipos psicológicos**. O. C. 6. Petrópolis: Vozes, 1921/2008.

_____. **Símbolos da transformação**. O.C. 5. Petrópolis: Vozes, 1924/2011a.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. O.C. 9/1. Petrópolis: Vozes, 1954/2011b.

_____. **Psicologia e religião**. O.C. 11/1. Petrópolis: Vozes, 1939/2012.

_____. **Desenvolvimento da personalidade**. O.C. 7. Petrópolis: Vozes, 1945/2013a.

_____. **A Natureza da Psique**. O.C. 8/2. Petrópolis: Vozes, 1958/2013b.

KUMPFER, K. L.; ALVARADO, R. Family-strengthening approaches for the prevention of youth problems behaviors. **Psychological Association**, v. 58, n. 6-7, p. 457-465, 2003.

KNOX, J. Trauma and defences: their roots in relationship. **Journal of Analytical Psychology**, v. 48, n. 2, p. 207-233, 2003.

LEÃO, N. C. Incríveis infratores: adolescentes estigmatizados em encontro com a Gestalt-Terapia. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 51-61, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 nov. 2017.

LOPES, O. M. C. S. Da medida ao atendimento socioeducativo: implicações conceituais e éticas. In: PAIVA, I.; SOUZA, C. (Org.). **Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo**. 1. ed., v. 1, p. 101-123, Natal, 2014.

LIMA FILHO, A. P. **O pai e a psique**. São Paulo: Paulus, 2002.

MAY, J.; OSMOND, K.; BILLICK, S. Juvenile delinquency treatment and prevention: A literature review. **Psychiatric Quarterly**, v. 85, n. 3, p. 295-301, 2014. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11126-014-9296-4>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

MIZEN, R. A. contribution towards an analytic theory of violence. **The Journal of Analytical Psychology**, v. 48, p. 285-305, 2003. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1465-5922.t01-2-00001>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

MORATO, H. T. P. et al. Acompanhamento psicológico individual na FEBEM/SP: um convite a cuidar de si. **Imaginario [online]**, vol.11, n.11, pp. 137-160, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-666X. Acesso em: 6 abr. 2018.

MOSQUERA, S. M. **À procura de sentido da atenção psicológica com adolescentes em privação de liberdade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-26112013-151112/pt-br.php>>. Acesso em 6 abr. 2018.

NARDI, F. L., FILHO, N. H.; DELL'AGLIO, D. D. Preditores do Comportamento Antissocial em Adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 63-70, mar. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000100063&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 jan. 2019. DOI: 10.1590/0102-37722016011651063070.

NEUMANN, E. **História da origem da consciência**. São Paulo: Cultrix, 1990.

PADOVANI, R. C. **Resolução de problemas com adolescentes em conflito com a lei**: uma proposta de intervenção. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003. Disponível em: <<http://www.laprev.ufscar.br/documentos/arquivos/teses-e-dissertacoes/dissertacao-ricardo-da-costa-padovani.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

PADOVANI, R. C. **Resolução de problemas sociais com adolescentes em conflito com a lei**: estratégias de mensuração e intervenção. 2008. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2891>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

PENNA, E. M. D. **Epistemologia e método na obra de C. G. Jung**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2013.

ROCHA, G. V. M. **Psicoterapia analítico-comportamental com adolescentes infratores de alto-risco**: modificação de padrões anti-sociais e diminuição da reincidência criminal. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-22102008-102617/pt-br.php>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SAMUELS, A. **A psique plural**: personalidade, moralidade e o pai. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SCHAEFFER, C. M.; BORDUIN, C. M. Long-Term Follow-Up to a Randomized Clinical Trial of Multisystemic Therapy With Serious and Violent Juvenile Offenders. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**. v.73, n. 3, p. 445-453, 2005. Disponível em: <<http://psycnetapa.org/fulltext/2005-06517-007.html>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

SHAMDASANI, S. **Jung e a construção da psicologia moderna**. São Paulo: Ideia e Letras, 2006.

SINTRA, C. I. F.; LOPES, P.; FORMIGA, N. S. Condutas antissociais e delitivas e habilidades sociais em contexto forense. **Psicologia Argumento**, v. 29, n. 66, p. 383-399, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20439/19701>>. Acesso em 9 fev. 2019.

STEIN, M. **Jung o mapa da alma**: Uma introdução. São Paulo: Cultrix, 2004.

TIGHE A. et al. Multisystemic Therapy for young offenders: families' experiences of therapeutic processes and outcomes. **Journal of Family Psychology**. v. 26, n. 2, p.187–197, 2012. Disponível em: <<http://psycnetapa.org/fulltext/2012-03849-001.html>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

TOMASELLO, F. **Oficinas rap para adolescentes**: proposta metodológica de intervenção psicossocial em contexto de privação de liberdade. 2006, 201 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14086>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

VILLAS BOAS, L. M. **A clínica do adolescente**: Vicissitudes da Angústia e da Transferência no Agir Violento. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14940>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

YOUNG, S.; GREER, B.; CHURCH, R. Juvenile delinquency, welfare, justice and therapeutic interventions: a global perspective. **BJPsych Bulletin**. v. 41, n.1, p. 21-29, 2017. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/EC2354DA185D34599D131E4B0A003CF5/S2056469400002977a.pdf/div-class-title-juvenile-delinquency-welfare-justice-and-therapeutic-interventions-a-global-perspective-div.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

WAHBA, L. L.; BLOISE, V. C. Adolescência – Transição ou Crise? In: PAYÁ, R. (Org.). **Intercâmbio das Psicoterapias**: Como cada abordagem psicoterapêutica compreende os transtornos psiquiátricos. Rio de Janeiro: Roca, 2017.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014**: Os Jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

WEISZ, J. R. et al. A. Performance of evidence-based youth psychotherapies compared with usual clinical care: a multilevel meta-analysis. **JAMA psychiatry**, n. 70, v.7, p.750–61, 2013. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23754332>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

WEISZ, J. R.; JENSEN-DOSS, A.; HAWLEY, K. M. Evidence-based youth psychotherapies versus usual clinical care: a meta-analysis of direct comparisons. **American Psychologist**. v. 61, n. 7, p. 671-68, 2006. Disponível em: <<http://psycnetapa.org/buy/2006-12925-002>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

WATKINS, M.; SHULMAN, H. **Toward Psychologies of Liberation**. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, 2008.

WHITMONT, E. C. **A busca do símbolo**: conceito básicos de psicologia analítica. São Paulo: Cultrix, 2002.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2015.

ZIMBARDO, P. G. **A Timidez**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA NÚCLEO DE ESTUDOS JUNGUIANOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, concordo em participar voluntariamente da pesquisa **Ficcionando: Oficinas de Narrativas sobre Violência com Jovens em Conflito com a Lei Embasadas na Psicologia Analítica** a ser realizada pelo psicólogo Ezequiel Nogueira Braga (CRP: 01/13738).

A pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar os conhecimentos sobre intervenções clínicas em psicologia nas medidas socioeducativas e tem o objetivo de desenvolver uma proposta de intervenção que trabalhe histórias sobre violência com um grupo de socioeducandos.

Declaro que os critérios de participação e realização da pesquisa me foram esclarecidos – confidencialidade, sigilo e privacidade – assim como a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo. Também fui esclarecido que não haverá gastos ou compensação financeira e, se for identificado algum sinal de desconforto psicológico em função da participação neste estudo, será feito o devido encaminhamento pelo pesquisador.

Concordo que a entrevista seja gravada em conteúdo de som. Estou ciente de que as gravações serão apagadas após a conclusão deste estudo. Também estou ciente de que, se tratando de um trabalho com finalidades científicas e acadêmicas, os resultados obtidos na pesquisa poderão ser publicados futuramente em meios científicos, sendo resguardado obrigatoriamente o sigilo e a confidencialidade a fim de preservação da identidade.

Fui informado, ainda, que posso retirar meu consentimento e desistir da pesquisa a qualquer momento. Em caso de quaisquer dúvidas que eventualmente venham a surgir, posso entrar em contato com o pesquisador para esclarecê-las por meio dos contatos a mim fornecidos. Declaro que compreendi as informações acima.

Brasília, _____ de _____ de _____

Assinatura da participante

RG:

CPF:

Assinatura do pesquisador

RG: 2.178.411

CPF: 008.173.111-65

APÊNDICE B – Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA SEDE CAMPUS MONTE ALEGRE

Termo de compromisso do pesquisador responsável

Título da pesquisa: **Ficcionando: Oficinas de Narrativas sobre Violência com Jovens em Conflito com a Lei Embasadas na Psicologia Analítica**

O pesquisador, abaixo assinado, compromete-se a:

- Respeitar e cumprir a Teoria Principalista que visa salvaguardar a **autonomia, beneficência, não maleficência, justiça, privacidade e confidencialidade** (Resolução nº 510/2016 CONEP/CNS/MS);
- Não violar as normas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
- Comunicar ao sujeito de pesquisa todas as informações necessárias para um adequado “consentimento livre e esclarecido” e solicitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apenas quando o sujeito da pesquisa tenha conhecimento adequado dos fatos e das consequências de sua participação e tenha tido oportunidade para considerar livremente se quer participar da pesquisa ou não;
- Obter de cada sujeito de pesquisa um documento assinado ou com impressão datiloscópica como evidência de consentimento livre e esclarecido;
- Renovar o consentimento livre e esclarecido de cada sujeito se houver alterações nas condições ou procedimentos da pesquisa, informando procedimento ao CEP;
- Manter absoluto e total sigilo e confidencialidade em relação à identificação do sujeito da pesquisa e dados constantes em prontuários ou banco de dados;
- Respeitar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e derivados;
- Respeitar os artigos 17 e 143 do ECA sobre preservação da imagem, da identidade, autonomia, valores, ideais, crenças e objetos pessoais de jovens a quem se atribui um ato infracional;
- Cumprir na integralidade todas as resoluções do Conselho Nacional de Saúde CNS/MS, bem como todos os diplomas legais referentes ao tema da ética em pesquisa, dos quais declaro ter pleno conhecimento;
- Desta forma, eu, pesquisador abaixo assinado e subscrito, comprometo-me, em caráter irrevogável e irretratável, por prazo indeterminado, a cumprir toda legislação vigente, bem como as disposições deste **Termo de Compromisso**.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Ezequiel Nogueira Braga
RG: 2.178.411
CPF: 008.173.111-65

APÊNDICE C – Carta Convite

Prezado socioeducando,

Enviamos esta mensagem para convidá-lo a participar da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC – SP pelo aluno Ezequiel Nogueira Braga, sob a orientação da Prof.^a Liliana Liviano Wahba.

A pesquisa tem por objetivo desenvolver uma oficina para discutir e criar histórias sobre violência que você já viu e que, de alguma forma, o marcaram. Os resultados contribuirão para a formulação de melhores atendimentos aos jovens.

A ideia é fazer um grupo para trocar ideias, para escutar e ser escutado. Como disse o grande *rapper* Mano Brown: “As grades nunca vão prender nossos pensamentos”. Serão seis encontros de mais ou menos uma hora e meia. E mais dois encontros individuais para entrevistas e aplicação de uma escala.

Não haverá gastos ou compensação financeira pela participação. Também não se trata de um atendimento que vá gerar consequências no seu relatório semestral, aquele que vai para o sistema judiciário. Para que você fique seguro, sua identidade será mantida completamente protegida e sigilosa.

A participação é totalmente voluntária e, se você quiser, pode parar de participar a qualquer momento. Mas se participar, vai poder ajudar muita gente!

Se você se interessou e quer participar, deixe o seu nome aqui:

Obrigado pela força!

Até mais!

APÊNDICE D – Questionário de identificação**1. Identificação**

Nome:

Endereço:

Telefone:

Data de Nascimento:

2. Família

Nome do Pai:

Nome da Mãe:

Irmãos / idade:

Você mora com seus pais? Sim Não

Se não, responda: Com quem você mora atualmente?

Quantas pessoas moram nesta casa? _____

Como era o relacionamento com seus pais e família durante a infância?

E como é atualmente?

3. Escola

Série:

Repetiu: () sim () não Qual(is) série(s)?

Parou de estudar? () sim () não

O que o levou a parar de estudar?

4. Histórico Infracional

É a primeira vez que cumpre uma medida socioeducativa?

Como chegou até aqui?

5. Relação com substâncias psicotrópicas

Você faz uso de drogas/substâncias psicotrópicas?

Se sim:

Com qual frequência?

Com que idade iniciou o uso?

6. Relacionamento com amigos

Como é o relacionamento com seus amigos?

Seus amigos já tiveram ou têm problemas com a polícia ou com a justiça?

7. Interesses

O que gosta de fazer?

Quais consideram ser suas qualidades e habilidades?

8. Observações

Gostaria de fazer alguma observação?

O que achou da entrevista?

APÊNDICE E – Resumo das narrativas

Oficina 1

Aos oito anos de idade, quando Fausto ia jogar bola com os amigos, ele ouviu um reboliço de uma multidão que se reunia próxima ao muro de uma chácara que pertencia a um desembargador. Os amigos o chamaram para ir ver o que estava acontecendo. Ele sentiu medo, mas, ainda assim, concordou em acompanhar os amigos curiosos. Os garotos foram correndo para o local que lhes chamava a atenção. Ao chegar, Fausto viu um homem sendo prensado pela multidão em um muro “chapiscado” e arrastado de uma ponta a outra da parede. O muro tinha aproximadamente 100 metros de largura e, onde o homem era prensado, via-se um rastro de sangue. Em meio a gritarias, o homem também levava pauladas e pedradas da multidão enfurecida. Apesar de espernear, gritar de dor e implorar, foi ignorado pela turba. Então, surgiu um homem com um facão que golpeou as mãos daquele que estava sendo linchado, arrancando-as e jogando-as no matagal próximo. O homem, já sem mãos, começou a chorar e se agachou. Foi nesse momento que lhe cortaram a cabeça que foi, então, pendurada em espetos para que todos a vissem. Fausto descobriu que o homem foi morto porque era considerado tarado e tentou atacar uma mulher em um beco à luz do dia.

Oficina 2

Félix estava no início da puberdade e já começava a se envolver com o mundo do crime. Certo dia, estava sentado debaixo de uma árvore na rua onde morava e avistou Cosme de bicicleta andando próximo à esquina de sua rua. Félix o conhecia e pensou que Cosme provavelmente estava procurando por cocaína. Félix também sabia que o outro nunca andava desarmado e que tinha assassinado uma pessoa uma semana antes dos acontecimentos dessa história. A vítima era um importante líder entre os bandidos da comunidade chamado Ulisses.

Considerado fútil por Félix, o motivo de Cosme ter cometido o assassinato estava relacionado à desavença em torno de um cordão. Um dia, depois de um roubo, ainda sob a influência do Rhopynol, Cosme viu um cordão que lhe chamou a atenção e o comprou de Ulisses. No entanto, Ulisses descobriu tempos depois que o cordão era mais valioso do que se pensava, pois era feito de ouro e, assim, exigiu que Cosme o devolvesse, o que foi negado. Durante uma discussão acerca do cordão, Cosme matou Ulisses. Thor, um amigo de Ulisses. Thor tinha chegado na comunidade recentemente e teve dificuldades de adaptação. Nessa

época, Ulisses o acolheu, deu-lhe moradia, contatos para drogas, acesso a armas e, assim, Thor criou um laço de amizade e dívida com Ulisses.

Voltando à cena inicial, o clima ficou tenso na rua com a presença de Cosme e as pessoas foram se retirando até a rua ficar deserta, de maneira “cabulosa”. Os transeuntes foram para lojas no comércio local, outros para suas casas. Félix preferiu ir para sua casa, fechou o portão e ficou olhando o que iria acontecer da janela do seu quarto. Quando Cosme chegou em uma encruzilhada, apareceu de repente um sujeito com boné na cabeça e uma pochete. Era Thor que parou ao lado de Cosme e sussurrou algo para ele. Cosme balançou a cabeça, como que respondendo a Thor e, em seguida, começou a falar ao telefone celular e dar continuidade a seu caminho de bicicleta, quando Thor sacou uma arma e deu um tiro certeiro na nuca de Cosme. O tiro atravessou a cabeça de Cosme e saiu na altura do supercílio. Cosme caiu e morreu na mesma hora. A tia de Félix foi, apreensiva, ver o que se passava, achando que seu sobrinho poderia estar envolvido, quando Félix a acalmou. Depois desse assassinato, começou uma guerra de gangues na comunidade que dura até os dias de hoje. De um lado estão aqueles que apoiam Cosme, comandados pelos irmãos dele. De outro, estão os amigos de Ulisses. Para a maioria das pessoas na comunidade, Thor fez a coisa certa e até hoje é admirado por muitos.

Oficina 3

Martinho já tinha várias guerras e envolvimento com atos infracionais quando Elias, aos 14 anos, o conheceu. Martinho tinha cerca de 16 anos e havia se mudado recentemente para a rua em que a mãe de Elias vivia. Tinha carro, andava armado, era um rapaz considerado muito “folgado”, era grande e forte. Durante o período em que passou em uma internação socioeducativa, Martinho fez contatos com o mundo do crime em Ceilândia, Samambaia e até mesmo em Águas Lindas, no estado de Goiás. Certo dia, avisaram Elias para evitar ficar perto de Martinho, porque ele iria ser assassinado. Alguns homens descobriram que ele estava revelando para a polícia os nomes de comparsas que cometeram um furto a uma casa. Martinho tinha sido torturado por um policial quando delatou os nomes de seus comparsas. A mãe de Elias não sabia das ações fora da lei de Martinho, mas sentia-se incomodada com a presença do jovem forte e “folgado”. Ela alertou Elias para evitar a companhia dele. Um dia, durante uma festa, Martinho, que sempre andava armado, por um acaso, nesta noite deixou a arma com um amigo e foi embora para sua casa a pé e sozinho. Os homens que planejavam sua morte o estavam observando e viram nesta situação uma oportunidade de realizar o assassinato. Eles saíram da festa, alcançaram e encurralaram Martinho, começando um linchamento a pauladas

e pedradas. Enfiaram um pedaço de pau no ânus de Martinho e um dos jovens, Jonas, esmagou a cabeça de Martinho com um tijolo. Tempos depois, Jonas foi preso e se arrependeu “cabuloso” de ter esmagado a cabeça de Martinho, chegando a pensar em suicídio. A comunidade ficou em clima de guerra após esse episódio, pois, os bandos que apoiavam Martinho queriam sua vingança.

Oficina 4

Narrativa 1

Desde que Ícaro era muito criança, já havia uma guerra entre as quadras vizinhas, 521 e 321. Em uma noite, houve uma festa na região em que aconteceu um tiroteio. Ícaro estava em sua casa com sua família e viram o tiroteio da varanda de casa. Pouco tempo depois, Ícaro soube do caso de uma menina que foi à festa e que foi atingida por uma bala na perna durante a troca de tiros, sofrendo forte hemorragia e vindo a falecer. Ícaro soube que a mãe dela falou para ela não ir à festa, mas, ainda assim, a jovem pulou uma janela de sua casa, escondida da mãe, e foi à festa. A garota não fazia parte de nenhum tipo de desavença entre gangues. A maioria dos homens que trocaram tiros já haviam cometido vários homicídios e atualmente estão presos.

Narrativa 2

Certo dia em uma praça em que muitas pessoas da comunidade se reúnem, Ícaro e os amigos estavam lá e avistaram um carro, Gol, que tinha caixas de som nas portas e no porta-malas, aproximando-se com três homens armados que tinham trejeitos de malandro. Os homens que estavam no Gol inicialmente estavam em busca de cocaína e se aproximaram do traficante que revendia a droga. Durante a conversa com o traficante, os homens do Gol perguntaram mais sobre a origem daquela droga e quem seriam os fornecedores. O traficante informou o local onde poderiam encontrar o chefe da “boca de fumo” e foram até lá para negociar mais drogas. No momento em que estavam negociando as drogas, um carro da polícia, Rotam (Rondas Ostensivas Táticas Móveis), virou a esquina da rua em que estavam e os policiais atiraram para o alto. Os traficantes foram rendidos e os policiais adentraram as casas dos traficantes. Os policiais apreenderam várias drogas que estavam nas residências dos traficantes chefes da “boca de fumo” e foram embora sem prender ninguém. Ícaro afirma que toda aquela ação policial não tinha nada a ver com nenhuma operação oficial, eram policiais corruptos que queriam pegar as drogas para revender.

ANEXO A – Escala de Condutas Antissociais e Delitivas (ECAD)

Abaixo são apresentados alguns comportamentos que as pessoas podem apresentar no seu dia a dia. Por favor, pedimos-lhe que indique com que frequência os faz. Na escala de resposta abaixo, anote ao lado de cada frase o número que melhor expressa a intensidade do seu comportamento.

Nunca										Sempre
-------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--------

- ___ Fazer brincadeiras pesadas com as pessoas, como empurrá-las na lama ou tirar-lhes a cadeira quando vão sentar.
- ___ Sair sem permissão (do trabalho, de casa ou do colégio).
- ___ Pegar escondido a bicicleta, carro ou moto de um desconhecido para dar um passeio, com a única intenção de se divertir.
- ___ Comer em locais proibidos (trabalho, escola, cinema, etc.).
- ___ Bagunçar ou assoviar em uma reunião, lugar público ou de trabalho.
- ___ Roubar roupas de um varal ou objetos dos bolsos de uma roupa deixada por alguém.
- ___ Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas.
- ___ Destruir ou danificar coisas em lugares públicos.
- ___ Responder mal a um superior ou autoridade (no trabalho, na escola ou na rua).
- ___ Arrancar ou pisar flores ou plantas em parques ou jardins.
- ___ Incomodar pessoas desconhecidas ou fazer desordens em lugares públicos.
- ___ Chegar de propósito mais tarde do que o permitido (em casa, trabalho, compromisso etc.).
- ___ Gastar frequentemente no jogo mais dinheiro do que pode.
- ___ Portar uma arma (faca ou canivete) caso considere necessário em uma briga.
- ___ Dizer palavrões ou expressões grosseiras.
- ___ Roubar coisas de grandes armazéns, supermercados, entre outros, estando abertos.
- ___ Roubar objetos dos carros.
- ___ Entrar em um local proibido (jardim privado, casa vazia etc.).
- ___ Entrar em uma loja que está fechada, roubando algo ou não.
- ___ Resistir ou brigar para escapar de um policial.
- ___ Jogar lixo no chão (quando há perto um cesto de lixo).
- ___ Entrar em um apartamento ou casa e roubar algo (sem ter planejado antes)

- ___ Planejar de antemão entrar em uma casa ou apartamento para roubar coisas de valor.
- ___ Apanhar frutas em um jardim ou pomar alheio.
- ___ Pegar escondido a bicicleta de um desconhecido e ficar com ela.
- ___ Quebrar ou jogar no chão as coisas dos outros.
- ___ Roubar coisas ou dinheiro em máquinas de refrigerante, telefones públicos, etc.
- ___ Chegar tarde ao trabalho, colégio ou reunião.
- ___ Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa).
- ___ Brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas).
- ___ Roubar coisas de um lugar público (trabalho ou colégio) no valor de mais de R\$

10,00.

- ___ Roubar materiais ou ferramentas de pessoas que estão trabalhando.
- ___ Usar drogas.
- ___ Enganar (em provas, competição importante, gabarito de resultado, etc.).
- ___ Sujar as ruas ou calçadas quebrando garrafas ou virando depósitos de lixo.
- ___ Entrar em um clube proibido ou comprar bebidas proibidas.
- ___ Tocar a campainha na casa de alguém e sair correndo.
- ___ Riscar em lugares proibidos (paredes, mesas, etc.).
- ___ Forçar a entrada em um armazém, garagem, depósito ou mercearia.
- ___ Pertencer a uma turma que arma confusões, se mete em briga ou cria badernas

ANEXO B – Autorização da pesquisa

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VEMSE**Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal**

SGAN 909, Módulos D/E | CEP 70790-090 – Brasília-DF
(61) 3103 3365 | 3103 0307 | vemse@tidft.jus.br

AUTORIZAÇÃO

Autorizo EZEQUIEL NOGUEIRA BRAGA, aluno do mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), a visitar a Unidade de Semiliberdade que atende jovens entre 18 e 21 anos de idade, a fim de realizar pesquisa para elaboração de sua dissertação, sob orientação da Prof.^a Liliana Liviano Wahba.

A proposta metodológica será a realização de oficinas com cinco jovens do sexo masculino que cumprem medida de semiliberdade com idades entre 18 e 21 anos incompletos, bem como duas entrevistas com cada jovem participante. As oficinas serão filmadas e os registros de imagem e áudio, bem como os dados obtidos, serão utilizados exclusivamente para subsidiar a pesquisa, sem divulgação sob outra forma.

Os dias e horários das visitas deverão ser previamente acordados com a direção da Unidade e o pesquisador se compromete a respeitar as orientações elaboradas pela Seção de Comunicação Institucional da Vara da Infância e da Juventude, anexa;

Ressalvo, ainda, que deverão sempre ser respeitados a voluntariedade de socioeducandos em participar da pesquisa, bem como o determinado nos arts. 17 e 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais de crianças e adolescentes e sobre o sigilo na divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua a autoria de ato infracional.

Brasília-DF, 12 de dezembro de 2017.

LAVINIA TUPY VIEIRA FONSECA
Juíza de Direito